

PATRÍCIA BARROS SOARES

**USOS SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA - ALTO
JEQUITINHONHA/MG**

**Belo Horizonte
Faculdade de Educação- UFMG
2012**

PATRÍCIA BARROS SOARES

**USOS SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA EM UMA
COMUNIDADE QUILOMBOLA - ALTO
JEQUITINHONHA/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Izabel Pereira Maciel. Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte
Faculdade de Educação- UFMG
2012

S676u
T

Soares, Patrícia Barros, 1984-
Usos sociais da leitura e da escrita em uma comunidade
quilombola - Alto Jequitinhonha/MG / Patrícia Barros Soares. - Belo
Horizonte, 2013.
169 f., enc., il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Francisca Izabel Pereira Maciel.

Bibliografia: f. 152-159.

Anexos: f. 160-169.

1. Educação -- Teses. 2. Alfabetização de adultos -- Teses.
3. Letramento -- Teses. 4. Alfabetização -- Teses. 5. Leitura -- Teses.
6. Quilombos -- Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) -- Teses.

I. Título. II. Maciel, Francisca Izabel Pereira. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 374.012

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação da UFMG

Dissertação defendida em 24 de maio de 2012 perante banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª Dr^ª Francisca Izabel Pereira Maciel
Faculdade de Educação - FaE/UFMG - Orientadora

Prof^ª Dr^ª Luciane Ribeiro Dias
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal- FACIP/UFU

Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Castanheira
Faculdade de Educação - FaE/UFMG

Prof^ª Dr^ª Maria José Francisco de Souza
Faculdade de Educação - FaE/UFMG- Suplente

Prof^ª Dr^ª Aracy Alves Martins Evangelista
Faculdade de Educação - FaE/UFMG- Suplente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA 969ª (NONINGENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA) DEFESA DE DISSERTAÇÃO NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e doze realizou-se, na Faculdade de Educação da UFMG, uma reunião para apresentação e defesa da dissertação: "Usos Sociais da leitura e da escrita em uma comunidade quilombola - alto do Jequitinhonha/MG" da aluna **Patricia Barros Soares**, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Educação. A banca examinadora foi composta pelos seguintes membros: Francisca Izabel Pereira Maciel - Orientadora, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, Maria Lucia Castanheira e Maria José Francisco de Souza. Os trabalhos iniciaram-se às 14:00h com a síntese da dissertação feita pela mestranda. Em seguida, os membros da banca fizeram uma arguição pública. Terminadas as arguições, a banca examinadora reuniu-se, sem a presença da aluna e do público, para fazer a avaliação final da defesa da dissertação apresentada. Em conclusão, a banca examinadora considerou a dissertação: APROVADA. A banca examinadora destaca a segurança e a capacidade argumentativa da mestranda na discussão proposta pelas arguições; e a relevância do trabalho para o campo de estudos do letramento em comunidades tradicionais, neste caso, uma comunidade quilombola.

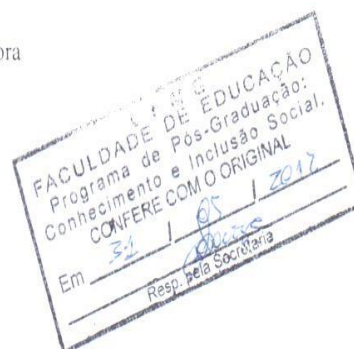
O resultado final foi comunicado à aluna **Patricia Barros Soares** e ao público, concedendo à aluna o título de Mestre em Educação. A aluna deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 06 (seis) exemplares. Nada mais havendo a tratar eu, Rosemary da Silva Madeira, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e por seus membros. Belo Horizonte, 24 de maio de 2012.

Francis.
Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel - Orientadora

Luciane R. Dias Gonçalves
Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - UFU

Maria Lucia Castanheira
Profa. Dra. Maria Lucia Castanheira - UFMG

Maria José Francisco de Souza
Profa. Dra. Maria José Francisco de Souza - UFMG



Rosemary da Silva Madeira
Secretária do Programa de Pós-graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social – FaE/UFMG

* Retificação do título: "Usos sociais da leitura e da escrita em uma comunidade quilombola - alto Jequitinhonha / MG"

*Aos moradores da Comunidade Vila Nova que me ensinaram
diferentes modos de ler e escrever a vida.*

E ao sempre presente Botânico...

AGRADECIMENTOS

Com o risco de, quem sabe, não conseguir tocar a todos e todas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, destaco algumas pessoas que foram fundamentais nessa trajetória.

Ao meu pai, pelo exemplo de força e dignidade, que edificaram minha caminhada.

À minha mãe, sempre presente em meus pensamentos.

À minha família, especialmente à Bebel e ao Pablo, pela alegria e energia.

Ao meu esposo Márcio pelo Amor e ternura, além do apoio, compreensão e disponibilidade incondicionais durante toda a realização do trabalho.

À pequena Nina, um lindo presente que já abrilhanta meu viver.

À Francisca Maciel, minha orientadora, pela atenção, pelas conversas e sugestões e, acima de tudo, por acreditar e incentivar meu trabalho.

Às professoras Maria Lucia Castanheira, Luciane Ribeiro e Maria José Francisco pela participação na banca e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

À minha amiga-irmã Ju pela cumplicidade, atenção e pelos grandes momentos vividos nesses oito anos.

A todos os amigos que incentivaram e torceram por mim, desde o percurso inicial desse projeto, em especial: Mami, Sarah, Ana Paula, Gerlane, Camila, Marília, Débora, Ruan.

Aos professores e à equipe do Ceale, pelas grandes oportunidades profissionais e acadêmicas que possibilitaram (e possibilitam), cada vez mais, a ampliação e aprimoramento dos conhecimentos, em especial aos amigos: Lu, pela atenção, exemplo de competência e por todas as chances concedidas; Fefê, pela cumplicidade, afeto e alegria; Ita, pelo carinho e auxílio; e Gi; pela ternura e compromisso.

À equipe do PROEF- I, especialmente às queridas amigas e companheiras Daiane, Juliane e Carol e, claro, aos alunos, exemplos de vida que inspiram a luta por uma educação de qualidade e realmente democrática.

A todos os moradores da Vila Nova, em especial D. Necila, Margarida, Sr. Jésus, D. Geralda e Bené, pelo exemplo de garra e sabedoria e pela receptividade inicialmente acanhada, mas generosa e acolhedora durante a realização do trabalho de campo.

À Izaura, pela solicitude, carinho e pelas preciosas informações durante os primeiros dias em São Gonçalo do Rio das Pedras.

À Margarida Carvalhães, da Emater e Neilor Generoso, da Prefeitura do Serro, pela
presteza durante a coleta de dados na cidade.

À Capes, pela concessão da bolsa de mestrado.

À toda equipe da Pós-Graduação, por toda atenção e disponibilidade.

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar os usos sociais da leitura e da escrita por pessoas pouco escolarizadas, a partir da análise das significações atribuídas por elas às práticas vinculadas à linguagem escrita. Tem-se como *locus* geográfico, Vila Nova, uma comunidade quilombola situada no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. A partir do contato inicial com sujeitos que frequentavam aulas de alfabetização nessa comunidade, passamos a ter o interesse em analisar o modo como eles e os demais membros se articulavam nas diferentes atividades que demandam habilidades de leitura e escrita. Afinal, quais são os usos que a comunidade faz da leitura e da escrita? Qual o valor atribuído por sujeitos com pouca escolaridade a essa linguagem? Para o desenvolvimento desse estudo adotamos a abordagem etnográfica, utilizando como recursos metodológicos observações de episódios, anotações de campo e entrevistas, possibilitando, assim, o levantamento de dados, cuja apreciação permitiu a compreensão sobre as estratégias de que esses sujeitos lançam mão diante de situações em que a utilização da escrita lhes é demandada. O aporte teórico se pauta, sobretudo, nos aspectos ligados aos *New Literacy Studies* (NLS) que se referem a um campo de estudos no qual se podem destacar autores como Street (1984, 2010), Heath, (1983 *apud* SOARES, 2003), Kleiman (1995); Soares (2003, 2010) entre outros, cuja base fundamental é a perspectiva social do letramento, focalizando os diferentes contextos nos quais sujeitos lidam com a cultura escrita. As análises resultantes da observação do uso da escrita, nas esferas do trabalho e doméstica, revelaram que a escrita assume significados plurais para os sujeitos da pesquisa, dependendo do contexto e das instituições em que ela está inserida, ora exercendo a função usual, como no caso do registro administrativo em um caderno de fluxo de caixa, ou como complemento de espaços religiosos presentes nas salas de algumas casas, ora exercendo uma função completamente diferente do que é esperado como no caso da decoração em algumas casas.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; Leitura e Escrita; Comunidade Quilombola; Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

This survey searched to examine the social usages of reading and writing among low literate people, from the analysis of meanings attributed by them to practices linked to writing language. The geographical locus we chose was Vila Nova located at the district of São Gonçalo do Rio das Pedras, no Alto Jequitinhonha/MG. From the initial contact with individuals who attended literacy classes in this community we started to be interested in analyzing the way how they and the other members acted in different activities which needed reading and writing abilities. In short how does the community deal with the abilities of reading and writing? What is the value given by low literate people to this language? In order to develop this study we adopted as a research tool the ethnographic approach using as methodological resources episode observations, field notes and interviews enabling thus, data raising, whose appreciation permitted the understanding of strategies which these individuals use in front of situations in which the usage of writing is needed. The theoretical base discusses, specially, aspects related to New Literacy Studies (NLS) which refer to a field study in which we can mention authors such as: Street (1984,2010) , Heath (1983 *apud* SOARES, 2003), Kleiman (1995) , Soares (2003,2010) among others, whose fundamental basis is the ethnographic perspective of literacy focusing different contexts in which individuals deal with the writing culture. The analyses resulting from the observation of the usage of writing at work and at home revealed that writing assumes plural meanings to the researched individuals, depending on the context and institutions in which they take part, sometimes, having his usual function as in the case of an administrative register on a copybook of cash flow or sometimes as complement of religious spaces present in the rooms of some houses, sometimes having a function completely different from what is expected as in the case of decoration in some houses.

KEYWORDS: Literacy; Reading and Writing; Quilombola Community; Vale do Jequitinhonha.

LISTA DE SIGLAS

AJA	Alfabetização de Jovens e Adultos
AMAJE	Associação dos Municípios da Micorregião do Alto Jequitinhonha
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEALE	Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CPISP	Comissão Pró-Índio de São Paulo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNIVALE	Fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério de Educação
NLS	New Literacy Studies
PEMJA	Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAJ/PUC	Serviço de Assistência Judiciária da Pontifícia Universidade Católica
Secad	Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUS	Sistema Único de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquemática do grau de parentesco entre os sujeitos participantes da pesquisa.....	63
Figura 2 - Localização da comunidade Vila Nova entre os municípios de Diamantina a noroeste, Serro a sudeste, no estado de Minas Gerais.....	84
Figura 3 - Posição do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais.....	85
Figura 4 - Mapa das sub-regiões do Vale do Jequitinhonha.....	85
Figura 5 - Área do estudo em Minas Gerais tomando como referência a capital Belo Horizonte.....	87
Figura 6 - Estrada de acesso a São Gonçalo via Diamantina.....	87
Figura 7 - Estrada de acesso do distrito via Serro/ Milho Verde.....	87
Figura 8 - Entrada de São Gonçalo do Rio das Pedras via Diamantina.....	88
Figura 9 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	89
Figura 10 - Igreja Matriz de São Gonçalo.....	89
Figura 11 - Rua Nova: a principal via do distrito.....	90
Figura 12 - Ponte sobre o Rio São Gonçalo- Centro.....	90
Figura 13 - Mapa de São Gonçalo do Rio das Pedras.....	90
Figura 14 - Carta enviada à extensionista da EMATER no intuito de oficializar a doação do terreno da Casa de Doces e sua transcrição	107
Figura 15 - Organização hierárquica das mulheres na fábrica de doces.....	108
Figura 16 - Receita de doces em tablete.....	117
Figura 17 - Apostila do último curso de aperfeiçoamento realizado com o grupo da Casa de Doces.....	119
Figura 18 - Caderno de Registro da Casa de Doces.....	120
Figura 19 - Registro da escala de plantão de atendimento ao público na Casa de Doces...	121
Figura 20 - Controle de vendas- registros realizados por diferentes pessoas, em dias alternados.....	124
Figura 21- Livro de Atas da Associação Quilombola Vila Nova.....	140
Figura 22 - Organização hierárquica da Associação Comunitária Vila Nova.....	140

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Guarda do Reinado do Rosário. Festa realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2011.....	78
Foto 2 - Cortejo a caminho da casa da Rainha do Rosário.....	79
Foto 3 - Entrada da Comunidade - Rua Vila Nova.....	92
Foto 4 - Rua Vila Nova.....	93
Foto 5 - Caminho entre a Mata do Sapateiro e o centro do distrito.....	95
Foto 6 - Antigo forno de farinha ainda presente na Mata do Sapateiro, hoje inabitada	95
Foto 7 - Trabalho cotidiano na Vila: carregamento de lenha a ser utilizados nos fogões das casas.....	96
Foto 8 - Produção artesanal de farinha de mandioca.....	97
Foto 9 - Produção de lenha para o forno de farinha, ao fundo o carrinho com mandioca ralada para ser peneirada.....	97
Foto 10 - Mesa que serve como balcão no salão de entrada. Sob a mesa o caderno de registros da fábrica.....	111
Foto 11 - Prateleiras com doces em compota na sala de entrada.....	111
Foto 12 - Cozinha da Casa de Doces: local onde os doces são produzidos e embalados	114
Foto 13 - D.Geralda ao lado da balança digital e do caldeirão que condiciona alguns utensílios utilizados na produção dos doces.....	115
Foto 14 - Registro realizado pela neta de D.Geralda durante um dia de vendas na Casa de doces.....	125
Foto 15 - Bar da Vila.....	128
Foto 16 - Escritos religiosos dispostos em uma das casas da comunidade: santinhos com orações, calendários com imagens de santos, Bíblia, livreto sobre a Virgem Maria junto a quadros com diferentes imagens de santos.....	129
Foto 17 - Livro utilizado como adorno da parede junto à cortina da porta da sala em uma das casas da comunidade: “Zezé e os tambores” de autoria de Bete Gontijo e Paulo Matos Camargo e ilustrações de Humberto Guimarães.....	130
Foto 18 - O filho mais velho de Margarida realiza a leitura em voz alta do livro “O leão e o ratinho” para mãe, o irmão e a pesquisadora.....	136
Foto 19 - Bené consultando o caderno de informações sobre comunidades quilombolas.....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1-Vivências e percursos: a escolha do objeto de estudo.....	12
2- A organização do trabalho.....	19
CAPÍTULO 1- ASSINALANDO PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	21
1.1 Abordagem discursiva: um olhar distinto sobre a linguagem.....	21
1.2 A perspectiva etnográfica dos usos da leitura e da escrita: Novos Estudos sobre o Letramento.....	24
1.3 Ações envolvendo usos da linguagem escrita: práticas e eventos de letramento.....	32
CAPÍTULO 2 - ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	40
2.1 Exposições preliminares: a abordagem etnográfica.....	40
2.2 Percurso inicial da pesquisa: definindo o objeto e o campo de pesquisa.....	49
2.3 A escolha dos instrumentos metodológicos da pesquisa: a coleta de dados.....	53
2.4 O processo de análise dos dados.....	59
2.5 Os sujeitos da pesquisa: D. Geralda, Sr. Jésus, D. Necila, Margarida e Benedito (Bené).....	61
CAPÍTULO 3 - ESPECIFICIDADES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A VILA NOVA: UMA COMUNIDADE DO ALTO JEQUITINHONHA.....	67
3.1 Povos e comunidades tradicionais: a (re)construção do conceito de quilombo e a identidade quilombola.....	68
3.2 Comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais e a influência afrodescendente no Alto Jequitinhonha.....	80
3.3 Caracterização do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras e da comunidade participante da pesquisa.....	86
CAPÍTULO 4 - OS USOS DA LÍNGUA ESCRITA ENTRE SUJEITOS NÃO ALFABETIZADOS DA VILA NOVA.....	103
4.1 As práticas de letramento presentes no dia a dia da Vila Nova.....	103
4.2 A Casa de Doces da Vila Nova: “o que tá lá escrito eu tenho de cabeça”.....	105
4.3 O uso da escrita nos lares da Vila Nova.....	127
4.3.1 A escrita com função não usual.....	128
4.3.2 A escrita com função usual.....	133
4.3.3 A valorização da escrita ligada ao conhecimento escolar.....	136
4.3.4 A escrita ligada à temática quilombola.....	139

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

1- Vivências e percursos: a escolha do objeto de estudo

Discorrer sobre os usos da leitura e da escrita em uma perspectiva social é uma ação instigante, visto que, vigorando há mais de duas décadas no Brasil, as discussões sobre o letramento são amplas. Muitas são as vertentes conceituais que abordam o termo¹ e, ao buscar na literatura² pesquisas que enfocam reflexões teóricas atreladas ao letramento em comunidades quilombolas, constatamos³ que a produção voltada para a abordagem nesse contexto é ainda incipiente⁴. O diálogo com algumas pesquisas sobre o letramento foi fundamental para a delimitação do objeto desse estudo: os usos sociais da língua escrita entre sujeitos de uma comunidade quilombola.

No que diz respeito à investigação sobre essas comunidades, as produções encontradas ponderam, principalmente, sobre a questão política e sociocultural das comunidades⁵. Dentre os trabalhos localizados o que mais se aproximou do objeto dessa investigação foi a pesquisa de Sito (2010) que analisa práticas de letramento de lideranças de uma comunidade quilombola no litoral do estado do Rio Grande do Sul, mostrando como, em função do processo de titulação das terras quilombolas, as práticas sociais de uso da escrita são modificadas, e diferentes suportes e gêneros textuais passam a ter uma ressignificação para esse grupo.

¹ Dentre as quais se pode destacar a perspectiva linguística, a psicológica, a educacional, a antropológica, dentre outras (Cf. SOARES, 2010)

² Em relação ao estudo de práticas sociais de uso da escrita entre adultos com pouco ou nenhum nível de escolaridade há várias pesquisas nacionais dentre elas Marinho (1991), Vóvio (1999), Santana (1996), Lucio (2009), entre outras.

³ No decorrer do texto o uso do verbo será alternado entre primeira pessoa do singular e primeira do plural, compreendendo que em alguns momentos o caráter das reflexões apresentadas é individual em outros, coletivo, sendo pautado nas ponderações tecidas entre a pesquisadora e sua orientadora.

⁴ A pesquisa bibliográfica foi realizada junto ao portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>. Acesso em: 15 set. 2011. Como palavras-chave foram utilizados os termos letramento*comunidade*quilombola. Como resultados deparamos com apenas dois trabalhos sendo que a dissertação de Figueiredo (2009) analisa a relação entre leitura, memória e formação de identidade em uma comunidade remanescente de quilombos na Bahia, e o trabalho de mestrado de Sito (2010) analisa práticas de letramento de lideranças de uma associação quilombola.

⁵ No portal CAPES foram encontrados 284 trabalhos que abordam diferentes temáticas ligadas a comunidades quilombolas, que variam desde agricultura à formação de identidades, sendo 231 dissertações, 42 teses e 11 trabalhos de especialização. Em se tratando do estado de Minas Gerais, foram encontrados seis trabalhos que discorrem sobre comunidades quilombolas: Filho (2008), Silva (2008), Santos (2009), Carvalho (2009), Silva (2009), Lima (2010).

A trajetória que constituiu a escolha do objeto de estudo da presente dissertação foi tecida a partir de diferentes leituras que contribuíram para a problematização de questões referentes aos usos e significações atribuídas à leitura e à escrita entre sujeitos pertencentes a um universo cultural próprio. Esse tema foi considerado relevante porque traz como proposta uma investigação que poderá contribuir para o campo de discussões sobre o letramento calcado no viés etnográfico. Na acepção de Soares (2010), do ponto de vista antropológico o letramento diz respeito “às práticas sociais de leitura e de escrita e os valores atribuídos a essas práticas em práticas de determinada cultura” (SOARES, 2010, p. 56). A decisão em voltar o olhar para essa área justifica-se, pois as análises aqui apresentadas decorrem da observação dos usos da língua escrita em um contexto cultural específico: a comunidade quilombola Vila Nova, localizada no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, na região do Alto Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Deste modo, a presente pesquisa situa-se no campo de estudos da Educação e Linguagem e tem como vertente os *New Literacy Studies*⁶ (NLS), cuja abordagem diz respeito aos diferentes modos de uso da escrita. O trabalho tem por objetivo investigar os usos sociais da leitura e da escrita entre pessoas pouco escolarizadas de uma comunidade quilombola, a partir da análise das significações atribuídas por elas às práticas vinculadas ao escrito.

Antes de apresentar aspectos referentes à maneira como esta dissertação se organiza, julgo pertinente tecer uma breve apresentação sobre os caminhos que me levaram a essa investigação, visto que meu percurso acadêmico se constituiu por via do entrelaçamento das várias trajetórias de outros sujeitos que dela fizeram parte. Esta pesquisa está relacionada às experiências que tive (e tenho) com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e às atividades de ensino e extensão realizadas desde o momento em que ingressei na Faculdade de Educação da UFMG, que me permitiram a aproximação com o objeto desse estudo.

A partir do meu ingresso no curso de Pedagogia em 2004, alguns temas passaram a acentuar minha atenção no que se refere à área da educação: Alfabetização e Letramento, com suas

⁶ Em diferentes momentos dessa exposição adotaremos o termo em português – Novos Estudos sobre o Letramento.

inúmeras possibilidades de investigação sobre o processo de aquisição, consolidação e usos da linguagem escrita e, Educação de Jovens e Adultos, que traz consigo uma multiplicidade de sentidos a serem explorados e discutidos sobre os diferentes sujeitos, saberes e ações presentes nesse campo de ensino.

No 2º período, passei a atuar como bolsista de extensão no Projeto de Ensino Fundamental 1º Segmento da UFMG (PROEF 1)⁷ onde fui alfabetizadora de pessoas jovens e adultas, entre os anos de 2005 a 2008. A inserção no Projeto foi um dos elementos definidores de minha trajetória acadêmica e da modalidade de ensino na qual pretendia atuar. O período de permanência no PROEF- 1 permitiu-me voltar o olhar para os usos e funções que o ler e o escrever têm para os sujeitos de acordo com o contexto no qual se vive.

Em 2009, atuei como estagiária na secretaria do Centro de alfabetização, leitura e escrita (Ceale) e pude conhecer diferentes ações voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA).⁸ A experiência adquirida através das vivências nesse órgão possibilitou minha inserção em diferentes atuações na alfabetização, oportunizando-me o contato com a pesquisa. Foi a partir das inquietações e dúvidas oriundas do trabalho com a Alfabetização de Jovens e Adultos que me dirigi para a pesquisa acadêmica e pude tecer, no decorrer do mestrado, algumas reflexões que hoje estão descritas neste trabalho.

Dentre as oportunidades advindas do Ceale, no ano de 2010, fui convidada a atuar como formadora em um curso voltado para a capacitação de educadores da EJA em cidades do Vale do Jequitinhonha, do Norte e do Centro de Minas Gerais. Denominado “O Ceale/FaE/UFMG e a

⁷ O Projeto faz parte do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG, que compreende, além do 1º segmento (ensino de 1º ao 5º ano), o 2º segmento (PROEF 2, ensino de 6º ao 9º ano) e o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PEMJA). As turmas do PROEF1 funcionam nas salas de aula da Faculdade de Educação, contam com o apoio logístico do Ceale (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da FaE/UFMG), sob a coordenação da profa. Francisca Maciel. O PROEF1 atende, anualmente, em média, 120 alfabetizandos, provenientes das comunidades interna e externa à Universidade.

⁸ Em relação às ações educacionais voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, atualmente destaca-se o programa Brasil Alfabetizado do Ministério de Educação/Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade (MEC/SECAD) em vigência por meio de políticas públicas desde o ano de 2003.

formação de leitores da EJA através da Coleção Literatura para todos”, o curso⁹ teve como objetivo principal viabilizar a formação de leitores e mediadores de leitura literária na AJA.

A ação vigorou durante os anos de 2010 e 2011, por meio de convênio com MEC/SECAD, atuando, sobretudo, em municípios mineiros cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela-se baixo, sendo eles: Almenara, Januária e Padre Paraíso. Além disso, dois polos foram instituídos em Diamantina e Curvelo para que alfabetizadores de municípios e distritos adjacentes com baixo IDH também pudessem ter acesso à formação.

A partir dessa experiência, tive uma proximidade com muitas alfabetizadoras do Vale do Jequitinhonha e minhas impressões iniciais ficaram atreladas, sobretudo, às situações adversas vivenciadas por elas¹⁰. Passei então a entrevistar, desde o mês de março de 2010, algumas educadoras no intuito de conhecer práticas pedagógicas que se destacavam, isto é, professoras¹¹ que conseguiam alfabetizar os alunos mesmo diante de contextos considerados adversos, seja do ponto de vista geográfico, estrutural, isto é, falta de espaço físico para comportar os alunos, visto que muitas aulas eram ministradas em locais improvisados nas casas das próprias educadoras; ou do ponto de vista pedagógico, isto é, em que a ausência de formação inicial e/ou continuada e a falta de recursos materiais para a realização das aulas eram constantes.

Dentre as várias professoras com as quais tive contato, uma alfabetizadora que conheci durante o curso no polo de Diamantina, Izaura, chamou-me a atenção, se destacando das demais pessoas até então entrevistadas, ao demonstrar com bastante propriedade em seu discurso, como desenvolvia a atividade docente em um ambiente bastante peculiar: uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha. Esse contato inicial com Izaura foi definidor para que eu levasse adiante a

⁹ A atividade foi coordenada pelos docentes Francisca Izabel Pereira Maciel e Carlos Augusto Novaes.

¹⁰ Denominados “agentes” voluntários de educação pelo Programa Brasil Alfabetizado, muitos educadores não possuem formação inicial para atuar na alfabetização, exercendo outras profissões em primeiro plano como, por exemplo: auxiliar de serviços gerais, comerciante, cabelereiro(a), costureira, entre outras funções, tendo no Programa a possibilidade de crescer em sua renda mensal o valor extra de R\$ 250,00.

¹¹ Durante os três primeiros meses de curso tive a oportunidade de conhecer e conversar com muitos educadores. Conforme a coordenação pedagógica do Programa Brasil Alfabetizado apontava os professores que demonstravam melhores resultados no trabalho de alfabetização, eu buscava me aproximar destes e, mediante a concessão dos mesmos realizava entrevistas a partir de um roteiro previamente estruturado, no intuito de conhecer um pouco mais do “fazer” docente desses sujeitos.

proposta de investigar os usos e funções da leitura e da escrita em uma comunidade que se diferenciava das demais e ainda pouco conhecida no meio acadêmico.

No capítulo três detalharei maiores informações sobre a comunidade Vila Nova, por ora, vale ressaltar alguns aspectos que situarão melhor o leitor sobre o contexto no qual o trabalho foi desenvolvido: Vila Nova. O nome já diz muito sobre a comunidade, trata-se de um grupo composto por dezoito famílias que descendem de escravos e que há cerca de três décadas constituiu a comunidade que fica próxima ao centro da pequena cidade de São Gonçalo do Rio das Pedras, um local tipicamente rural do Alto Jequitinhonha/MG. Há pouco mais de dois anos os moradores vêm se organizando pela busca do reconhecimento jurídico da Vila como uma comunidade quilombola.

Izaura discorreu que a Vila Nova compunha-se majoritariamente de adultos e idosos com pouca escolaridade e, diante desse contexto, ensinava aos alunos “as primeiras letras”, partindo da exploração direta do universo cultural dos mesmos: primeiramente, seu trabalho incidia na associação do alfabeto às letras que compunham os nomes de parentes dos aprendizes (filhos, cônjuges, a matriarca da família, etc.), isso porque, a comunidade caracteriza-se pela relação parental direta ou indireta entre todos os seus membros, segundo ela, dessa maneira os alunos atribuíam uma maior significação do alfabeto e assim tinham mais facilidade em identificar as letras.

A professora apontou também que explorava textos de tradição oral e alguns dos textos de circulação social, mais recorrentes na Vila, como documentos e rótulos, por exemplo, o que tornava a aprendizagem escolar mais próxima da realidade desses sujeitos. Segundo os coordenadores do Programa Brasil Alfabetizado¹² e a própria educadora, os resultados obtidos com esse trabalho eram bastante satisfatórios: os alunos estavam se apropriando de muitas habilidades relacionadas ao sistema da escrita e alguns em poucos meses já conseguiam decodificar e codificar palavras.

¹² As informações foram obtidas por meio de conversas informais e entrevistas realizadas durante o primeiro módulo do curso em Diamantina, no mês de maio de 2010.

Após o primeiro contato com a discente, passei, a partir de outubro de 2010, a visitar o local periodicamente, para assistir às aulas ministradas por Izaura, além disso, realizei visitas à comunidade, com o objetivo inicial de compreender melhor a relação dos educandos com a discente. À medida que o trabalho de campo se desenvolvia, fui percebendo que esses sujeitos adultos e idosos pouco ou não alfabetizados, assim como a imensa maioria do público que frequenta a EJA buscavam na escola um conhecimento que lhes permitisse participar na sociedade de forma mais ativa e autônoma.

As observações foram iniciadas tendo como foco principal a prática da docente na alfabetização de adultos, contudo, em função de alguns contratemplos, as aulas do Programa foram interrompidas no distrito¹³. Deste modo, como desde o início do trabalho tive grande interesse em conhecer melhor a cultura dos moradores da Vila Nova e entender mais sobre como se dava a utilização da língua escrita naquela comunidade quilombola, optei por voltar o olhar para os usos que os sujeitos pertencentes a essa comunidade faziam da leitura e da escrita.

Conforme o trabalho de campo era desenvolvido, deparei-me com uma instigante situação: percebi que os sujeitos com os quais tive contato, que alegavam não “saber nada” sobre a escrita, têm uma relação muito específica com o ler e o escrever, sobretudo nas atividades ligadas à fabriqueta de doces artesanais chefiada pelas mulheres mais idosas da Vila e na organização e execução das atividades realizadas nos lares, além da organização da Associação Comunitária Vila Nova, visto que o processo de reconhecimento da Vila, nos trâmites da lei que ampara comunidades quilombolas, é bastante recente.

Na fábrica, chamou-me a atenção o modo como a rotina é organizada: percebi uma relação muito peculiar na maneira como as atividades da fabriqueta de doces são exercidas pelas mulheres com pouca escolaridade, através da mediação das mais jovens, escolarizadas. Já, em relação às

¹³ No mês de julho de 2010, Isabel adoeceu em função de uma depressão e parou de ministrar aulas durante cerca de dois meses, ao retornar, em outubro, mês em que iniciei minhas observações, os alunos se mostraram bastante infrequentes, alegando que já estava no final do ano e assim prefeririam que as aulas fossem retomadas no início do próximo ano. De tal modo, no mês de novembro as aulas foram encerradas. A previsão era de que no mês de março de 2011 as aulas retornariam, todavia, em função de aspectos de ordem administrativa, até o mês de agosto de 2011 as aulas do Programa Brasil Alfabetizado no estado de Minas Gerais não haviam sido iniciadas.

atividades nos lares, os episódios analisados envolveram sujeitos que não dominam a leitura e a escrita e utilizam-se de conhecimentos ligados à língua escrita em atividades que fazem parte do seu cotidiano. Já no que diz respeito à Associação Vila Nova, analisamos o modo como o grupo organiza as atividades em função do processo de reconhecimento legal da Vila Nova, visto que, como faz apenas dois anos que os moradores passaram a organizar-se por meio da Associação Quilombola da Vila Nova, através de reuniões que ocorrem bimestralmente, o grupo discute aspectos sobre as especificidades de uma comunidade quilombola, sobretudo, aqueles ligados à identidade dos quilombolas e aos direitos legais a eles destinados.

No desenvolvimento dessa pesquisa, interessou-nos buscar responder às questões: Quais são as práticas de letramento recorrentes na Vila Nova? Como se dão os usos da leitura e da escrita entre os sujeitos com pouca escolarização¹⁴ na comunidade? Qual o significado que o ler e escrever tem para essas pessoas nesse contexto específico? Há alguma organização do grupo em função do domínio da linguagem escrita?

Para subsidiar nossas reflexões e análises, buscamos as contribuições dos estudos do letramento que auxiliam a compreender a diversidade de práticas envolvendo a linguagem escrita em contextos específicos de diferentes pessoas e/ou grupos. Operar um estudo com o conceito de letramento, entendido em sua dimensão social, supõe, pois, deslocamentos em nossos modos de ver pessoas e ou grupos em suas relações com as práticas de leitura e escrita em uma sociedade grafocêntrica. Pois o conceito de letramento:

Parece ter facilitado o campo das pesquisas, principalmente, ao recobrir aspectos além daqueles específicos das habilidades do ler e escrever, como um dispositivo para se compreender um fenômeno sociocultural, os modos e as condições com que a sociedade brasileira lida com a escrita (MARINHO; CARVALHO, 2010, p.17).

Desse modo, no intuito de averiguar como se dá a participação e a relação de quilombolas pouco escolarizados com as práticas de escrita, partimos do pressuposto de que, mesmo não dominando o ler e o escrever e vivendo em um contexto onde a circulação do escrito é bastante restrita se comparado a um grande centro urbano, essas pessoas tendem a valorizar e buscam utilizar os

¹⁴ Estamos denominando sujeitos com pouca escolarização pessoas que de certo modo frequentaram a escola de uma forma muito fragmentada, sem continuidade.

saberes vinculados à língua escrita, por reconhecerem sua legitimação social, e, para operarem em ações que envolvem saberes ligados à escrita lançam mão de diferentes estratégias.

O que se pretendeu aqui foi analisar quais são e como se dão as práticas de leitura e escrita entre esses sujeitos, traçando para isso um panorama descritivo e analítico do contexto observado enfocando tanto as situações de uso da escrita, quanto os discursos sobre elas, e os valores atribuídos a esses usos. A análise objetivou portanto, mostrar como a comunidade vivencia o letramento.

Acreditamos que as reflexões sobre a utilização da leitura e da escrita por sujeitos que tiveram experiências bastante restritas com a aprendizagem formal da linguagem escrita se configura como um campo fértil de discussões em torno das potencialidades do letramento, podendo trazer contribuições para a discussão acadêmica sobre as diferentes funções do ler e do escrever, favorecendo a ampliação do *corpus* de pesquisas no campo do letramento. Esperamos que os leitores possam encontrar, através das narrativas, aqui presentes, subsídios para reflexões acerca das diferentes possibilidades de uso da leitura e da escrita e da valorização dos diferentes saberes dos adultos e idosos não alfabetizados.

2 A organização do trabalho

As análises que subsidiaram a estrutura desta dissertação de cunho etnográfico, com base metodológica qualitativa, estão organizadas em quatro capítulos, nos quais se encontram reflexões de caráter teórico e analítico: a fundamentação conceitual para as análises; a orientação do trabalho de campo; bem como o levantamento e o tratamento dos dados levantados durante a investigação.

Iniciamos o primeiro capítulo, intitulado “Assinalando pressupostos teóricos” cujo objetivo é situar o objeto da pesquisa dentro do contexto geral em que o trabalho se insere, apresentando, pois, um quadro teórico considerado pertinente às análises ligadas à temática pesquisada. Em um primeiro momento, serão expostas algumas contribuições do campo das teorias sobre linguagem,

e aportes da sociolinguística para a compreensão da língua e linguagem e seus usos. Posteriormente, focamos conceitos ligados à abordagem etnográfica do letramento que nos auxiliarão a compreender o local pesquisado bem como o modo como algumas práticas são realizadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa.

No segundo capítulo, denominado “Abordagem metodológica”, buscamos expor como ocorreu a escolha da abordagem investigativa, a definição dos procedimentos de coleta de dados e modos como estes foram analisados. Consideramos a contextualização do ambiente e dos sujeitos da pesquisa bem como a descrição do modo como se deu a aproximação da pesquisadora, pontos fundamentais para a compreensão dos modos como se processam as ponderações apresentadas nas análises.

O terceiro capítulo da dissertação cujo título é “Especificidades das comunidades quilombolas e a Vila Nova: uma comunidade do Alto Jequitinhonha” objetivou apresentar os principais aspectos das comunidades quilombolas, dando especial atenção à comunidade investigada. Para tanto, contextualizamos a temática a partir do diálogo com trabalhos que delineiam as características de grupos quilombolas, ressaltando alguns dos principais aspectos sócio-históricos que originou o conceito e o surgimento desses grupos no Brasil, enfatizando as especificidades das comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, especialmente no Alto Vale do Jequitinhonha, e caracterizando, por fim, a comunidade Vila Nova e os sujeitos que participaram da pesquisa.

No quarto capítulo titulado “Os usos da língua escrita entre sujeitos não alfabetizados da Vila Nova”, contextualizamos, a partir da identificação de seis eventos envolvendo o uso da escrita, as práticas de letramento vivenciadas na comunidade. Tais práticas estão relacionadas às esferas do trabalho e doméstica, dentre as quais destacamos também a temática quilombola, focalizando, especialmente, episódios em que adultos e idosos pouco escolarizados utilizam a língua escrita nas diferentes atividades em que estão envolvidos. As análises, possibilitadas por meio da observação de episódios do cotidiano do grupo, revelaram aspectos pertinentes sobre como se dá a utilização da língua escrita e qual papel ela desempenha dentro da comunidade. Por fim, nas considerações finais retomamos algumas questões analisadas ao longo do trabalho.

CAPÍTULO 1 - ASSINALANDO PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O conjunto teórico concernente às questões do letramento e linguagem é extenso, complexo e abrange questões de diferentes ordens. Para o estudo proposto, buscaremos identificar alguns conceitos imprescindíveis para a compreensão dos usos sociais da leitura e da escrita, situados no limite de vários campos, entre os quais se destacam os Novos Estudos sobre o Letramento e os estudos voltados para a concepção sociológica da linguagem. É através do diálogo com esse quadro teórico que buscaremos conceitualmente focalizar este primeiro capítulo.

1.1 Abordagem discursiva: um olhar diferenciado sobre a linguagem

Para a reflexão sobre as práticas sociais de uso da leitura e da escrita na perspectiva etnográfica (STREET, 1993), partimos do pressuposto assinalado por Bakhtin (2009) de que a linguagem não é neutra, sendo fundada a partir das necessidades de comunicação caracterizada por um legado histórico-cultural da humanidade, isto é, pela natureza social e não individual, se realizando por meio da interação entre locutores. O respaldo dessa não neutralidade possibilita a busca pela compreensão sobre o que os sujeitos investigados dizem e por que o dizem.

Desse modo, consideramos pertinente explicitar as referências conceituais sobre a linguagem, nas quais as observações e análises das interações dos sujeitos da pesquisa foram realizadas. Uma vez que, nos ambientes nos quais o material empírico foi coletado, através de entrevistas e observação participante, percebeu-se uma dialogicidade constante. O princípio do dialogismo em Bakhtin (2009) está pautado na ideia do diálogo entre interlocutores e outros textos, que só existem na sociedade e para a sociedade e, portanto, não podem ser reduzidos somente à sua materialidade linguística ou dispersados em atos de abstração, interpretação ou inferência.

Por fazer parte de uma rede de produção de sentidos, o dialogismo é considerado por Bakhtin (2009) o princípio constitutivo da linguagem e de todo o discurso e, por ser concebida dessa forma, a linguagem não deve ser analisada isoladamente, separada de seu contexto social de produção e circulação. O autor considera o dialogismo o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso:

Toda enunciação efetiva, seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez, a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto (BAKHTIN, 2009, p. 107).

Essa perspectiva auxiliou-nos durante as observações e entrevistas uma vez que a fala está “indissolivelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 2009, p.14). Toda enunciação efetiva ocorre em resposta à outra dita por alguém, em alguma situação, com alguma intencionalidade. Os textos podem ser compreendidos então como manifestações discursivas que, em sua concepção, são “tecidos por muitas vozes” (BAKHTIN, 2009, p.14), ou melhor, se constituem de muitos textos e/ou discursos que se entrecruzam, complementam-se ou polemizam-se no interior do texto.

Como a intenção dessa pesquisa foi analisar as relações com a escrita entre os habitantes da vila, buscando entender o contexto sociocultural em que se inserem, tornou-se bastante fecundo o diálogo com os conceitos relacionados à língua e à enunciação postulados por Bakhtin (2009), uma vez que, há uma relação inseparável entre linguagem e situação social. O que nos leva, por sua vez, a avançar a visão em que a linguagem é simplesmente um sistema simbólico de recursos comunicacionais, passando a considerar essa como instância constitutiva de identidades e de relações entre sujeitos, instituições e conhecimento. Com base nesse princípio, a apreciação das interações entre moradores da comunidade e textos escritos ocorreu considerando suas formas enunciativas explícitas (enunciado concreto) e implícitas (efeitos de enunciação), de forma a buscar um entendimento dos textos em suas produções múltiplas de sentido.

Para compreender como adultos e idosos pouco escolarizados da comunidade Vila Nova lidam com os usos da escrita, quer seja pela interação com os textos escritos, quer seja pelos próprios textos produzidos por eles, partilhamos também da ideia de que os textos por si só não apresentam significados autônomos nem um conjunto de funções independentes. A construção dos sentidos e das funções dos textos está diretamente relacionada ao contexto social de uso. Desse modo, a leitura e a escrita podem assumir múltiplas funções numa atividade interacional. Nessa vertente, segundo Barton e Hamilton (1998), são ilimitadas as possibilidades de exercício da leitura e da escrita e também infinitos os significados constituídos a partir desse uso. Isso

porque, “os atos de ler e escrever não são as únicas formas por meio das quais os textos adquirem significado”¹⁵ (BARTON; HAMILTON, 1998, p.11). Assim, buscamos apreender o uso da linguagem em sua dimensão sociológica, já que as ações da linguagem são indissociáveis das relações sociais, uma vez que estas sempre pressupõem o outro nas disputas em jogo durante a interação.

A partir do momento em que o sujeito se vê inserido em certo contexto, as significações construídas dependem de suas vivências e passam a fazer parte do seu mundo, de modo que a palavra só faz sentido na medida em que desperta no ouvinte as ressonâncias significativas referentes à sua vida. Não é possível, por conseguinte, dissociar o ato de pesquisar ações ligadas aos modos de interação entre sujeitos e o escrito, da noção de língua e linguagem, apontadas por Bakhtin (2009), compreendidas em seu caráter de interação, dialogismo e produção de sentidos.

Em relação a esses pressupostos ligados à linguagem Rockwell (2010) afirma que a pesquisa sobre a situação linguística e o letramento como processo social, fora da escola, é um dos desafios atuais. Para a autora, “as práticas de escrita são mediadas por práticas orais, pelo diálogo no sentido amplo que a esse conceito outorgou Bakhtin” (ROCKWELL, 2010, p. 103). Desse modo, ao invés de começar com a ideia de letrado e não letrado pode-se começar com a ideia de atribuição de significado, como defende Street (2010), porque “todo mundo tem língua, mas mesmo aí há variedades de línguas” (STREET, 2010, p.42).

Nessa mesma direção, Kalman (2003) assinala que diversos estudos apontam que em situações coletivas, vários participantes aportam conhecimentos e saberes, usam ferramentas culturais, materiais e mentais e colaboram de uma maneira ou de outra, para lograr um fim comunicativo onde a língua escrita tem um papel central. Torna-se necessário, assim, reconhecer que diferentes grupos sociais têm diferentes possibilidades de acesso, interesses, expectativas, necessidades que incidem em modos específicos de engajamento com a linguagem escrita. Tais contribuições nos

¹⁵ Tradução nossa. Texto original: *The acts of reading and writing are not the only ways in which texts are assigned meaning.*

possibilitaram partir do pressuposto que a linguagem oral, assim como a leitura e a escrita são práticas sociais de constituição significativa em contextos particulares.

1.2 A perspectiva etnográfica dos usos da leitura e da escrita: Novos Estudos sobre o Letramento

Diversos estudos, brasileiros e internacionais¹⁶, sobre a leitura e a escrita em uma perspectiva social buscam compreender como indivíduos se aproximam do mundo da escrita, e como se tornam usuários da leitura e da escrita em seus cotidianos. Para a realização da investigação pautamos nossas reflexões sobre o campo do letramento utilizando como referência as ponderações de Street (1984, 2010), Heath (1983 *apud* SOARES, 2003), Kleiman (1995), Barton e Hamilton (1998) e Soares (2003, 2010). Além disso, entendendo que as práticas envolvendo a linguagem escrita resultam da cultura escrita tomamos como aporte as contribuições de Kalman (2003), Batista e Ribeiro (2004) .

Tendo como objeto de pesquisa os usos da escrita em práticas sociais e como sujeitos, sobretudo, pessoas com pouca escolaridade de uma comunidade quilombola, o ponto de vista que norteou essa investigação incide principalmente nos NLS. Esses estudos compreendem um conjunto de conceitos teóricos sobre letramento e têm fundamentos políticos, sociais e antropológicos, no que diz respeito à alfabetização, leitura e escrita e projetam uma interface entre Linguagem, Antropologia e Educação.

A expressão *New Literacy Studies* é usada para identificar os estudos que, a partir da década de 1980:

Representam uma nova tradição em consideração à natureza do letramento, contemplando não apenas a aquisição de habilidades, como acontece nas abordagens dominantes, mas antes no que significa pensar sobre o letramento como uma prática social. Isso implica o reconhecimento de múltiplos letramentos, variando de acordo com

¹⁶ Cf. Street (1984, 1993, 2010); Heath (1983 *apud* SOARES, 2003); Kleiman (1995); Barton e Hamilton (1998); Soares (2003, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d, 2004e, 2010); Kalman (2003); Marinho (2010), entre outros.

tempo e o espaço, mas também impugnados por relações de poder (STREET, 2003b, p.77)¹⁷.

Buscamos no desenvolvimento do trabalho, referenciarmo-nos em estudos sobre o letramento, em especial, nas acepções de Street (1984, 2003, 2010) e Soares (2003, 2004e, 2010), que trazem contribuições relevantes na discussão das questões postas pelo uso do conceito de letramento como ferramenta analítica. Segundo Soares (2010), os Novos Estudos sobre Letramento, realizados sob uma perspectiva social e etnográfica, consolidam-se nos anos de 1990, trazendo “além de novos princípios e pressupostos teóricos, alguns instrumentais para a análise do fenômeno do letramento” (SOARES, 2010, p.104). Essas contribuições conceituais focalizam os usos da linguagem escrita através de um ponto de vista etnográfico, isto é, buscando apreender tais usos sob o ponto de vista dos sujeitos pesquisados, possibilitam explicar e compreender melhor o que as pessoas fazem com a linguagem escrita e, como a linguagem escrita passa a fazer parte desses sujeitos e dos locais onde vivem.

Ainda segundo a autora, na produção acadêmica do Brasil, o letramento está quase sempre associado à alfabetização dado uma “inadequada e inconveniente fusão dos dois processos” (SOARES, 2003, p.08). Assim sendo, aqui no país, a “invenção” do letramento, segundo a autora, se deu por vias diferentes de outros países como a França e os Estados Unidos, por exemplo, onde a discussão do termo letramento -*illetterisme, literacy e illiteracy*- acontece de modo autônomo à discussão sobre a alfabetização¹⁸.

A discussão nacional sobre o letramento está enraizada no conceito de alfabetização que, conforme revela a autora, passou por uma mudança conceitual no que se refere à aprendizagem da língua escrita, a partir de meados da década de 1980, passando a configurar um paradigma cognitivista e difundindo-se sob a denominação de “construtivismo, e posteriormente socioconstrutivismo” (SOARES, 2003, p.10). Decorre, daí, uma interdependência e indissociação entre a alfabetização, desenvolvida por meio da aprendizagem das relações grafo-fonêmicas, e o

¹⁷ Tradução nossa. Texto original: *What has come to be termed the 'New Literacy Studies' (NLS) represents a new tradition in considering the nature of literacy, focusing not so much on acquisition of skills, as in dominant approaches, but rather on what it means to think of literacy as a social practice. This entails the recognition of multiple literacies, varying according to time and space, but also contested in relations of power.*

¹⁸ Para maiores detalhamentos sobre assunto Cf. Soares (1998, 2010).

letramento que ocorre através de práticas sociais de leitura e escrita. Nesse sentido, é consensual que muitas são as dimensões provenientes da imersão dos sujeitos na cultura escrita e que o letramento tem diferentes dimensões em função da participação desses sujeitos em eventos variados de leitura e de escrita.

A existência de um conceito escolar que difere de um conceito não escolar de letramento remete às diferenças entre práticas escolares e práticas sociais (não escolares) de leitura e de escrita. Nesse sentido Soares assinala que:

A hipótese aqui é, então, que letramento escolar e letramento social, embora *situados* em diferentes espaços e em diferentes tempos, são parte dos mesmos processos sociais mais amplos, o que explicaria por que experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita proporcionadas pelo processo de escolarização acabam por habilitar os indivíduos à participação em experiências sociais e culturais de uso da leitura e da escrita no contexto social extra-escolar (SOARES, 2004, p. 111, grifo da autora).

Assim, mesmo possuindo especificidades o letramento, tanto no âmbito da escola, quanto no âmbito extraescolar, constitui um processo mais vasto que se refere a inúmeras práticas em que há demanda(s) do uso da leitura e da escrita. Em consonância com tais ideias, pode-se apontar aqui, por exemplo, as expectativas que alguns moradores da Vila Nova tinham (e têm) em relação ao uso da escrita enquanto frequentavam as aulas do Programa Brasil Alfabetizado no local. .

Durante o mês de outubro de 2010, pude acompanhar algumas aulas realizadas na Vila. Lá, duas moradoras ainda não alfabetizadas aprendiam a identificar as letras do alfabeto, e em uma das aulas, uma das alunas, Violeta, diz “Ah eu quero aprender essas letras aqui, porque eu vou saber chegar lá naquele supermercado de Diamantina e pegar tudo sozinha, sabendo qual é a marca”. Isso nos mostra que o processo de escolarização possibilita a habilitação e a autonomia de sujeitos a participarem das experiências sociais e culturais de uso da leitura.

De tal modo, do ponto de vista educacional, pedagógico, letramento designa as habilidades de leitura e escrita de crianças, jovens ou adultos em práticas sociais que envolvem a língua escrita, conforme Soares, “de um ponto de vista linguístico, a palavra designa os aspectos da língua escrita que a diferenciam da língua oral” (SOARES, 2010, p.57). A autora destaca que as perspectivas antropológica e histórica são ainda principiantes no país.

Nortearmos nossas análises a partir da escolha do ponto de vista antropológico, pois, considerando-se essa perspectiva, ao se pensar no estudo sobre os usos da leitura e da escrita em comunidades quilombolas, é pertinente considerar a cultura na qual os sujeitos pertencentes a esses grupos estão inseridos, sendo imprescindível pensá-los como grupos que experenciam práticas sociais de leitura e escrita peculiares. O que requer, por sua vez, uma perspectiva etnográfica para a análise dessas práticas.

Nos vários trabalhos sobre letramento, é possível distinguir, como demonstram, por exemplo, Kleiman (1995), Ribeiro (1999) e Soares (1998, 2004a) aqueles que abordam a dimensão individual do letramento daqueles que abordam sua dimensão social. Quando a dimensão individual é enfocada, o letramento é visto, segundo Soares (1998), como um atributo *pessoal*, um conjunto de disposições e capacidades cognitivas e metacognitivas [individuais] que constituem a leitura e a escrita. Em sua dimensão social, o letramento é visto “como um fenômeno *cultural*, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita” (SOARES, 1998, p. 66-70, grifos da autora).

Os estudos que abordam o letramento segundo a dimensão individual são denominados por Street (1984) como modelo autônomo, sendo baseados, geralmente, numa visão da escrita alfabética como um instrumento tecnológico neutro, objetivo e autônomo, cuja aquisição resultaria em aspectos positivos, como por exemplo, o desenvolvimento cognitivo. Desse ponto de vista, a aquisição da escrita é colocada como fundamental para o desenvolvimento das capacidades de raciocínio e abstração. O letramento é, então, tomado como base para estabelecer a distinção entre culturas orais e culturas letradas, entre o não moderno e o moderno, entre as sociedades primitivas e as avançadas, o que, segundo ele, incorpora uma visão etnocêntrica ocidental letrada.

Diferentemente dessa perspectiva, nesta investigação buscamos assumir uma postura que se enquadra no modelo ideológico de letramento, no qual conforme Street (1984), se observa a escrita relacionada aos seus contextos sociais de uso, sob a perspectiva de que diferentes culturas dão ênfases diferentes à aprendizagem da escrita e fazem usos específicos do meio oral, que

variam conforme o tempo, o espaço e os objetivos. Segundo esse modelo, o letramento é entendido em termos de práticas sociais e ideologias, baseando-se na compreensão de que a escrita não é neutra; pelo contrário, é envolvida por diferentes significados sociais.

De acordo com Kleiman (1995), “o letramento é considerado um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder” (KLEIMAN, 1995, p.11). A autora aponta a complexidade em se adotar termos como letrado e iletrado, pois, vivenciando em ambientes onde há uma tradição da cultura escrita, os sujeitos não alfabetizados envolvem-se em práticas sociais diárias de leitura e de escrita, quer seja ao pedir alguém que leia o nome de um ônibus ou de uma rua, que leia uma carta que recebe, que veja o prazo de validade de um produto no supermercado, que anote um recado para alguém etc. Embora não saibam ler e escrever, essas pessoas, de certo modo, já apresentam “graus” de letramento, uma vez que estão imersas num mundo letrado e fazem uso, de uma forma ou de outra, da leitura e da escrita.

Na pesquisa realizada por Street (1984), o autor refere-se ao termo no plural – letramentos – considerando a diversidade das experiências culturais das pessoas e dos grupos, definindo modos e condições também diversos de apropriação das culturas escritas, nas palavras do autor: “poderíamos provavelmente, mais apropriadamente nos referirmos a ‘letramentos’ do que a um único ‘letramento’”¹⁹ (STREET, 1984, p. 08, grifos do autor). Dessa forma, na compreensão do letramento como um fenômeno cultural, somos incitados ainda a olhar tal fenômeno compreendido em práticas sociais mais amplas, estando desse modo relacionado aos “valores socioculturais que permeiam essas práticas” (MENDES, 2001, p. 06).

Soares afirma que os conceitos de letramento que enfatizam sua dimensão social fundamentam-se em duas vertentes conflitantes a respeito das relações entre letramento, sociedade e cultura: a primeira, denominada pela autora como interpretação progressista ou “liberal”, baseia-se no valor pragmático do letramento (dela advêm as expressões “letramento funcional” ou “alfabetismo

¹⁹ *We would probably more appropriately refer to “literacies” than to any single “literacy”.*

funcional”); a segunda, denominada interpretação radical ou “revolucionária”, baseia-se em seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas (SOARES, 1998; SOARES, 2004e). Nessa segunda vertente:

[...] letramento não pode ser considerado um “instrumento” neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar *ou* questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais (SOARES, 1998, p. 74-75, grifos da autora).

Interessa-nos operar com tal conceito em sua dimensão social pela sua potencialidade ao problematizar condições, resultados e consequências da apropriação da leitura e da escrita pelos sujeitos, mas também para grupos e sociedades porque isso nos auxilia a compreender como “são construídos diferentes modos de inserção e participação na cultura escrita” (BATISTA, 2000, p. 02). Ainda que não tenhamos adotado o termo cultura escrita como conceito operante das análises, vale ressaltar que alguns aspectos envolvidos na compreensão desse termo possuem consonância com o objeto desse estudo, tal como se pode observar nas ponderações de Chartier (2002) ao afirmar que o termo “culturas escritas”, como uma linha de investigação voltada para estudos de práticas de leitura e escrita, de modos de inserção e participação individuais em culturas escritas e das identidades específicas adquiridas por essas culturas, em consequência de finalidade e dos usos que nela se fazem da escrita e dos modos como nela se relacionam o impresso, o manuscrito e a oralidade.

Sobre o NLS Galvão (2007) abaliza que “o ler e o escrever fazem parte de atividades humanas complexas, esses novos estudos consideram impossível analisar tais fenômenos separando-os das pessoas, dos grupos e dos lugares onde ocorrem” (GALVÃO, 2007, p.20). Para a autora, os estudos sobre letramento, cada vez mais, têm privilegiado a realização de estudos mais circunscritos, em muitos casos utilizando a Etnografia e, mais amplamente, as ideias da Antropologia. Destarte, o letramento pode ser compreendido como uma ferramenta teórica que auxilia na compreensão dos modos e das condições em que os sujeitos lidam com o fenômeno cultural da escrita em que é possível observar o caráter político, ideológico e social das práticas ligadas a essa cultura.

Para Marinho (2010), o conceito coopera para as investigações, sobretudo, ao ampliar aspectos que ultrapassam capacidades ligadas à leitura e escrita. Para a autora, o letramento se configura, pois, como um dispositivo teórico que auxilia a compreensão desse fenômeno sociocultural, os modos e as condições com que a sociedade brasileira lida com a escrita. Assim sendo, operar com o conceito de letramento, entendido em sua dimensão sócio-cultural supõe, pois, deslocamentos em nossos modos de ver pessoas e ou grupos em suas relações com as práticas de leitura e escrita em uma sociedade grafocêntrica.

Outro aspecto importante para nossas reflexões diz respeito ao reconhecimento da escrita como sendo mais do que letra, pois no letramento a ênfase não se centra no texto, mas nas práticas-compreendendo o termo no sentido dos usos concretos dos materiais escritos. Os sujeitos da pesquisa possuem em sua maioria pouco conhecimento sobre a escrita, isto é não escrevem ou leem com autonomia, alguns não reconhecem todas as letras do alfabeto, mas todos realizam práticas que envolvem textos escritos quer seja em casa manipulando contas de luz e/ou de telefone, recibos, documentos, panfletos da igreja; quer seja no trabalho, identificando, por exemplo, os produtos a serem utilizados na limpeza por meio do rótulo; quer seja na associação, e discutindo seus direitos tomando como referencia o que diz o material disponibilizado pelo governo federal sobre comunidades quilombolas; ou ainda no posto de saúde por meio do cartão de cadastro na unidade de atendimento e dos cartões de vacina. Enfim, esses sujeitos não dominam a leitura dos textos, mas desenvolvem atividades as quais o texto escrito se faz presente.

Kalman (2010) reforça a ideia de que o uso da língua escrita está ideologicamente situado em contextos institucionais, processos históricos e relações de poder cujos alcances extrapolam os eventos concretos nos quais se lê e se escreve. Dessa forma, a língua escrita e seus usos devem ser apreendidos como fenômenos múltiplos e heterogêneos. Visto que os sujeitos, nas práticas de letramento, “atualizam e ressignificam as potencialidades que uma determinada cultura escrita lhes propicia, quando nela se inserem” (KALMAN, 2010, p. 94).

Outro aspecto a ser considerado na abordagem de uma investigação que focaliza o letramento é a consideração da multiplicidade de aspectos envolvidos nos fenômenos relacionados ao mundo da escrita. Os sujeitos, nas práticas de letramento, atualizam e ressignificam as potencialidades que uma determinada cultura escrita lhes propicia, quando nela se inserem. Partilhamos da ideia de Vóvio (1999) que considera o letramento um fenômeno multifacetado, caracterizado pelas práticas sociais de uso da linguagem escrita, que dependendo do contexto em que são forjadas, mostra-se capaz de explicar os diferentes desempenhos dos sujeitos inseridos em tais práticas.

Diante dessas exposições sobre a acepção de letramento considerado-se que a afirmação de Soares (1998) de que o letramento “refere-se ao conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 1998, p.72) vem ao encontro das ponderações analíticas deste trabalho. Isso porque, na realização desta pesquisa, consideramos o termo como um conjunto de práticas sociais, em que os modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para nas formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder.

Pode-se afirmar que as ações de letramento são social e culturalmente determinadas, assim, os significados que a escrita assume para um grupo social depende do contexto e das instituições em que ela foi adquirida (KLEIMAN, 1995, p. 21). Em poucas palavras, o conceito de letramento, no qual este trabalho se funda poderia, pois, ser explicado como a pluralidade de práticas sociais envolvendo a escrita (SOARES, 1998).

De tal forma, para as análises dos usos da leitura e da escrita na Vila Nova, buscamos compreender a aquisição de conhecimentos sobre a escrita pelo adulto analfabeto ou com pouca escolaridade, tendo em vista suas diferentes experiências vivenciadas, por meio de processos formais ou não formais de aprendizagem. Pois, conforme ressalta Galvão (2004): “ao lado da escola, diversas outras instâncias também contribuem para que pessoas utilizem com maior frequência e propriedade a leitura e a escrita: o trabalho, o sindicato, o partido, a igreja, a biblioteca do bairro, a associação, o clube [...]” (GALVÃO, 2004, p.150).

Não desconsiderando o lugar social ocupado pela escola como a instituição em que, por excelência, ocorre o aprendizado da leitura e da escrita (Soares, 2004), acreditamos que o acesso ao mundo da escrita também pode ocorrer em outras instâncias não formais. Além disso, em se tratando de pessoas adultas pouco escolarizadas, temos que levar em conta as sucessivas entradas e saídas da escola ao longo dos anos, e mesmo se tratando de experiências escolares marcadas pelo fracasso e/ou pela exclusão, esses espaços também podem ter se constituído em momentos de aprendizagens que foram sendo acumuladas a outras experiências ao longo da vida. Isso porque, segundo Kalman (2003), “a leitura e a escrita ocorrem em contextos específicos de interação social”²⁰ (KALMAN, 2003, p.43).

Consideramos a leitura e a escrita como atividades sociais, portanto, ao discutir acerca da pluralidade de formas, usos, práticas, objetivos e crenças sobre a escrita, as análises, buscamos detalhar as diferentes oportunidades para a participação em tais atividades, assim como os diversos modos de intervenção que leitores e escritores constroem no uso da linguagem escrita.

1.3 Ações envolvendo usos da linguagem escrita: práticas e eventos de letramento

O intuito desta investigação foi analisar os usos da escrita que sujeitos pouco escolarizados de uma comunidade quilombola realizam em práticas sociais cotidianas. Segundo Galvão (2007), o letramento refere-se a um campo de eventos e práticas sociais mediados por material escrito. Destarte, tornou-se fundamental para o desenvolvimento do trabalho o uso do conceito de práticas e eventos de letramento, uma vez que as análises foram operacionalizadas a partir do mapeamento de diferentes episódios mediados por material escrito, possibilitando a reflexão sobre a complexidade envolvida nos usos da escrita.

As práticas de letramento, não são “unidades comportamentais diretamente observáveis” (BARTON; HAMILTON, 1998, p. 06). Nos termos de Street (1993), as práticas envolvem comportamentos, valores, atitudes, sentimentos e relações sociais. Unem-se, a esses aspectos, a

²⁰ La lectura y la escritura se producen en contextos específicos de interacción social.

consciência das pessoas acerca do letramento, as construções e discursos, bem como o modo como dizemos sobre o letramento e o dotamos de sentido.

Entendemos que os eventos de letramento podem ser percebidos por observação direta nas interações em que ocorre o uso da linguagem escrita, tal como aponta Health (1983). Nos eventos, os textos escritos se constituem no principal foco da interação, mesmo que as relações estabelecidas sejam marcadas pela linguagem verbal. Ainda segundo a autora, os eventos podem ser identificados juntamente com os textos da vida cotidiana, nas relações estabelecidas entre os indivíduos. As práticas podem ser apreendidas a partir da descrição dos significados que as pessoas atribuem à atividade de leitura e de escrita nessas relações. Ao observarmos diferentes eventos, percebemos que o letramento não é compreendido da mesma maneira nos diferentes contextos. Isso implica considerar a existência de inúmeros letramentos, tal como assinala Street (2010). Os letramentos são configurados a partir do exercício de certas práticas de leitura e de escrita, práticas essas percebidas como coerentes na perspectiva dos participantes.

Mesmo vivenciado em uma comunidade localizada em uma área rural, pela proximidade com centros urbanos, como Diamantina e Serro, as práticas de letramento realizadas pelos adultos e idosos na Vila Nova se constituem nas interações no seio de uma sociedade grafocêntrica, em situações de leitura e escrita, ou de algum modo, marcadas pela cultura escrita: mesmo quando não se faz o uso da “tecnologia da escrita”²¹ envolvida no ato de ler e escrever, há nas práticas orais a marca da cultura escrita, como idealização a alcançar, como acessório que se utiliza ou se dispensa, como intimidação à qual se resigna ou a que se resiste, como validação a que se submetem tais práticas, ou que são por elas questionadas, burladas, desdenhadas (FONSECA, 2008).

²¹Usamos aqui a palavra tecnologia na acepção que lhe é dada por Soares (2003): o conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita” (SOARES, 2003, p. 91, aspas da autora). Essas técnicas envolvem “o domínio do sistema de escrita (alfabético, ortográfico)” e a “aquisição *de modos de escrever* e *de modos de ler*” (SOARES, 2003, p. 91, grifo da autora).

Marinho (2010) assinala ainda que, ao realizar a opção pela utilização do conceito de evento de letramento pode-se orientar pelas situações de interação analisadas, observando a configuração estrutural e o grau de rigidez ou de flexibilidade de suas regras. A compreensão das regras subjacentes a um evento “remete às práticas, ao contexto sociocultural das instituições nas quais esses eventos ocorrem” (MARINHO, 2010, p. 79). Neste trabalho, analisaremos alguns eventos dentro de práticas de letramento. Esses eventos focalizam o ato através do qual se decide escrever, o momento em que alguém “toma” ou retém em suas mãos a escrita, tornando-a algo constitutivo de uma identidade pessoal e coletiva. Sobre eventos envolvendo leitura e escrita, Kalman (2003) pondera que:

A preocupação central que subjaz o estudo de intervenção em eventos de leitura e escrita abarca desde um interesse por compreendê-la como práticas sociais mas que, como um conjunto de destrezas que se centra na manipulação mecânica de elementos separados do texto; em seu lugar, surge uma série de perguntas acerca de quem e o que leem, quando o fazem e quais são seus motivos ou propósitos (KALMAN, 2003, p.43)²².

Para autora nos eventos comunicativos onde se lê e se escreve são criadas oportunidades de acesso à língua escrita. Assim:

O acesso depende das particularidades das práticas de ler e escrever, as quais se descobrem nos eventos; ao participar nos usos da língua escrita se revelam suas matizes e se distinguem os processos de construção do significado; circulam conhecimentos, se mostra o emprego das tecnologias, fluem conhecimentos, informação e recursos de linguagem (KALMAN, 2003, p. 44, tradução nossa).²³

Para a investigação sobre o letramento na comunidade quilombola tornou-se necessário, pois, compreendermos as condições nas quais os habitantes da Vila Nova tem contato com materiais escritos, além da necessidade de se discutir o conceito de evento, torna-se pertinente, portanto, diferenciar os termos disponibilidade e acesso.

De acordo com Kalman (2003) a disponibilidade se refere às condições materiais para a prática da leitura e da escrita. Ao pensar no contexto da pesquisa é pertinente considerar que a

²² Texto original: *La preocupación fundamental que subyace al estudio de intervención en eventos de lectura se aborda desde un interés por comprenderlas como prácticas sociales más que como un conjunto de destrezas que se centra en la manipulación mecánica de elementos aislados del texto; en su lugar, surge una serie de preguntas acerca de quiénes y qué leen, cuándo lo hacen y cuáles son sus motivos o propósitos.*

²³ Texto original: *el acceso depende de las particularidades de las prácticas de leer y escribir las cuales se descubren en los eventos ; al participar en los usos de la lengua escrita sus matices y se distinguen los procesos de construcción, del significado; circulam conocimientos, se muestra el empleo de las tecnologías, fluyen saberes, información y recursos de lenguaje.*

disponibilidade a materiais escritos na Vila Nova é bastante singular dada a especificidade de São Gonçalo do Rio das Pedras: não há biblioteca pública, na única escola do distrito há uma biblioteca destinada somente aos alunos, não há bancas de jornais e revistas, livraria, sebos, etc. A circulação do escrito se dá, sobretudo, por meio da distribuição de cartas, especialmente comerciais e contas através dos correios; o jornal informativo do município do Serro chega esporadicamente trazido por alguns moradores; há também presença da Bíblia e outros materiais de cunho religioso, além de livros didáticos.

Já o acesso tem a ver com as condições sociais para se fazer uso e se apropriar da leitura e da escrita. Em relação a esse aspecto, na Vila Nova percebemos como episódios que evidenciam o acesso: a leitura coletiva da Bíblia, semanalmente uma jovem da Vila lê versículos bíblicos na casa da matriarca da família e depois são discutidas as passagens lidas; a leitura da ata, no início das reuniões da Associação, onde os participantes fazem alguma correção sobre o que foi registrado, se for o caso; a leitura de livros de literatura infantil pelos filhos em idade escolar; e também a oportunidade de aprender a língua escrita através das aulas que, conforme explicado anteriormente, cessou no fim do ano de 2010. Para Kalman (2001):

Disponibilidade denota a presença física de materiais impressos, a infraestrutura para sua distribuição (biblioteca, pontos de venda de livros, revistas, diários, serviços de correio, etc) enquanto que o acesso se refere às oportunidades tanto para participar em eventos de língua escrita (situações em que o sujeito se posiciona na frente de outros leitores e escritores) como para aprender a ler e escrever²⁴ (KALMAN, 2001, *apud* KALMAN, 2003, p.39, tradução nossa)

Sendo as práticas e os eventos construídos culturalmente, devemos entender o letramento para além das ações individuais, deslocando-o para o âmbito das relações sociais, ou seja, os modos como a comunidade utiliza a leitura e a escrita. Para cada grupo de indivíduos, há estruturas que regulam a produção e a utilização dos textos. Deslocar a ideia do letramento como um atributo individual é uma das implicações mais importantes de uma abordagem ideológica do letramento e uma das formas pelas quais ela se difere de abordagens mais tradicionais.

²⁴ Texto original: *Disponibilidad denota la presencia física de los materiales impresos, la infraestructura para su distribución (biblioteca, puntos de venta de libros, revistas, diarios, servicios de correo, etcétera) mientras que el acceso refiere a las oportunidades tanto para participar en eventos de lengua escrita (situaciones en la que el sujeto se posiciona frente a otros lectores y escritores) como para aprender a leer y escribir.*

Analizamos os eventos de letramento por esses configurarem, segundo Heath (1982a) as ocasiões em que a escrita é “parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos interpretativos” (HEATH, 1982a, p. 93). Soares (2003) explicita que as interações entre os participantes a que Heath (1982a) se refere podem ocorrer face a face, quando as pessoas interagem oralmente com a mediação da leitura ou da escrita (por exemplo: discutir uma notícia do jornal com alguém, construir um texto com a colaboração de alguém), ou à distância, autor-leitor ou leitor-autor (por exemplo: escrever uma carta, ler um anúncio, um livro).

Outro elemento a ser considerado em relação aos eventos de letramento é que os textos podem ter múltiplos papéis em uma atividade e podem atuar de diferentes formas para os diferentes participantes em um evento de letramento. As pessoas podem ser incorporadas dentro das práticas de letramento dos outros sem ler ou escrever uma única palavra. Como é o caso de Necila, uma das participantes da pesquisa que tem 70 anos de idade, que não frequentou a escola durante a infância, somente depois de adulta, durante períodos intermitentes não possibilitando a aprendizagem da leitura e da escrita, pois, segundo ela, as aulas sempre começavam e quando ela estava “começando a pegar o jeito da coisa” as aulas paravam, ora por falta de professores, ora por falta de alunos para formar as turmas. Assim, segundo relatou, foi possível “aprender as letras, mas não juntar tudo”.

Necila discorreu em um dos momentos em que conversávamos sobre as atividades que ela realizava no dia a dia. Afirmou que sempre ia à mercearia fazer as compras do mês, mas que ao chegar em casa pedia ao neto (que estuda no 6º ano) que conferisse a data de validade dos produtos. Esse foi um dos episódios analisados, e será detalhado posteriormente, mas por ora essa breve descrição permite perceber que Necila, mesmo não lendo ou escrevendo está incorporada dentro de uma prática de letramento: verificar nos rótulos o período de validade dos produtos.

Para Soares, as práticas de letramento referem-se tanto aos “comportamentos exercidos pelos participantes num evento de letramento”, quanto às “concepções sociais e culturais que o

configuram, determinam sua interpretação e dão sentido aos usos da leitura e/ou da escrita naquela particular situação” (SOARES, 2003, p. 105).

Em referência ao conceito de evento de letramento utilizado por Heath (1982a) e apresentando os conceitos de eventos e práticas de letramento que têm sido utilizados por vários autores, Street (2003) procura esclarecer como a sua concepção de práticas de letramento foi sendo construída – e modificada – desde a primeira publicação em que tratou desse conceito. Os trechos em seguida nos dão uma ideia a esse respeito:

Eu tenho empregado a expressão “práticas de letramento” como um modo de focalizar ‘práticas sociais e concepções de leitura e escrita’ (Street, 1984, p. 1), embora posteriormente eu tenha elaborado o termo para levar em conta tanto ‘eventos’ no sentido de Heath, quanto os modelos sociais de letramento que os participantes trazem para inserir-se naqueles eventos e dar significado a eles [...]. O conceito de práticas de letramento, nesses e em outros contextos, não somente tenta lidar com os eventos e padrões de atividade em torno dos eventos de letramento, mas também ligá-los a alguma coisa mais ampla do tipo social e cultural. [...] Observei que trazemos para o evento de letramento conceitos e modelos sociais que consideram a natureza do evento e aquilo que o faz funcionar, e lhe damos significado. As práticas de letramento, então, referem-se à concepção cultural mais ampla de modos particulares de pensar sobre e de ler e escrever em contextos culturais. (STREET, 2003a, p. 78-79, aspas do autor, tradução nossa)²⁵

Soares (2003) ressalta que a distinção que se estabelece entre eventos e práticas de letramento tem um caráter exclusivamente metodológico, uma vez que tais conceitos se configuram como duas faces de uma mesma realidade:

O conceito de *eventos* de letramento, dissociado do conceito de *práticas de letramento*, não ultrapassa, segundo Street (2001), o nível da descrição, embora tenha a vantagem de orientar o pesquisador ou estudioso para a observação de situações que envolvem a língua escrita e para a identificação das características dessas situações; não revela, porém, como são construídos, em determinado *evento*, os sentidos e os significados, produtos não só da situação e de suas características específicas, mas também das convenções e concepções que as ultrapassam, de natureza cultural e social. É o uso do conceito de “*práticas de letramento* como instrumento de análise que permite a interpretação do evento para além de sua descrição” (SOARES, 2003, p. 105, grifos da autora).

²⁵ *I have employed the phrase “literacy practices” as a means of focusing upon “social practices and conceptions of reading and writing” (Street, 1984, p. 1), although I later elaborated the term to take into account both “events” in Heath’s sense and of the social models of literacy that participants bring to bear upon those events and that give meaning to them.[...] The concept of literacy practices in these and other contexts not only attempts to handle the events and the patterns of activity around literacy events, but to link them to something broader of a cultural and social kind. [...] I noted that we bring to literacy event concepts and social models regarding what the nature of the event is and makes it work, and give it meaning. Literacy practices, then, refer to the broader cultural conception of particular ways of thinking about and reading and writing in cultural contexts.*

Buscamos identificar, através dos eventos de letramento, que denotam os valores, objetivos, formas de uso e atitudes relacionadas ao uso da escrita atribuídas pelos usuários num contexto específico, no caso a comunidade quilombola Vila Nova. Nessa direção, os conceitos de eventos e práticas de letramento aqui apresentados configuram ferramentas particularmente fecundas para o campo da linguagem, na medida em que potencializam a análise da dimensão sociocultural das interações que acontecem nos diferentes âmbitos sociais.

Os sujeitos investigados enfrentam cotidianamente diversas situações que demandam, direta ou indiretamente, o uso da escrita. O que faz com que eles mobilizem conceitos, concepções, representações, crenças, valores e critérios associados a diferentes textos. Por não dominarem o sistema de escrita alfabética, eles desenvolvem e adquirem, nas interações com outras pessoas, determinados padrões socioculturais de estratégias, procedimentos, atitudes, comportamentos, disposições e hábitos, relacionados às formas de uso e modos de ler e escrever.

Procuramos, através da observação dessas interações, identificar os eventos de letramento e as práticas de letramento presentes nesses eventos. Um primeiro momento foi, portanto, o de descrição dos eventos (SOARES, 2004) compreendendo que tal descrição nos orientaria na observação de situações que envolvem leitura e escrita e “para a identificação das características dessas situações” (SOARES, 2004, p. 105). Atentamo-nos para o fato de que tal descrição dos eventos não nos mostraria, entretanto, como são produzidos, em “determinado evento, os sentidos e os significados, produtos não só da situação e de suas características específicas, mas também das convenções e concepções que as ultrapassam” (SOARES, 2004, p. 105). Daí a importância de se considerar que os eventos nos informam sobre as práticas de letramento, mas eles só podem ser interpretados, para além da sua descrição, pela mobilização do conceito de prática de letramento.

Partilhando da ideia de que os eventos de letramento são, conforme apontam Barton e Hamilton (1998), atividades regulares e identificadas em diferentes instâncias sociais: em casa, no trabalho, na escola, nas agências de saúde e em outros espaços, e são, nesse sentido, constituídos por procedimentos formais e expectativas no interior das instituições sociais. Adotamos o conceito de

práticas de letramento para melhor analisar as situações cotidianas relacionadas aos usos da escrita na Vila Nova – os eventos de letramento. No decorrer do processo investigativo identificamos seis eventos de letramento, nos quais analisamos a mobilização e a constituição de práticas ligadas à leitura e à escrita. Foi-nos possível identificar, dessa maneira, eventos relacionados às práticas no trabalho, às práticas no espaço doméstico e às práticas vivenciadas no espaço coletivo durante as reuniões denominadas por eles como reuniões da associação quilombola.

Entendemos que práticas de letramento, estão sempre em processo de constituição, não podendo ser consideradas como algo estático, imutável no tempo ou no espaço em que se realizam. Já que o letramento “é uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica” (SOARES, 1998, p.71). Igualmente, são de natureza heterogênea os diversos fatores contextuais, sociais, políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc., que concorrem para determinar seus múltiplos significados. Como afirma Soares (1998):

[...] letramento é também um contínuo, mas *um contínuo não linear, multidimensional, ilimitado*, englobando múltiplas práticas com múltiplas funções, com múltiplos objetivos, condicionadas por e dependentes de múltiplas situações e múltiplos contextos, em que, conseqüentemente, são múltiplas e muito variadas as habilidades, conhecimentos, atitudes de leitura e de escrita demandadas, não havendo gradação nem progressão que permita fixar um critério objetivo para que se determine que ponto, no contínuo, separa letrados de iletrados (SOARES, 2003, p. 95, grifos e aspas da autora).

Esses são os aspectos que julgamos importantes para propor ao leitor nossa abordagem do conceito de práticas e eventos de letramento. Essas conceituações serão retomadas no quarto capítulo, quando explicitaremos outros aspectos, de natureza discursiva, que serão considerados na análise do fenômeno da mobilização e constituição de práticas de letramento através de interações verbais ocorridas nos diferentes episódios observados na comunidade quilombola.

Portanto, ao voltarmos à análise que fazemos nesta pesquisa das práticas de letramento que têm lugar nas condutas cotidianas (as atividades realizadas na fábrica de doces, as ações realizadas em casa, e a organização das reuniões da comunidade) de um grupo específico – mulheres e homens, quilombolas, nós nos interrogamos sobre como se fazem, nessas práticas, usos e significações à linguagem escrita.

CAPÍTULO 2 - ABORDAGEM METODOLÓGICA

2.1 Exposições preliminares: a abordagem etnográfica

Tendo em vista que esta pesquisa está ancorada em uma investigação acerca dos usos da escrita na comunidade quilombola Vila Nova, fica evidenciada a sua natureza qualitativa. Esta abordagem de acordo Bogdan e Biklen (1994) se caracteriza por envolver a obtenção de dados descritivos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada e por enfatizar mais o processo do que o produto, e se preocupar em retratar a perspectiva dos participantes.

Assim este estudo foi conduzido por uma abordagem qualitativa do tipo etnográfico que visou uma maior aproximação junto aos participantes da pesquisa, sujeitos adultos, pouco escolarizados, da comunidade Vila Nova, tentando compreender a situação social vivenciada por eles e os sentidos atribuídos aos usos da linguagem escrita naquele contexto específico: uma comunidade quilombola que se caracteriza por ser constituída de membros de um mesmo grupo familiar. Como se observará no próximo capítulo, a comunidade está situada em um pequeno distrito do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais e dadas as suas características sócio-econômicas a circulação do material escrito é bastante restrita se comparada a um grande centro urbano, como Belo Horizonte, por exemplo.

A decisão em utilizar alguns dos pressupostos trazidos pela etnografia é justificada, pois, os princípios que orientam esse campo se propõem a investigar e conhecer as ações e interações estabelecidas pelos sujeitos de uma cultura específica através de procedimentos teoricamente fundamentados em uma abordagem científica em relação ao outro, que exerce um papel fundamental sempre que um trabalho abarca um universo com características particulares.

Por se tratar de uma comunidade quilombola, uma etnia minoritária, com características peculiares e pouco conhecida por mim até então, operar com conjecturas etnográficas foi fundamental no auxílio à superação do olhar de puro e simples estranhamento. Procurando, o máximo possível, me aproximar e participar do cotidiano do grupo, buscando compreender e

interpretar a realidade e a cultura local, o que possibilitou conhecer as tradições e costumes do grupo. Tal exercício conseqüentemente contribuiu para um melhor embasamento durante as análises dos dados obtidos ao longo do percurso investigativo.

Para alicerçar esta pesquisa, no transcorrer do processo da investigação lançamos mão de estratégias metodológicas para a coleta de dados à luz de reflexões teóricas, a fim de fundamentar as escolhas e o direcionamento do trabalho. Os estudos de André (2005); Green, Dixon e Zaharlick (2005), Peirano (1995), e Heath (1982b), Rogers e Street (2009) e Street (2007), sobre o trabalho de cunho etnográfico no campo educacional, pautaram a escolha de procedimentos, como a ida ao campo, a observação, as conversas com os sujeitos da comunidade, o registro em áudio e a descrição detalhada dos eventos. O trabalho de campo envolveu também a coleta e análise de materiais escritos e documentos sobre a constituição da comunidade quilombola e documentos vinculados ao Ministério da Educação sobre a temática quilombola, gerando dados de uso da escrita dentro da comunidade.

A etnografia segundo Green, Dixon e Zaharlick (2005) é uma lógica de investigação que tem à sua disposição “uma riqueza de perspectivas teóricas nas quais podem se sustentar ao estudarem grupos sociais específicos” (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p.25). Para as autoras, a etnografia é um processo dinâmico, que envolve uma disposição reflexiva e um processo analítico recursivo em que questões são propostas, redefinidas e revisadas e a coleta e análise dos dados é feita na medida em que novas questões vão surgindo no trabalho de campo, não sendo possível, assim, planejá-lo *a priori*, sendo delineado a partir das decisões tomadas em diferentes momentos e eventos.

Assim, o primeiro passo da pesquisa de campo foi o movimento de aproximação afetiva com alguns membros da comunidade no mês de outubro de 2010. Conforme assinala Horta (2008) trata-se da “escuta a beira do fogão de lenha”, do ‘assuntar’, do ‘café com um dedinho de prosa’ típico nas comunidades rurais mineiras” (HORTA, 2008, p.11). Nesse momento ocorreu a observação de campo e no decorrer da pesquisa a partir de conversas informais buscou-se compreender melhor a história da Vila Nova, o processo de povoamento do local, as práticas

culturais daquele grupo que me permitisse compreender as práticas de letramento realizadas por eles.

No campo do letramento, os estudos que analisam os diferentes usos e significados da leitura e da escrita e suas relações com crenças, valores e práticas culturais incorrem na utilização de métodos calcados na etnografia. De acordo com Street (2007), as perspectivas e ferramentas da pesquisa etnográfica nos permitem elucidar práticas sociais de letramento, provocadas para aqueles eventos da vida cotidiana. Rogers e Street (2009, p. 01) assinalam que “etnografia envolve olhar e ouvir outras pessoas para ver o que elas têm a nos dizer; [escrever uma cultura]²⁶”. Ainda segundo os autores a etnografia permite:

Tornar estranho o familiar, para que possamos examiná-lo de uma perspectiva diferente, olhá-lo de uma maneira nova [...] Podemos aplicar a lente etnográfica a tudo que estamos fazendo [...] Etnografia é, então, adotar um ponto de vista diferente. Não é decidir o que o pesquisador acha que é importante, e depois perguntar ao pesquisado sobre aquele assunto, porque não podemos saber com antecedência o que é importante para a outra pessoa ou grupo²⁷ (ROGERS; STREET, 2009, p. 05).

O contato inicial com aquele grupo, vivente de uma cultura diferente da minha fez-me refletir sobre os aspectos acima apontados na medida em que tive que buscar “treinar” o olhar, me policiando para evitar julgamentos baseados na cultura em que eu vivenciava, para conseguir entender melhor aqueles sujeitos, sua realidade, o que de fato lhes era importante. Além disso, outro aprendizado focalizado durante o trabalho de campo foi a reflexão sobre a essência da etnografia assinalada por Street (2007) ao discorrer que se nós formos para um novo lugar, nossa primeira inclinação é por descrever em termos do que não temos. De fato, tudo o que inicialmente registrava incidia naquilo que eu conhecia, mas que lá não tinha, como circulação de material escrito, por exemplo, como se pode observar no seguinte excerto de meu diário de campo, de outubro de 2010:

Percebi que na Vila, assim como em São Gonçalo como um todo não há presença de materiais escritos que circulam comumente em Belo Horizonte, como cartazes, panfletos, propagandas em diferentes suportes, jornais, revistas, etc. Nesse primeiro

²⁶ Aspas do autor, tradução nossa: *Ethnography involves looking at and listening to other people to see what they have tell us; “writing a culture”.*

²⁷ Grifos e tradução nossa: *It ‘makes the familiar strange’ so that we can examine it from a different perspective, look at it in a new way (...) We can apply the ethnographic lens to everything we are doing (...) Ethnography then is about adopting a different point of view. Is not deciding what the researcher thinks is important, and then asking the researched about that topic, because we cannot know in advance what is important to the other person or group.*

momento que circulei pela comunidade pareceu-me que os moradores utilizam-se da leitura e da escrita em momentos bastante esporádicos, isso porque como a cidade é bem pequena, para se deslocarem não é preciso placas informativas, segundo alguns moradores com os quais eu tive contato mais cedo as idas para Diamantina ou Serro ocorrem menos de três vezes por mês, quando o fazem pegam a única linha de ônibus que o distrito possui, que sai somente uma vez por dia, por isso também a leitura dos letreiros de ônibus não é necessária como num centro urbano por exemplo [...] (DIÁRIO DE CAMPO, 2010)

Contudo, com o exercício de buscar compreender o que era importante para aquele grupo e não para mim, explorando o significado das coisas que faziam sentido localmente, procurei suspender o julgamento e passei a apreciar o que era “diferente”, vivenciado pelos outros em seu próprio contexto. Assim passei a realizar o exercício de buscar atentar a todos os detalhes que poderiam me dar “pistas” do modo como os sujeitos da pesquisa lidavam com o escrito, como por exemplo, no dia em que visitei a casa de um morador e presenciei um livro pendurado na cortina, servindo como “enfeite” segundo o morador. Essa perspectiva etnográfica é fundamental, pois auxilia a reconhecer fatos que não existem em nosso próprio mundo e então compreendê-los em seus próprios termos mais do que vê-lo dentro de nossos termos, como déficits simplesmente.

Kleiman (1995) aponta que as investigações sobre o campo do Letramento configuram uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união de interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com o interesse social, ou aplicado, por meio da formulação de perguntas cuja resposta possa vir a promover uma transformação de uma realidade tão preocupante como é a crescente marginalização de grupos sociais que não conhecem a escrita. Em consonância com essa vertente, esta dissertação visou enfatizar, através da perspectiva etnográfica, o caráter social do letramento enfocando as práticas sociais e culturais da linguagem o caráter múltiplo de tais práticas entre membros da comunidade quilombola, sobretudo entre aqueles que possuísem pouca escolaridade.

É pertinente reconhecer alguns aspectos da etnografia e o modo como esta é utilizada na área da educação. Para André (2005), no campo educacional, o que se faz é uma adaptação da etnografia à Educação. A autora conclui que “fazemos estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito” (ANDRÉ, 2005, p.28). Sobre o sentido estrito da etnografia Fonseca (1999) afirma que:

A etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto. O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, “nativos em carne e osso”. É, de certa forma, o protótipo do “qualitativo”. E — melhor ainda — com sua ênfase no cotidiano e no subjetivo, parece uma técnica ao alcance de praticamente todo mundo, uma técnica investigativa, enfim, inteligível para combater os males da quantificação (FONSECA, 1999, p.58).

No presente estudo, os procedimentos metodológicos relacionados à etnografia incidiram, sobretudo, no que diz respeito à imersão no campo de pesquisa em função dos objetivos específicos de trabalho: foram realizadas nove visitas, totalizando trinta e um dias de observação e vivência²⁸ na comunidade nos períodos da manhã, tarde e em algumas situações específicas no período noturno; a interação entre eu e os sujeitos pesquisados ocorreu através da aproximação e no contato direto com os moradores da Vila por meio de visitas às casas e ambientes de trabalho, conversas informais e algumas entrevistas; e na revisão de estratégias adotadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, isto é, os aspectos que deveriam ser observados e os métodos que comporiam a tessitura da investigação foram selecionados conforme o trabalho de campo avançava²⁹. Assim sendo, a cada ida a campo, conforme revíamos o material empírico levantado, sentíamos a necessidade de reelaborar estratégias de observação e obtenção de informações que nos permitiriam aprofundar e compreender melhor o objeto de estudo, como por exemplo, reformulação de perguntas, minimização da intervenção da pesquisadora durante as falas dos sujeitos pesquisados, entre outros aspectos.

Heath(1982b) problematiza as características fundamentais que identificam um estudo etnográfico. A autora discute os eixos que diferenciam a *etnografia*, no sentido pleno do termo, dos estudos etnográficos — desenvolvidos em qualquer espaço institucional, como, por exemplo, escolas, hospitais, entre outras instituições — que fazem uso de alguns dos métodos e teorias da etnografia. Por entender a complexidade da etnografia, durante a realização do trabalho na Vila

²⁸ Durante as visitas ao distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras me hospedei em uma pousada próxima à Vila Nova. Assim, conforme percebia a liberdade que me era concedida pelo grupo, circulava na comunidade em diferentes horários a fim de apreender diferentes episódios.

²⁹ Green, Dixon e Zaharlick (2005) apontam, que o trabalho de campo etnográfico envolve uma abordagem *interativa-responsiva*, isto significa que as decisões não são tomadas, *a priori*, sem que antes ocorra o contato com os membros. As decisões foram tomadas, portanto, somente após o início da coleta dos dados. As análises foram realizadas no transcorrer da investigação.

Nova, busquei sempre balizar o rigor desse tipo de abordagem, reconhecendo que a observação somada à utilização de certos métodos qualitativos não configuram, por si só, pesquisa etnográfica. Buscar apreender aquele contexto a partir do ponto de vista do outro era fundamental para a compreensão daquilo que se desejava conhecer: os usos e funções que o ler e o escrever exerciam naquela comunidade.

Para pensar na etnografia no campo da educação Green, Dixon e Zaharlick (2005) a assinalam como um modo de fazer pesquisa, organizada em certos procedimentos e pautada numa concepção de cultura. Elas distinguem alguns princípios considerados fundamentais para entender a etnografia em educação, enquanto lógica de investigação: a etnografia deve ser entendida como o estudo da cultura e envolver uma perspectiva contrastiva e holística.

De acordo com as autoras, ao se considerar uma perspectiva contrastiva busca-se tornar visíveis diferentes aspectos e práticas no interior de uma dada cultura. Segundo elas, há três formas de materializar a perspectiva contrastiva no trabalho de pesquisa: utilizando a triangulação (dados-métodos-teoria); considerando a relevância contrastiva, que permite observar e explicar práticas e processos êmicos, ou seja, o conhecimento cultural no grupo; e identificando os pontos relevantes, que segundo Green, Dixon e Zahalick (2005, p. 42) “envolvem o exame do que está acontecendo naquele momento observado e seu contraste com o que tem sido percebido em eventos análogos através dos tempos e ações”. Podem assim ser entendidos como os fatos que se tornam visíveis por meio de diferentes pontos de vista, compreensão, interpretação no âmbito das práticas culturais.

Em consonância com os preceitos de Green, Dixon and Zaharlick (2005), Vóvio e Souza (2005) tratam sobre alguns desafios que emergem no fazer investigativo em pesquisas sobre letramento, ressaltando que:

O conceito de letramento assumido exige para as pesquisas a diversificação de instrumentos e de dados gerados, a fim de inventariar práticas e sentidos que a escrita tem na vida dos sujeitos em foco. Sugere também a flexibilidade quanto ao processo de geração de dados, incorporando estratégias e instrumentos variados, mantendo-se o sentido ético necessário e próprio às pesquisas que se encaminham para o reconhecimento de singularidades de pessoas e grupos, que se caracterizam pelo estabelecimento de forte vínculo e proximidade entre pesquisador e sujeito (VÓVIO; SOUZA, 2005, p. 74).

Vóvio e Souza (2005) ponderam que, as investigações que adotam as práticas de letramento demandam a combinação de diversificados instrumentos de pesquisa, entre os quais se podem destacar a entrevista e a observação de eventos de letramento, que são possíveis de serem registrados em áudio e vídeo. O uso de tais recursos metodológicos gera dados que provêm de naturezas variadas, como depoimentos, narrativas, notas etnográficas, documentos institucionais e registros audiovisuais e/ou fotográficos, e provocaram reflexões constantes sobre a pesquisa que estava sendo realizada.

Dessa forma, durante o estudo investigativo, optamos por adotar a triangulação metodológica, que segundo Denzin (1970) é “[...] combinação de metodologias no estudo dos mesmos fenômenos” (DENZIM, 1970, p. 297, *apud* FLICK, 2009, p. 62). Para os autores, durante o percurso investigativo, cada ação em campo possibilita novas definições e sugere novas estratégias, por isso, elegemos a observação participante e a entrevista como principais instrumentos de pesquisa visto que esse trabalho envolveu a análise das interações entre os sujeitos da Vila, entre estes e outras pessoas que compartilham de práticas de letramento, e entre o pesquisador e os sujeitos.

À medida que a imersão no campo se alargava, novas informações eram obtidas e o olhar se voltava mais para determinados sujeitos e atividades, buscando conhecer, cada vez mais, a cultura vivenciada pelo grupo. No diário de campo, foram registradas as decisões tomadas ao longo da pesquisa, o modo como o estudo foi realizado, além de questionamentos sobre a apropriação dos métodos empregados. No diário anotei também os diferentes momentos da pesquisa, incluindo (in)certezas, indagações e perturbações. Como se pode notar com o trecho descrito abaixo:

Hoje durante toda a manhã fiquei na casa da irmã de D. Necila, acompanhando e participando do processo de produção da farinha de mandioca, no forno de farinha feito por eles! Que fica no quintal da casa. Junto ao marido e ao irmão dela tentei por várias vezes saber um pouco sobre a prática de cultivo da mandioca e comercialização da farinha produzida por eles. Para isso utilizei perguntas do tipo: “Vocês é que plantam a mandioca?”, “Quem ensinou isso a vocês?”, “Como funciona o arrendamento de lote pro plantio da mandioca?”, “Como é que vocês guardam o tanto de farinha que é produzida e vendida? É de cabeça ou tem algum papel com anotação?”, “Lá na mercearia eles dão algum recibo?” (...). Em vão! A manhã toda passei cortando e ralando mandioca para fazer farinha e com a sensação de que precisava ser menos direta, ou mais objetiva, ou mais sensível. Enfim, a partir de um determinado momento decidi

ficar sem fazer perguntas e só admirar toda aquela linda e riquíssima tradição que estava tendo a honra de participar . Minha presença ainda é motivo de grande desconfiança... (...) Afinal o que será que uma “menina da cidade” tá querendo deles, não é mesmo?! (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2011).

Em relação ao procedimento de geração de dados da pesquisa, a principal inquietação por mim vivenciada pode ser sintetizada através das ideias de Vóvio e Souza (2005) ao assinalarem que:

A preocupação fundamental no processo de geração de dados desse estudo parece-nos ser a de reunir um variado conjunto de informações que aproximem o pesquisador dos sujeitos, de suas histórias e práticas declaradas, da apreensão e da compreensão de suas realidades e do contexto sócio-histórico em que estão imersos (VÓVIO; SOUZA, 2005, p. 50).

Ao buscar tornar visíveis algumas das práticas cotidianas internalizadas pelos membros da Vila Nova, um dos exercícios mais complexos foi o estranhamento do que aparentemente era percebido como comum. O estranhamento se tornava mais difícil quanto mais familiar se tornava o espaço observado. Mas, buscar realizar tal procedimento é de fundamental importância, visto que o estranhamento:

Comporta as indagações que se fazem no contato com o campo de investigação, no que se inserem as formas de compreender o outro, a capacidade de se surpreender com o que parece corriqueiro e uma abertura a outros sentidos da organização de um espaço cultural (DA MATTA, 1978, *apud* TURA, 2003).

Destarte, durante o trabalho investigativo, se por um lado buscava pertinentemente me aproximar do grupo tentando vivenciar a realidade dos moradores da comunidade para entender melhor o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, por outro, tentava também mergulhar no processo de estranhamento a fim de “desnaturalizar” os eventos e episódios inventariados através dos registros, para que a análise pudesse ser realizada de modo mais sistematizado.

Sabendo que a etnografia envolve uma perspectiva holística, Green, Dixon e Zaharlick (2005) enfatizam que, perceber essa perspectiva, é considerar que o estudo do grupo perpassa a compreensão das relações estabelecidas entre parte-todo. A questão que se coloca é mais abrangente, uma vez que a dificuldade está no entendimento do significado de todo. O todo pode ser uma comunidade ou parte de um conjunto que se identifica numa unidade social. Sua dimensão, portanto, não é limitada.

Nessa perspectiva, a unidade de observação em uma determinada situação social é definida, podendo realizar novos recortes e redefinir o foco analítico, produzindo análises mais detalhadas de como os eventos são localmente realizados pelos sujeitos pesquisados. De tal modo, na medida do possível busquei observar e analisar práticas locais envolvendo leitura e escrita buscando construir uma visão situada do que é considerado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa em diferentes eventos, tempos e espaços, como uma prática do letramento no grupo. Procurei, sempre que possível, compreender como as atividades eram realizadas, quando e como aconteciam, atentando-me para entender que funções cumprem tais atividades e quais são as consequências da participação em tais eventos tendo como parâmetro os usos e funções que a leitura e a escrita exercem socialmente, ou seja, o letramento.

Intentei, dessa forma, compreender quais práticas de letramento ocorriam na comunidade Vila Nova, alinhada aos Novos Estudos do Letramento, no intuito de entender os usos da escrita situadamente em suas agências de letramento, compreendidas aqui como:

“instituições nas quais se promovem e se constituem usos e valores para a escrita. Entre elas estão a família, o trabalho, as organizações e associações educativas ou de lutas políticas, por exemplo; espaços nos quais em muitas culturas ocorre a socialização das pessoas com o texto escrito” (SITO, 2010, p.22).

Busquei localizar, a partir das especificidades dos sujeitos pesquisados, aspectos que pudessem contribuir para a compreensão dos significados atribuídos aos usos da língua escrita por sujeitos pouco escolarizados inseridos em uma comunidade quilombola, de modo a levantar e compreender quais eram as atividades ligadas à escrita mais recorrentes naquele ambiente. Especial atenção foi dada aos episódios relacionados ao uso dessa linguagem nas diferentes agências de letramento, tais como o ambiente doméstico, a Associação Quilombola e a fabriqueta de doces artesanais.

Para o levantamento das informações que constituíram os dados deste estudo, foi fundamental perceber que a maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social -como é o caso da Associação- a elementos linguísticos e

religiosos. Isso porque, o estudo de práticas culturais, de acordo com Green, Dixon e Zaharlick (2005), busca a compreensão de padrões culturais e das práticas cotidianas do grupo. Mais do que a simples descrição dos acontecimentos, a ideia é compreender o significado social dos fatos.

Buscando revelar como os sujeitos da pesquisa percebem sua realidade, como constroem seus padrões de vida e como por intermédio de suas (inter)ações estabelecem valores, crenças, ideias e sistemas simbólicos significativos sobre os usos da escrita, busquei através das contribuições da etnografia conhecer o contexto local do grupo, compreendendo quem eram os sujeitos pertencentes àquela cultura, as pessoas com quem interagem, quando, onde e sob quais condições.

Tentei, dessa maneira, observar os usos da escrita a partir de uma perspectiva etnográfica de análise dos fatos do cotidiano, buscando me colocar no lugar do outro, assumindo uma postura interativo-responsiva, negociando e renegociando minha entrada no contexto, fazendo registros, coletando e analisando os dados com relação às questões de interesse da pesquisa. Enfim, buscando fazer com que as práticas ordinárias se tornassem estranhas ou extraordinárias (GREEN, DIXON E ZAHARLICK, 2005).

2.2 Percurso inicial da pesquisa: definindo o objeto e o campo de pesquisa

A definição do lócus da pesquisa se deu, sobretudo, em função da especificidade do grupo e daquilo que se desejava descobrir: como se davam os usos e funções sociais da leitura e da escrita entre adultos e idosos pouco escolarizados de uma comunidade quilombola.

Embora a ideia inicial fosse analisar a prática da alfabetizadora que lá atuava, ao me deparar com de alguns entraves que impediram a continuidade da investigação acerca do trabalho pedagógico na Alfabetização de Jovens e Adultos, busquei uma maior aproximação com os moradores da comunidade. Mesmo antes dessa mudança de foco, minhas impressões já estavam muito atreladas à especificidade do grupo: uma comunidade que partilha da mesma identidade étnica; que se constitui por membros de um mesmo núcleo familiar e que, mesmo aqueles sujeitos com pouca

ou nenhuma escolaridade, utilizam-se de conhecimentos ligados à leitura e da escrita em atividades bastante particulares. O que foi percebido, por exemplo, no caso da organização da vendas de doces da fabriqueta coordenada pelas mulheres da Vila, onde as mais idosas são as responsáveis pela gestão do pequeno comércio e mesmo não sendo alfabetizadas, controlam toda a negociação dos valores a serem cobrados pelos produtos, utilizando-se da mediação das netas como escribas no registro escrito das vendas e dos lucros no caderno da loja³⁰.

Uma das questões que inicialmente guiou o trabalho “Como a comunidade utiliza a língua escrita?” permitiu o reconhecimento de algumas práticas locais, percebendo o papel diferenciado que a escrita possui em diferentes interações envolvendo atividades com textos. A princípio houve o interesse de selecionar apenas os moradores que participavam das aulas do Projeto Brasil Alfabetizado, ou seja, quatro mulheres na faixa etária que compreende 32 a 70 anos, e um homem com idade de 73 anos.

No entanto, após a aproximação junto aos demais moradores da Vila, tive a oportunidade de conhecer outras pessoas pouco escolarizadas, que não participavam das aulas, mas que se relacionavam com a leitura e a escrita através de atividades ligadas, sobretudo à produção e comercialização dos doces da fábrica, a venda da farinha de mandioca produzida por alguns moradores da comunidade, e à organização da associação quilombola.

Durante o processo de escolha dos sujeitos, foi notório o predomínio de pessoas do sexo feminino na comunidade local, o que é explicado, dado o grande número de homens que migram para grandes capitais como Belo Horizonte e São Paulo em função das melhores oportunidades de emprego oferecidas nesses centros urbanos. Um ponto em comum era fundamental para a escolha dos participantes: ter pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse primeiro momento, foram selecionadas então, oito pessoas em potencial.

Esses primeiros contatos com os moradores da Vila Nova se deram no mês de outubro de 2010, por intermédio de Isabel que atuava como professora de alguns dos moradores. Por ter grande

³⁰ A análise das práticas relacionadas a esse evento será apresentada no quarto capítulo.

aproximação em função do convívio com o grupo desde a infância, inicialmente essa professora me acompanhava nas visitas e eu sempre buscava esclarecer ao grupo que o objetivo do meu trabalho era acompanhar o trabalho da educadora e que para tanto seria interessante e importante conhecê-los um pouco mais, para entender melhor o processo educativo. Com a mudança de foco da investigação, passei a realizar as visitas sozinha, sem a presença da professora no intuito de esclarecer melhor os objetivos do trabalho e obter a autorização dos moradores na participação no estudo; expliquei o objetivo do trabalho, enfatizando o retorno que daria ao grupo posteriormente, sob a forma do registro de todo o material empírico obtido durante o processo investigativo.

Para haver uma maior aproximação com o grupo pesquisado e com o objetivo de delimitar o objeto da pesquisa foi necessário um período exploratório, no qual a observação deu-se de modo não estruturado por um curto período no qual se definiram os principais aspectos a serem observados, visando a responder à questão que orientou a investigação: Quais são e como se dão os usos da leitura e da escrita entre os sujeitos com pouca ou nenhuma escolarização na comunidade?

Tendo definidos os aspectos a serem observados, sobretudo ligados às interações no ambiente doméstico, no trabalho e na organização da Associação da Vila, a fase posterior da observação apresentou um caráter mais sistemático, uma vez que as questões iniciais já haviam sido definidas. Os pontos centrais que nortearam a observação nessa fase podem ser sintetizados pelas seguintes perguntas: Quais são as práticas de letramento recorrentes na Vila Nova? Qual o significado que o saber ler e escrever tem para essas pessoas nesse contexto específico? Há alguma organização do grupo em função do domínio da linguagem escrita?

Ante as questões expostas, o trabalho de campo se deu em função da necessidade de se perceber a questão da significação atribuída à escrita, buscando-se compreender o papel dessa modalidade linguagem no cotidiano de um grupo étnico específico. Ao longo da atividade de investigação, os critérios iniciais para a escolha dos participantes da pesquisa tiveram que ser reavaliados, tendo em vista algumas questões pertinentes. Em primeiro lugar, destacamos a pouca abertura de algumas pessoas na interação com a pesquisadora durante a fase exploratória, o que configurou a

impossibilidade da participação na realização da pesquisa. Assim, mesmo que o desejo de não fazer parte da pesquisa não tenha sido explicitado por alguns dos sujeitos inicialmente eleitos na pesquisa, o silenciamento se configurou como indícios da sua decisão de não ser incluído no estudo, cabendo a nós o respeito em relação tal fato e a compreensão da recusa.

Em segundo lugar, a tentativa de eleger somente pessoas com pouca escolaridade³¹, isto é, sujeitos que tivessem frequentado escola formal ou aulas vinculadas a programas de Alfabetização de Adultos por até dois anos, foi modificada durante o procedimento de seleção dos participantes, porque no decorrer do processo, tive a oportunidade de me aproximar de Josué, o líder da associação quilombola, que possui o Ensino Médio completo, além de Francisco e Teresa, tesoureiro e vice-tesoureira respectivamente, que concluíram o Ensino Fundamental, e também demonstraram disponibilidade em participar do estudo.

Em relação aos sujeitos participantes com pouca escolaridade, durante as observações e análises, levamos em consideração o fato de que por meio de diferentes experiências vivenciadas, através de processos formais ou não formais de aprendizagem, elas adquirem, por diferentes meios, conhecimentos ligados à leitura e à escrita. Sobre esse aspecto Galvão (2004) assinala que “ao lado da escola, diversas outras instâncias também contribuem para que pessoas utilizem com maior frequência e propriedade a leitura e a escrita: o trabalho, o sindicato, o partido, a igreja, a biblioteca do bairro, a associação, o clube [...]” (GALVÃO, 2004, p. 150).

As visitas ocorreram nos meses de outubro de 2010; fevereiro, maio, junho, julho, outubro e novembro de 2011. O tempo de cada visita abrangeu em média de três a cinco dias. Os períodos de observação variaram em função da distância do local e dos dispêndios com a viagem, o que sabemos que é um ponto que se configura como um limite, já que em uma pesquisa de cunho etnográfico quanto maior o tempo de imersão no campo, maior a possibilidade de compreensão do outro. A partir do segundo semestre de 2010, as visitas se intensificaram, concentrando-se nos

³¹ A média de escolaridade dos moradores acima de 40 anos é de dois anos. É interessante registrar que, entre os homens esse tempo engloba a escolarização no período da infância, já entre as mulheres o tempo de escolarização ocorreu somente na idade adulta.

meses de junho a novembro, pois a comunidade demonstrou um pouco mais de abertura à pesquisadora, evidenciando mais confiança no relato de diferentes informações. Para “conquistar a confiança” dos moradores busquei durante o percurso investigativo me inteirar sobre a rotina da Vila e participar de várias atividades cotidianas como apanhar café, peneirar mandioca para a produção de farinha, colher laranjas do pomar, participar das missões entre outras.

Diante desses pontos, esta pesquisa, focou a análise em cinco sujeitos adultos quilombolas, com idades compreendidas entre 32 e 70 anos, sendo três mulheres e dois homens. Nesse sentido, a escolha dos sujeitos observados deu-se por interesse em focalizar os usos da leitura e da escrita e as possíveis estratégias empregadas durante a realização de atividades que demandassem habilidades ligadas à linguagem escrita em situações variadas. Os episódios mais recorrentes, durante as observações, foram apreendidos na esfera doméstica, na fabriquetaria de doces artesanais e nas reuniões da Associação.

2.3 A escolha dos instrumentos metodológicos da pesquisa: a coleta de dados

Diante das possibilidades de exploração do caráter qualitativo da pesquisa e da abordagem etnográfica, esta pesquisa é composta basicamente por dois procedimentos metodológicos: observação participante e entrevistas.

A observação foi uma ferramenta que possibilitou descortinar novos direcionamentos e enfoques ao longo do processo de levantamento de dados dentro da comunidade. Tura (2003) aponta que a observação, tendo como características específicas a sistematização de condutas e procedimentos e de focalização em torno de um objeto determinado, constitui um procedimento básico da investigação científica, possibilitando uma investigação que segue caminhos menos normatizados, tendo protocolos mais flexíveis. É fundamental para essa abordagem investigativa, inserir-se no mundo pesquisado procurando entender as dimensões culturais das relações que se estabelecem no interior da instituição ou do grupo pesquisado.

Ainda segundo a autora, a observação “é um mergulho profundo na vida de um grupo com o intuito de desvendar as redes de significados produzidos e comunicados nas relações interpessoais. Há segredos do grupo, fórmulas, padrões de conduta, silêncios e códigos que podem ser desvelados” (TURA, 2003, p. 189). Nesse sentido, as observações etnográficas envolvem a compreensão e a participação na construção dos eventos que ocorrem dentro do grupo estudado.

A fim de uma maior interação junto ao grupo pesquisado, utilizamos especificamente a observação participante. Esse procedimento é conceituado por André (2005) como sendo uma abordagem que “parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado” (ANDRÉ, 2005, p. 28).

Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), na observação participante, o pesquisador é mais do que um expectador dos fatos observados, passando a fazer parte do cotidiano de um grupo e buscando partilhar seu cotidiano com o objetivo de apreender os significados das vivências dos sujeitos pesquisados. Isso porque, o ato de observar, próprio do ser humano, é considerado parte essencial de toda atividade científica e pode ocorrer de diferentes maneiras.

A adoção desse instrumento metodológico me permitiu, não somente a observação dos eventos sociais da Vila Nova, como também a participação direta nos mesmos. Ao utilizar esse procedimento, tentei participar inteiramente, tornando-me uma ouvinte e uma observadora dos fatos mais habituais realizados pelo grupo. Tal opção permitiu também a captação da linguagem não verbalizada, ou seja, expressões, gestos, semblantes, entre outros modos de se comunicar que não seriam possíveis de apreender por meio de outros instrumentos. Além disso, é possível compreender muitas questões próprias da interação face a face³², oportunizadas, sobretudo, pelo diálogo estabelecido na relação de proximidade que o pesquisador adquire ao longo da pesquisa de campo com os sujeitos pesquisados.

³² Segundo Thompson (1998), “a interação face a face acontece num contexto de co-presença; os participantes estão imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e tempo. Por isso eles podem usar expressões denotativas (“aqui”, “agora”, “este”, “aquele”, etc.) e presumir que são entendidos” (THOMPSON, 1998, p. 78).

Visando conquistar a confiança de alguns moradores que já conhecia e de outros que ainda não conhecia, apresentei a proposta de trabalho e passei a realizar trabalhos de campo mais longos, conversando informalmente com alguns deles. Fui, aos poucos, sendo aceita pelo grupo, que é mesmo é bastante fechado e reservado, muitos dos participantes do estudo só demonstraram estar à vontade para falar comigo após a quarta visita, e pude acompanhar de modo mais intenso diferentes eventos: atividades domésticas no cotidiano das famílias com as quais tive uma maior aproximação, comercialização dos doces produzidos pelas mulheres da Vila na Casa de Doces, além de missas e uma festa local religiosa. Durante as visitas à Vila, as observações ocorreram principalmente durante os períodos da manhã e tarde, buscando apreender o máximo de informações relacionadas ao cotidiano do contexto pesquisado, acompanhando assim, o desenvolvimento dos eventos de letramento.

O objetivo era aproximar-me da perspectiva do grupo no que tangenciava os usos da escrita conferindo à pesquisa o caráter qualitativo, o que me permitiu um envolvimento com todo o processo investigativo, em que os elementos qualitativos compuseram, aos poucos, todo o contexto de investigação, como explicitam Bogdan e Biklen(1994) ao afirmarem que:

Os dados recolhidos são (...) ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico. As questões a se investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

De acordo com Vianna (2003), para melhor validação da observação, é necessário registrar nas notas de campo: “[...] breves descrições de ocorrências, elementos esquecidos e que depois voltam à lembrança, idéias analíticas e inferências, impressões e sentimentos e notas para futuras informações” (VIANNA, 2003, p.32). O registro das observações de campo foi feito em notas de campo das ações observadas que eram posteriormente organizadas em um diário. A seleção das notas orientava-se pelos objetivos da pesquisa. O material empírico analisado baseou-se nessas anotações e nos registros em áudio. Desde o primeiro encontro, os sujeitos foram informados de que a finalidade da pesquisa e dos usos que seriam feitos do material obtido era para fins de estudo no âmbito de uma pesquisa realizada no mestrado. Os sujeitos pesquisados assentiram em

ser identificados neste trabalho e autorizaram tal identificação. Para preservar o grupo, não houve registro em vídeo.

Dadas as especificidades dessa pesquisa adotei a entrevista etnográfica, seguindo as orientações de Spradley (1979) que destaca que esse tipo de entrevista é um caso particular de evento da fala e que, quando a examinamos dessa forma, percebemos que ela compartilha muitas características da conversação mais próxima e “amigável”, nas quais o pesquisador introduz novas questões para o informante e o deixa falar. Nessa perspectiva, quando o informante fala, o pesquisador tem a oportunidade de ouvir, mostrar interesse e responder sem fazer julgamento.

Durante as entrevistas com os moradores da comunidade, busquei deixá-los à vontade para falar sobre diferentes atividades realizadas no dia a dia, não delimitando explicitamente o interesse em saber principalmente das práticas concernentes ao uso da escrita. A fim de evitar a inibição por parte deles, baseando-me nas considerações de Bogdan e Biklen (1994) a respeito das estratégias para um pesquisador qualitativo, realizei perguntas que exigem exploração do entrevistado. Sobre esse aspecto, os autores relatam que “[...] uma estratégia-chave para um investigador qualitativo no campo do trabalho consiste em evitar, tanto quanto possível, perguntas que possam ser respondidas com ‘sim’ e ‘não’. Os pormenores e detalhes são revelados a partir de perguntas que exigem exploração” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 136).

Preocupe-me em corresponder às qualidades essenciais descritas por Thompson (1998), a respeito de um entrevistador bem sucedido. Essas qualidades são assim descritas pelo autor: “[...] interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar” (THOMPSON, 1998, p. 254).

As perguntas utilizadas nas entrevistas foram constituídas a partir da observação e da participação das atividades junto aos moradores da Vila Nova. Durante o processo de entrevista, foi imprescindível refletir sobre o método de estruturação e a forma de efetivação de tal procedimento, visto que de acordo com Bourdieu (2003):

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é tentar conhecer os sentidos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (...) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar e aceitar de participar da troca (BOURDIEU, 2003, p. 695).

Para o autor, é o pesquisador quem estabelece e conduz a forma da entrevista, sendo assim, cabe a ele reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele. Para que isso ocorra é necessário instaurar uma relação de escuta ativa e metódica transmitindo a impressão de disponibilidade total em relação à pessoa interrogada.

Além disso, o entrevistador deve adotar uma linguagem próxima dos sujeitos entrevistados e entrar em seus pontos de vistas, sentimentos, pensamentos, com uma construção metódica forte em condições objetivas. Significa que o entrevistador deve gerar um ambiente propício a fala do sujeito e ao mesmo tempo ser objetivo para não perder o foco de sua pesquisa.

Partilhando das acepções de Bourdieu (2003), procurei no processo de entrevista realizar um trabalho com a aproximação da linguagem para diminuir possíveis violências simbólicas; tentei fazer com que o entrevistado se sentisse legitimado a manifestar seu discurso, buscando para tanto realizar um exercício de empatia para adquirir uma compreensão do sujeito em relação aos domínios das condições sociais que se encontra, os mecanismos sociais que operam sua categoria, e o domínio dos condicionamentos psíquicos e sociais de sua posição e trajetória.

Os depoimentos gravados em áudio geraram cerca de setenta e três horas de gravação. Foram feitas notas dos contextos e das impressões dos sujeitos, além disso, foram identificados materiais escritos que contribuíram para a análise dos dados. Os encontros propiciaram significativos momentos em que foi possível identificar diferentes formas de interação com a leitura e a escrita. Como exemplo, citamos o fragmento abaixo, extraído de entrevista realizada em outubro de 2010, em que Jésus e Necila revelam à pesquisadora algumas estratégias adotadas para se realizar atividades que demandam conhecimentos ligados à escrita:

Jésus: Mas o negócio é o seguinte, se ela não sabe chegar ali na cidade, às vezes tem um exame pra fazer, um médico que você precisa ter, você não sabe o escritório dele, a pessoa indica você, você tem que ir em tal escritório de fulano de tal, e se não sabe?! Então você tem que perguntar alguém [...]

Necila: Tem que perguntar.

Patrícia: Hunrum [...]

Jésus: Às vezes ele indica você, pergunta se você sabe, você fala eu não sei ler igual esses documentos lá do centro (se referindo ao centro comercial da cidade). Eu não sei não. Você sabe tal lugar? Conheço aqui, mas o nome eu não sei não. O nome de casa também por nome eu não sei, mas vou perguntando ué, quando eu pergunto eles me fala.

Necila: Igual eu também. Se fala tal número assim, assim na porta, tal número assim, não precisa nem falar, que eu não conheço os números. Todo jeito que mexe é ruim. Pra quem não sabe ler é muito ruim.

Jésus: Mas encontrando umas boas pessoa ensina a gente.

Necila: Boa pessoa te ensina. Se não for boa pessoa também [...] Tem gente de toda né...

Jésus: Também você não pode confiar não. O bom ensina certo, agora tem outros também que pode [...] e empurrar a gente pro buraco (risos).

Tal como assinala Bourdieu (1997) tentei durante as entrevistas reduzir a violência simbólica praticando o exercício da “escuta ativa e metódica”, a fim de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa às práticas de letramento. Algumas perguntas foram reformuladas após as primeiras visitas e contatos com a comunidade, no intuito de conhecer atividades relacionadas ao cotidiano doméstico (como por exemplo, assistir televisão, guardar documentos e fotografias antigas, contar histórias, fazer leitura de contas, receitas, bulas, rótulos de produtos, registrar itens de compras, ler a bíblia, folhetins e demais materiais de cunho religioso), à escola (como o porte de livros didáticos, realização de atividades escolares), e de atividades realizadas em outros âmbitos sociais (compras, comercialização de produtos como a farinha de mandioca e os doces produzidos artesanalmente na Vila, viagem, pagamento de contas e boletos bancários, atendimento médico, participação nas missas e nos grupos de oração da igreja, participação de reuniões na Associação).

As entrevistas não-estruturadas foram um recurso muito utilizado nessa investigação, visto que nas conversas informais o discurso emergia com muitas informações que foram se ligando às entrevistas seguintes, gerando em muitos momentos a oportunidade de reelaborar novas perguntas no intuito de levantar um conjunto de informações, preenchendo algumas lacunas ou lapsos das falas anteriores ou novas questões que as narrativas tinham suscitado.

No período de aproximação e conhecimento da comunidade, realizei entrevistas informais registradas, sobretudo por meio de notas de campo. Após essa fase inicial, no momento em que

os objetivos da pesquisa estavam mais esquematizados e a relação com os habitantes da Vila Nova mais instituída, realizei entrevistas com alguns dos sujeitos que inicialmente foram selecionados para a pesquisa a fim de conhecê-los um pouco melhor. As entrevistas, que tiveram consentimento oral dos participantes, foram realizadas nas casas dos participantes.

Através das ponderações metodológicas apresentadas, procurei criar por meio do desenvolvimento da investigação exercer a prática da escuta tentando compreender o outro a partir do seu ponto de vista, aproximando-me dos sujeitos e suas práticas declaradas, a fim de compreender sua realidade e o contexto sócio-histórico o qual estão inseridos (VÓVIO; SOUZA, 2005). Com base nesses cuidados e regras mais gerais, que o trabalho de campo foi realizado na comunidade quilombola Vila Nova e será devidamente descrita no capítulo seguinte.

Salientamos que embora diversos fatores tenham interferido no *continuum* do processo de coleta dos dados, como, por exemplo, ausência dos participantes da pesquisa na Vila na data das visitas, mudança nas datas das reuniões da Associação, ocasionando a impossibilidade de minha participação, foi possível apreender, nesse período, diversas questões importantes, que serão discutidas ao longo do trabalho. Certamente um período mais duradouro, com permanência no campo ainda maior, dois anos por exemplo, poderiam favorecer uma maior clareza dos dados e possibilitariam um trabalho mais amplo no sentido de apreender a relação dos adultos pouco escolarizados da comunidade com a leitura e a escrita. Contudo, a análise das informações levantadas nesse momento de contato direto com os sujeitos da pesquisa possibilitou-me grande enriquecimento no que diz respeito à perspectiva etnográfica da investigação.

2.4 O processo de análise dos dados

Afora as observações que me possibilitaram acompanhar o desenvolvimento dos eventos de letramento e as entrevistas, que tinham como objetivo uma aproximação dos significados atribuídos pelos sujeitos a suas práticas de letramento, analisei também fontes documentais, como as quatorze

atas registradas no caderno da Associação, além de algumas anotações do caderno de registro das vendas de doces, registradas no caderno da fabriqueta.

A categorização e a reconstrução analítica de organização dos dados pautaram-se nas reflexões trazidas pelo campo de pesquisas do letramento e na compreensão da linguagem como um fenômeno social da interação verbal realizada através da interação (BAKHTIN, 1989). Ela é assim, associada a um caráter dialógico, “cada enunciado é elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2005, p. 272). Segundo tal conceito, buscamos analisar as situações concretas vivenciadas pelos indivíduos, considerando-se as condições de produção dos enunciados.

Os trechos mais significativos para os objetivos da pesquisa foram selecionados e transcritos após a escuta cuidadosa do registro em áudio e, em seguida, esses trechos foram triangulados com as notas de campo, que permitiu, através de diferentes perspectivas, uma análise que não incorresse em interpretações altamente subjetivas.

No que se refere à identificação dos sujeitos, tendo em vista que as identidades relevantes são múltiplas e muitas vezes simultâneas e que se modificam no fluxo da interação, não utilizei categorias sociais para identificá-los. Sobre a identificação dos falantes, nesta pesquisa, baseamos nas ideias de Garcez (2002), optando por identificar os participantes do estudo por nome próprio. Para o autor, a identificação por nome leva a perspectiva dos participantes e minimiza a imposição de categorias, privilegiando a perspectiva etnográfica na pesquisa. A escolha justifica-se por acreditarmos que é nas interações que os sujeitos definem seus papéis e constroem suas identidades. O desafio está em perceber esses diferentes papéis assumidos pelos participantes, não definindo *a priori* categorias identitárias.

Na realização das transcrições, também busquei apoio em Bourdieu (1997), que afirma que o processo de transcrição requer um cuidado especial, pois toda transcrição já é uma tradução. Conforme o autor, o ato de transcrever uma fala pressupõe uma interpretação e mesmo uma seleção do que foi dito. A passagem do oral para o escrito implica ainda em perdas significativas

do que foi registrado na gravação, uma vez que a escrita é incapaz de transcrever com fidelidade aspectos como entonação, ritmo, pronúncia, linguagem dos gestos, postura corporal etc. Assim, o autor aponta a necessidade de um esforço no sentido de objetivação de si mesmo por parte do investigador, para que se evitem interpretações no momento da transcrição, baseadas no próprio ponto de vista daquele que transcreve.

Em relação ao processo de leitura e interpretação dos dados, foi importante considerar que a análise e investigação inerentes aos processos de leitura envolvem uma grande complexidade. Configurou-se como um exercício permanente durante a realização do trabalho não fazer da escrita simplesmente uma mera transcrição das falas, atribuindo uma explicação causal a essas, mas sim tentar compreender os discursos considerando-se a cena enunciativa na qual ocorreram. Portanto, foi preciso atentar para as sutilezas presentes nas práticas cotidianas, em que a subjetividade do autor/pesquisador foi assumida como um componente essencial da análise.

2.5 Os sujeitos da pesquisa: D. Geralda, Sr. Jésus, D. Necila, Margarida e Benedito (Bené)

Para participar desta investigação, foram escolhidos inicialmente os moradores da Vila Nova pouco escolarizados, que, até então, frequentavam uma turma de alfabetização de pessoas jovens e adultas. Entre os moradores, os quais estive mais próxima durante a pesquisa, cinco foram os sujeitos que demonstraram maior receptividade à pesquisadora e participaram efetivamente dos episódios relacionados aos usos da leitura e da escrita, sob os quais as análises decorrentes da experiência de campo se apoiam. Excetuando-se o líder da Associação Vila Nova, que possui o Ensino Médio completo, a média de escolaridade dos participantes da pesquisa não ultrapassa dois anos.

Em relação à escolaridade, de todas as pessoas que conheci na comunidade Vila acima de 30 anos a média de escolaridade não ultrapassa três anos de escolaridade, sobretudo entre as mulheres

essa taxa se deve às aulas frequentadas durante a vida adulta³³. Das mulheres com as quais tive mais aproximação no decorrer da pesquisa, apenas uma, D. Geralda, demonstrou conseguir decodificar palavras simples. Entre as mulheres mais novas, abaixo dos trinta anos de idade, o nível de escolaridade é maior, em média quatro anos de escolaridade entre as mulheres na faixa etária dos 20 aos 30 anos e mais de sete anos de escolaridade entre as jovens dos 13 aos 18 anos de idade. Dos homens com quem tive mais contato, apenas o líder comunitário possui Ensino Médio completo, os mais jovens, com idade entre 30 e 40 anos estudaram até a quinta série (atual sexto ano do Ensino Fundamental), entre os homens acima de 60 anos a média de escolaridade é de três anos, sendo que muitos, diferentemente das mulheres, frequentaram a escola quando criança, mas em função da distância que tinha que percorrer para chegar ao destino e por precisar ajudar os pais na lavoura, parou.

Sabendo-se que os moradores da comunidade pertencem a uma mesma família, para que o leitor entenda melhor o arranjo familiar da Vila Nova, em especial da relação de parentesco entre os sujeitos da pesquisa, apresentamos agora uma espécie de árvore genealógica (Figura 1) que sintetiza, de modo bastante simples, um esquema do grupo investigado, focalizando especialmente os moradores que participaram desse estudo. Vale ressaltar que, embora eu tenha tido contato com várias pessoas da Vila que de certa forma contribuíram para essa investigação com informações referentes ao grupo, como por exemplo, o filho mais velho de D.Necila que é o tesoureiro da Associação e as netas de D. Geralda e D. Necila, foram escolhidos os cinco moradores apontados abaixo dados os objetivos da investigação:

³³ Segundo relatos as aulas disponibilizadas através de ações da igreja, em fins da década de 1980, e com algumas aulas do governo no fim da década de 1990 que “começavam, mas sempre paravam por falta de professora”. O último programa atuante na comunidade foi o Programa Brasil Alfabetizado, também interrompido por falta de professor. Entretanto segundo os moradores há aulas para jovens e adultos que tenham concluído as primeiras séries. As aulas oferecidas pelo distrito compreendem as séries finais do Ensino Fundamental.

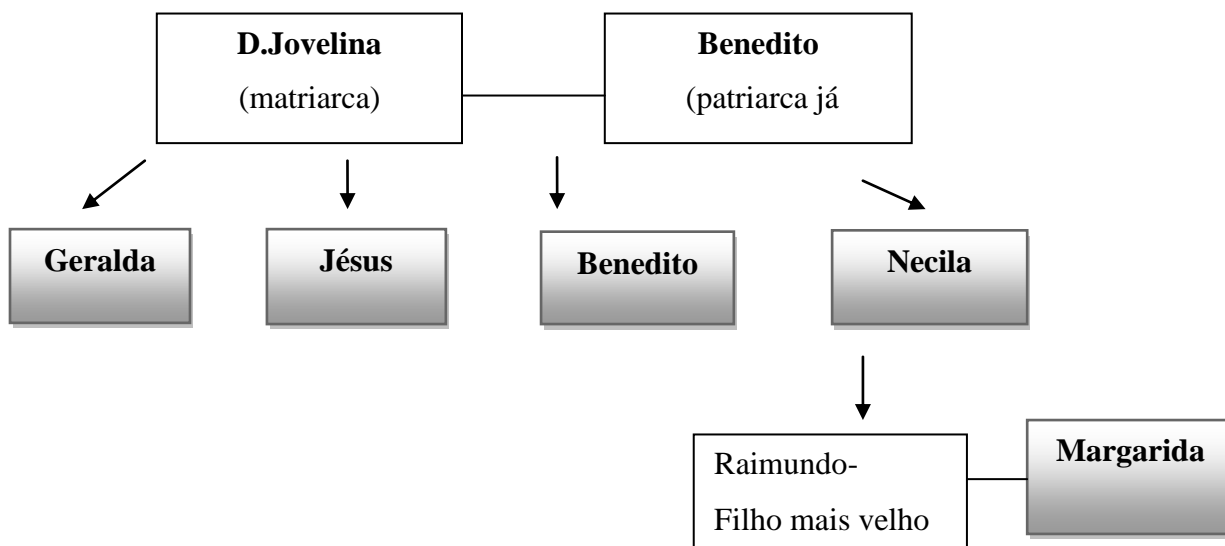


Figura 1 – Esquematização do grau de parentesco entre os sujeitos participantes da pesquisa.

Antes de apresentar os sujeitos da pesquisa, é importante tecer brevemente uma apresentação da matriarca do grupo, pois mesmo não tendo participado diretamente dessa investigação, é uma figura muito influente e respeitada por todos os moradores da Vila Nova. Jovelina, conhecida como D. Jovi, tem 91 anos de idade, gerou dez filhos, dentre os quais sete estão vivos e moram na comunidade. A saúde de D. Jovi é bastante debilitada, tanto que atualmente ela não anda, não fala e permanece todo o tempo sobre uma cama aos cuidados dos filhos que se revezam para cuidar da mãe. Segundo relatos dos filhos, D. Jovi é muito reverenciada por sempre ter sido a liderança do grupo e sempre ter lutado muito pela família, tendo sido ela a responsável por todas as decisões familiares importantes, como por exemplo, a mudança do grupo da Mata do Sapateiro para o centro de São Gonçalo do Rio das Pedras e a organização das mulheres da Vila para a atuação na fábrica de doces.

A primeira pessoa com quem mais tive proximidade, desde a primeira visita, foi D. Necila, 64 anos, viúva, mãe de cinco filhos, todos moram em São Paulo e a visitam no fim do ano. Logo ao se apresentar ela diz que seu nome é Amazildes, mas que a vida inteira todos, inclusive sua mãe a chamavam de Necila e somente quando o esposo faleceu e os filhos iniciaram o processo para que ela recebesse pensão foi que descobriram o seu verdadeiro nome: “[...] eu não sabia ler né?! E eu nunca tinha pegado minha certidão de nascimento, foi só quando eles levaram minha

certidão pro Serro que ficamos sabendo! Mas eu gosto é de Necila [...] Amazildes é muito grande [...] Muita letra [...] É difícil de escrever, então eu prefiro Necila [...]” (D. NECILA, entrevista à pesquisadora em 05/10/2011).

D. Necila foi a primeira moradora da Vila, e é uma das líderes da fábrica de doces. Segundo ela, a vida foi muito difícil, mas hoje está tudo muito melhor, pois todos possuem casas simples, mas confortáveis. De acordo com ela, na infância a família vivia em Itambé do Serro e depois, quando ainda era criança, mudaram-se para a Mata do Sapateiro, onde produziam a maioria dos alimentos que consumiam, através da plantação de milho, mandioca, arroz, feijão e frutas. Mas por ser o local muito afastado, até para ir ao médico era muito complicado, tanto que uma de suas irmãs teve complicações durante o parto e até a família conseguir chegar ao hospital ela faleceu. Um dos filhos de D. Necila é, na verdade, seu sobrinho, filho da irmã falecida. Esse fato, de acordo com D. Necila, contribuiu para que o grupo mudasse para um local mais próximo ao centro do distrito. Ela afirma que por ter tido uma infância difícil, e ter trabalhado durante toda a vida na roça, não pôde frequentar a escola, e que sua maior vontade era aprender a “ler de cumprido”, pois juntar as letras ela já sabia, faltava saber conseguir “entender o que está escrito”; entretanto, alega já estar velha demais pra aprender, e agora “é contar com os outros quando precisar”.

Desde o primeiro dia de trabalho de campo, conheci também D. Geralda, 73 anos, mãe de duas filhas, que moram na comunidade. É a primeira filha de D. Jovelina, que na verdade, se chama Maria, mas, segundo ela, por seu esposo se chamar Geraldo todos a chamam de Geralda. Ela também lidera a fábrica de doces, e, por ser a segunda mulher mais velha da comunidade, exerce muita influência no grupo, tanto que decisões como a liberação do funcionamento das aulas em uma das casas da Vila foi dada por ela, após ser consultada por seus irmãos. Até hoje D. Geralda realiza atividades de lavoura, sobretudo no plantio da mandioca e produção artesanal de farinha junto ao marido e um irmão, no forno que possui no quintal de sua casa. Segundo ela, assim como a irmã Necila, não frequentou a escola quando criança e, o pouco que sabe, aprendeu depois de adulta. Afirma que se soubesse ler, ensinaria as crianças da comunidade, a leitura da

bíblia que segundo ela “é o livro que deve ser mais bonito de ler” (D. GERALDA, entrevista à pesquisadora em 06/11/2010).

D. Geralda mostrou-se a mais reservada e desconfiada do grupo, sempre muito atenta a todos os fatos que ocorriam na Vila como, por exemplo, as visitas que eu fazia, mesmo nos dias em que não ia à sua casa; no dia em que a encontrava, ela perguntava como tinha sido a conversa na casa dos outros moradores. Em muitos momentos ocorreu de ficarmos juntas por duas horas, como no dia em que me ofereci para ajudar a ralar mandioca durante a produção de farinha, e ela contornar todas as perguntas que eu fazia, sem responder diretamente a nenhuma. Sempre questionava o porquê do meu interesse em conhecer os moradores. Após a quarta vez em que fui à Vila, percebi uma maior abertura da moradora.

O único homem com o qual tive contato, na primeira vez em que fui a campo, foi o senhor Jéus 71 anos, que frequentou a escola por dois anos durante a infância e, segundo ele, não sabe ler e escrever, “mas as contas até que consegue fazer”. Aposentado, ainda atua no mesmo ofício em que atuou em todo o decorrer da vida na lavoura, obtendo uma pequena renda extra com a fabricação e comercialização de farinha de mandioca.

Ele é casado, tem dois filhos, sendo que um reside em São Paulo e o outro em Belo Horizonte. Embora Sr. Jéus tivesse cursado até a 2ª série, afirma não saber ler e escrever nada. Informou que frequentava as aulas de alfabetização ministradas na Vila, mas que não continuaria mais a ir por já estar velho demais e ter “passado da hora das coisas ficarem em sua cabeça” (SR. JÉUS, entrevista à pesquisadora em 05/10/2010).

Nesse primeiro momento do trabalho de campo, tive a oportunidade de me aproximar também de outra moradora da Vila, que também frequentava as aulas de alfabetização, Margarida, 32 anos, casada com o filho mais velho de D. Necila. Margarida não sabe ler, reconhece algumas letras e escreve apenas o próprio nome. Questionada se estudou durante a infância, disse que não pôde estudar, pois a escola era muito longe da casa e ela tinha que ajudar os pais na “roça e na casa”, e que o estudo lhe faz muita falta.

Possui dois filhos em idade escolar e trabalha como diarista, prestando serviços principalmente como lavadeira e passadeira. Não atua da fábrica de doces e mesmo sem ser alfabetizada, aponta sempre buscar auxiliar as lições de casa do filho, atribuindo um grande valor à escola. A preocupação de Margarida era com a continuidade do projeto de alfabetização. Segundo ela seu maior desejo é aprender a ler e escrever para “ser secretária e largar a enxada de lado”. (MARGARIDA, entrevista à pesquisadora, em 07 novembro de 2010).

No mês de junho tive o primeiro contato com seu Benedito, conhecido como Bené, 70 anos, líder da Associação Vila Nova. Por morar durante muitos anos em São Paulo, esporadicamente ele viaja para a cidade para ver seus filhos que ficaram lá, daí o motivo de não tê-lo encontrado antes. O líder da Vila Nova cursou o ensino técnico em eletrônica e, segundo ele, tinha muita vontade de cursar faculdade, conforme assinala, ele não conseguiu, “mas seus filhos sim”; com muito orgulho diz que os dois filhos fizeram curso superior, embora a filha tenha trancado a matrícula no meio do curso de Pedagogia.

De acordo com seu Benedito ele batalhou e estudou muito para conseguir tudo o que atualmente possui. Atuou, durante toda a vida, como técnico em eletrônica e atualmente é aposentado, participando ativamente de diferentes movimentos sociais do Serro, além de liderar a Vila Nova, ele participa Associação da 3ª idade e da Associação dos moradores de São Gonçalo. Sua atuação política, em prol da questão racial, iniciou-se quando morava em São Paulo e lá era responsável pelo movimento negro da região que morava. Assim, após retornar para São Gonçalo, lugar de onde tinha saído quando tinha 30 anos, mobilizou os moradores e, através do apoio da equipe da Prefeitura do Serro e da PUC, deu início à organização da Associação Vila Nova, em 2003.

Quanto ao clima do ambiente pesquisado, percebi que os moradores da Vila Nova são muito reservados e em alguns momentos percebi dois tipos de discurso: um voltado para aqueles que estão “de fora” da Vila, como foi o meu caso, no início do trabalho, em que mesmo me esforçando para que eles se sentissem à vontade, eu estava socialmente distante deles; o outro discurso percebido assume um caráter bastante distenso, em que pude realmente vivenciar um

pouco do que eles de fato vivenciavam, sobretudo nos episódios dos meses finais do trabalho de campo.

CAPÍTULO 3 - ESPECIFICIDADES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A VILA NOVA: UMA COMUNIDADE DO ALTO JEQUITINHONHA

Neste capítulo, busco apresentar os principais aspectos das comunidades quilombolas dando especial atenção à comunidade estudada nesta pesquisa: a Vila Nova. Para contextualizar tal temática, busco dialogar com trabalhos que delinham as características desses grupos étnicos, apresentando primeiro um breve contexto sociohistórico que originou o conceito de quilombo, e o surgimento dessas comunidades no Brasil, bem como alguns dos aspectos jurídicos que asseguram os direitos dos povos quilombolas. Em seguida, abordo as especificidades dessas comunidades no estado de Minas Gerais, particularmente no Alto Jequitinhonha, região que a comunidade investigada pertence. Por fim, caracterizo especificamente a Vila Nova.

Além de discorrer com estudos que se debruçam na temática quilombola, estarei em grande medida dialogando com trabalhos de dois pesquisadores que, embora inseridos em campos distintos da educação, discorrem sobre a questão das comunidades quilombolas em Minas Gerais. São eles: Lima (2010) que em sua dissertação, defendida na área da Geografia, focaliza a agricultura familiar e camponesa de quatro comunidades que formam o Território Quilombola do Macuco, presente na mesma região a qual a comunidade Vila Nova pertence - o Alto Jequitinhonha; e Silva (2009), que sob a perspectiva do campo do Serviço Social, apresenta em seu trabalho de mestrado a trajetória dos quilombos no país, tecendo considerações, sob o ponto de vista das políticas públicas, sobre a experiência vivenciada em uma comunidade quilombola de Santa Maria de Itabira, região central de Minas Gerais. Alguns aspectos explorados nesses trabalhos contribuíram para uma melhor compreensão da conformação desses grupos, sobretudo, no território mineiro.

Há de se destacar também, que a temática quilombola cada vez mais vem ganhando espaço nas discussões e fomento de políticas públicas nacionais. Prova disso, é a criação da Fundação

Palmares, em fins da década de 1980, primeiro órgão federal instituído para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra. Vinculada ao Ministério da Cultura, a Fundação tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira³⁴. Em função disso, em algumas das fontes consultadas para a ampliação da compreensão do tema configuram publicações e documentos oficiais.

3.1 Povos e comunidades tradicionais: a (re)construção do conceito de quilombo e a identidade quilombola

O conceito contemporâneo da categoria quilombola compreende a ideia de que a identidade quilombola não está ligada somente às raízes históricas, ela deve ser concebida através da autodefinição dos sujeitos e da articulação dessas comunidades com a cultura afrobrasileira. Deve-se compreender que esses grupos possuem articulações políticas e econômicas próprias que é indissociável do processo de integração social desses sujeitos que preservam um legado cultural deixado por seus ancestrais.

Diante da multiplicidade de desdobramentos que a discussão sobre usos da escrita apresenta no campo acadêmico, surgem questões igualmente concretas no âmbito dos distintos contextos sociais, nos quais essa linguagem circula. Assim, é pertinente apresentar algumas ponderações sobre a definição do conceito de quilombo, que desde sua origem vem passando por (re)significações no âmbito nacional dada a luta histórica e política dos negros em prol de seus direitos.

A palavra quilombo, de acordo com o Guia de Políticas Sociais Quilombolas (BRASIL, 2009), passou por várias definições ao longo do tempo, sendo muitas vezes concebido como “quilombo, mocambo, terras de preto” (BRASIL, 2009, p.12), várias foram as definições para os quilombos ao longo do tempo; mas somente nos últimos anos tem havido uma intensificação no esforço

³⁴ Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Fundação Palmares, fruto do movimento negro brasileiro, formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 04 nov. 2011.

conjunto de lideranças comunitárias, representantes do poder público e pesquisadores deste objeto em construir um arcabouço teórico e legal sob o qual as políticas públicas voltadas para essas populações específicas vêm se concretizando.

Do ponto de vista histórico a palavra “quilombo”, cuja origem se dá na língua banta de raiz africana, referia-se a “a locais de paragem e descanso de povos nômades, assim como acampamento dos grupos que realizavam o comércio dos escravos” (MINAS GERAIS, 2008, p. 15-16). Entretanto, no Brasil, o termo foi difundido pela administração colonial, através de leis, relatórios, atos e decretos, para designar unidades de resistência e apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema latifundiário escravista.

Por meio de organizações e lutas pelo fim da escravidão no País, muitos negros fugiam e formavam núcleos paralelos de poder, produção e organização social. Esse termo teve, assim, um significado especial para os forros obtendo amplas dimensões e conteúdos em sua trajetória, conquista e liberdade tendo como fato mais simbólico o Quilombo dos Palmares, movimento insurgente que se opôs à administração colonial durante fins do século XVI e século XVII no estado do Alagoas.

As centenas de insurreições de escravos e as formas mais diversas de rejeição ao sistema escravista no período colonial fizeram da palavra “quilombo” um marco da luta contra a dominação colonial e de todas as lutas dos negros que se seguiram após a quebra desses laços institucionais. Contudo, na atualidade, há um grande esforço para superar o binômio fuga-resistência instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar o conceito de quilombo, arraigado no imaginário popular desde o período do Brasil Colônia³⁵.

No século XXI, as noções se ampliam e o quilombo ressurgue como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia do embranquecimento e a exclusão dos negros do projeto republicano de modernização do País. Mais do que atribuir aos quilombos um tempo histórico passado, em

³⁵ O conceito de quilombo se embasou por muitos anos no Conselho Ultramarino de 1740 que se reportando ao rei de Portugal definiu como quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

que sua existência cristaliza-se na época da escravidão, a temática quilombola, atualmente, vai muito mais além do que uma expressão contrária ao sistema escravagista em que a população negra se isolava em espaços de resistência. Paulatinamente, os movimentos sociais negros organizam-se em prol de sua isonomia.

Para Nascimento (2003), desde a abolição do sistema escravista colonial em 1888, o quilombo vem sendo, portanto, “associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira. Vem recebendo amplo apoio de diversos setores da sociedade brasileira comprometidos com os Direitos Humanos” (NASCIMENTO, 2003, p. 20). O que por sua vez denota que a instituição legal da escravidão marcou o início da organização quilombola no país e da manutenção da resistência da população negra contra as desigualdades.

Com a crescente pressão do movimento quilombola e a alteração do quadro de forças políticas no cenário nacional nos últimos anos, houve um notável avanço das políticas públicas afirmativas da identidade étnico-racial, que têm como intuito a intervenção ativa do estado sobre desigualdades sociais decorrentes do histórico de exploração de algumas etnias como o povo negro por exemplo.

Segundo Santos (2009), a partir da década de 1970, houve uma retomada da temática quilombola nas pautas governamentais. O conceito sobre os quilombos é revisitado culminando em novos parâmetros categóricos no tocante às questões quilombolas, em que aspectos ligados à economia, cultura, política e o próprio conceito sobre a organização dos grupos remanescentes de quilombos são repensados e restaurados. No tocante a essa questão, a Constituição Federal de 1988 assume a pluriétnica da população brasileira e garante a preservação material e imaterial dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório do país³⁶.

Conforme já assinalado por autores como Ramos (1996) e Fiabani (2005), dentre outros autores dedicados à questão, os grupos hoje considerados remanescentes das comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que abrangem não somente as

³⁶ Conforme se pode observar nos dispositivos expressos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

fugas com ocupação de terras livres e comumente isoladas; mas também as heranças, doações (como é o caso do loteamento da Vila Nova), recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, durante a vigência do sistema escravocrata ou após a sua extinção.

Dentro dessa visão expandida, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, é necessário compreender as comunidades remanescentes dos quilombos ou comunidades quilombolas como expressão que possa dar conta de uma referência baseada na experiência do grupo, não o concebendo como um grupo isolado, visto que essas comunidades sempre estabeleceram uma intensa rede de interação com a sociedade local (ALMEIDA, 2002; GOMES, 1996). O que se percebe, por exemplo, nas interações ocorridas na comercialização de farinha de mandioca e doces da Vila Nova para os demais habitantes do município de São Gonçalo do Rio das Pedras. Compreendendo o quilombo como uma unidade que interage ativamente com a sociedade, sendo possível conhecer e respeitar “os elementos múltiplos que compõem o fenômeno Quilombo, através de uma ampla visão que permite outros entendimentos que apontem menos para um quadro estereotipado e mais para um particular modo de vida” (CHAGAS, 2001, p. 219).

Para se alcançar essa perspectiva foi fundamental a definição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)³⁷ que considera que quilombos não são grupos isolados ou uma população homogênea em sua composição racial, ou seja, a raça negra da população não pode ser utilizada como único critério para a definição desse grupo étnico; também esses grupos nem sempre são descendentes de escravos fugidos, e conforme assinala O’Dwyer (2002, p. 18) “[...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. Sob esse ponto de vista, pensar na conceituação de quilombos para além dos polos subterfúgio e oposição significa

³⁷ Segundo O’Dwyer, 2002, em outubro de 1994 a ABA criou o grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais um conceito atualizada para a categoria de quilombos.

pensar nesses grupos sob o prisma de seus processos de interação e desenvolvimento na sociedade. Segundo o Guia de Políticas Sociais Quilombolas (2009):

Este alargamento conceitual acerca da definição de quilombo permitiu a construção de um rol de políticas públicas voltadas exclusivamente para as necessidades territoriais, sociais, econômicas e culturais das comunidades quilombolas, estejam elas nos centros urbanos ou no meio rural. Em consonância com estas ações, podem ser elencados artigos constitucionais, instruções, decretos e outras regulamentações dispõem sobre os compromissos firmados entre o Estado e as populações quilombolas (BRASIL, 2009, p. 13).

Destarte, podemos fazer referência a algumas das legislações que, tomando como pressuposto esse conceito mais amplo, asseguram o compromisso estatal com essa população a citar: o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988 que assegura que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 1988); e, mais atualmente, o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003³⁸ (anexo 1) que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos em áreas urbanas ou rurais.

As políticas públicas, nesse sentido, asseguraram ao povo negro o direito à preservação de sua cultura e identidade, bem como o direito à titulação das terras ocupadas por gerações e gerações de homens e mulheres, que se contrapuseram ao regime escravocrata e constituíram um novo modelo de sociedade e de relação social.

A respeito da ideia de remanescente como “resquício” a ABA³⁹ assinala que contemporaneamente “o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea” (ABA, 1994), pois, os grupos remanescentes de quilombo nem sempre foram constituídos somente a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados,

³⁸ No ano de 2003, após diálogo da ABA com o Ministério Público o termo quilombo foi redefinido, passando a ser caracterizado não apenas pelas redes de significação histórica e racial, mas incorporando também valores econômicos e culturais no conceito (SANTOS, 2009).

³⁹ Disponível em <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html>. Acesso: em 06 de outubro de 2011.

consistem, sobretudo, em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Pode-se afirmar que as comunidades de quilombo se constituíram a partir de diversos processos, que abarcam desde as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, até a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

O que caracterizava o quilombo, portanto, não era o isolamento e a fuga e sim a resistência e a autonomia. O que define o quilombo é o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre. Tudo isso demonstra que a classificação de comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como o grupo se compreende, se define.

Atualmente, a legislação brasileira já adota este conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da auto-identificação. Há assim, uma série de projetos e ações governamentais para infra-estrutura e organização visando o fomento da participação social dos representantes quilombolas em diferentes esferas de proposição e formulação de políticas públicas vem sendo realizados. Em 2004, criou-se o programa Brasil Quilombola, como uma política de Estado para essas comunidades, abrangendo um conjunto de ações integradas entre diversos órgãos governamentais. Todas as ações são coordenadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais busca garantir o direito à terra e ao desenvolvimento econômico e social à população negra que historicamente é acometida por uma série de injustiças.

É importante salientar o aspecto jurídico da questão quilombola, pois atualmente, uma das características fundamentais que subjazem os grupos quilombolas diz respeito à sua organização

política a favor da garantia de seus direitos. E esse foi um dos aspectos mais pertinentes apreendidos durante a realização do trabalho de campo. Já que, de acordo com relatos de alguns dos moradores da Vila, há cerca de três anos⁴⁰, a Vila vem se organizando formalmente por meio da Associação da Comunidade Quilombola Vila Nova, na qual bimestralmente os associados se reúnem em assembleias em que, diferentes assuntos ligados à demanda do grupo, são discutidos e registrados sob a forma de atas.

Para Lima,

“dentre as diversas formas pelas quais os diversos grupos étnicos buscam o seu reconhecimento enquanto quilombolas, como elementos históricos e culturais ligados a aspectos lingüísticos e religiosos, a ancestralidade e os laços de parentesco são sem dúvida, um dos mais significativos” (LIMA, 2010, p. 97).

Nesse sentido, várias pesquisas apontam a importância dos grupos familiares na organização trabalho, nos laços de solidariedade, definindo o território e a identidade. Ancorada nas ideias de Lima (2010) e compreendendo que parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos específicos que se relacionam a lugares dentro de um território maior, logo no percurso inicial da pesquisa percebi a peculiaridade no modo de organização do grupo acompanhado nessa investigação, sobretudo em relação ao pertencimento de todos os moradores a um núcleo familiar comum, inicialmente liderado pela matriarca e atualmente pelo líder da Associação.

No entanto, até o mês de junho de 2010, já na 5ª visita que realizava ao local, ainda não havia recebido nenhuma afirmação explícita por parte dos residentes da Vila sobre o auto-reconhecimento como quilombolas, o que, de acordo com a legislação atual, é um dos principais aspectos que caracterizam esses sujeitos como tais. Penso que tal fato pode ter sido uma tentativa de autoproteção do grupo diante de uma pessoa pertencente a uma realidade bastante diferente daquela vivenciada por eles. Configurando uma busca pela preservação do grupo que certamente enfrentou/enfrenta preconceitos, o que infelizmente sempre ocorre em relação aos povos pertencentes a etnias minoritárias, como é o caso do povo quilombola.

⁴⁰ Informação também obtida nos relatos orais da comissão diretora da Associação.

Tal fato inquietava-me bastante, uma vez que, segundo o Guia de Políticas Sociais Quilombolas (BRASIL, 2009), as comunidades quilombolas são comunidades tradicionais que possuem características próprias e se distinguem, sobretudo, pelo seu autorreconhecimento:

Povos e comunidades tradicionais são grupos sociais culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e que possuem formas próprias de organização social. Estes grupos utilizam seus territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2009, p. 11)

Por mais que percebesse naquele local um modo peculiar de vida, extrapolando o conceito tradicionalmente arraigado na ideia de que os quilombos pertencem somente ao passado escravista do Brasil, e atentando para o fato de que esses grupos também não se configuram como comunidades isoladas no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Visto que, atualmente há mais de mil e quinhentas comunidades quilombolas brasileiras certificadas pela Fundação Palmares, e outras centenas de comunidades distribuídas pelo território brasileiro que se mantêm atuantes fortalecendo a herança étnica e cultural negra como é o caso da Vila Nova, não havia notado até então em nenhuma fala dos moradores elementos que indicassem a autodeterminação como quilombolas.

Porém, na visita seguinte, no mês de julho de 2010, obtive essa afirmação em uma conversa com três moradoras da Vila que trabalham na fábrica de doces, D. Necila, uma de suas filhas, Luzia, e uma sobrinha, Josefina. Durante uma manhã, enquanto discorria em um clima bastante descontraído sobre a trajetória escolar das duas mulheres mais novas, Luzia apontou que tinha até a quinta série e isso lá onde morava “estava bom demais”, afinal de acordo com ela “sair toda noite pra estudar pra quê?! Pra capinar?!”. Depois dessa afirmação de Luzia, Josefina a perguntou se já tinha pegado o livro pra ler, e Luzia respondeu que sim, que o havia lido e que o repassaria para Josefina ler também.

Naquele momento indaguei qual era o livro sobre o qual elas estavam falando e para minha surpresa obtive como resposta: “é o livro sobre os direitos quilombolas”. Percebendo a abertura que naquele momento havia me sido dada, e por já ter certa familiaridade com as mulheres, tomei a liberdade de perguntar o porquê daquela leitura obtendo como resposta de Luzia “porque nós somos um quilombo”, “um quilombo registrado” complementou Josefina. Naquele momento,

pela primeira vez, obtive a explicitação de que se reconheciam como quilombolas, e que se identificavam, sobretudo com a questão do direito às terras e com as raízes de seus antepassados.

A partir de então, acredito que, dada certa proximidade que já tinha com o grupo e a naturalidade que demonstrei em relação ao fato que me havia sido revelado, os moradores com os quais eu tinha mais contato se sentiram mais à vontade e em alguns momentos passaram a referirem a si como quilombolas, inclusive questionando se eu conhecia outras comunidades, o que eu entendia sobre o assunto, etc. Foi desde esse momento que obtive também declaração sobre a organização do grupo através da Associação Quilombola Vila Nova.

Posteriormente, percebi que esse silenciamento inicial poderia ser entendido como uma estratégia de preservação da identidade diante de uma pessoa “estranha” que talvez pudesse encarar o fato de eles serem um grupo quilombola de modo negativo. Passei a refletir sobre essa possibilidade depois de perceber, através de relatos informais que alguns moradores quando referiam a si como quilombolas, que acresciam à essa afirmação “mas aqui (em São Gonçalo do Rio das Pedras) é todo mundo igual mesmo”.

Comparando a afirmação de Luzia a outros episódios apreendidos na Vila em relação à identidade quilombola, conforme refletia sobre as observações e as anotações de campo, pude ancorar-me na perspectiva teórica para compreender o melhor o conceito e entender a dinâmica daquele grupo através da apreciação de alguns aspectos⁴¹ observados na Vila Nova, que serão apresentados a seguir.

Primeiramente, pode-se citar a autointitulação do grupo como quilombola. Ainda que, não tenha sido explícito em um primeiro momento. É notável o reconhecimento que eles têm sobre sua identidade como quilombolas. Além dos relatos orais, tal aspecto pode ser apreendido na Ata de

⁴¹ Ancorei-me, sobretudo, na a Instrução Normativa n° 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2008. Segundo o documento “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Autodefinição como Comunidade Remanescente dos Quilombos⁴² (anexo 2), documento no qual todos os moradores da Vila se reconhecem como sendo um grupo étnico-racial, com trajetória própria, dotado de relações territoriais específicas.

Um segundo aspecto apreendido se refere à pressuposição de ancestralidade negra relacionada à opressão histórica sofrida. A existência de um grupo composto por pessoas negras e que mantenham seus costumes não basta para constituir uma comunidade quilombola. A existência do grupo deve estar ligada ao momento de resistência contra a opressão histórica sofrida, geralmente coligada à escravidão. Percebeu-se esse ponto nas falas dos moradores, como por exemplo, Sr. Benedito, ao apontar que quando criança ouvia histórias dos mais velhos sobre costumes de seus ancestrais. Nas palavras do líder da Associação “A gente ouvia falar das histórias dos nossos ta tataravós né?! A farinha que a gente sabe fazer quem repassou isso lá nos tempos atrás foram eles. E eles sofriam demais. É, é isso aí” (SR. BENEDITO, 15 de julho de 2011).

Outro ponto diz respeito à trajetória própria do grupo social na busca pela manutenção da cultura e costumes que lhes são próprios. Esse elemento foi observado, sobretudo na festa religiosa de Nossa Senhora do Rosário⁴³ que configura o sincretismo religioso dando à festa um caráter heterogêneo e de pluralidade cultural. Trata-se de uma festa de reinado cujo Rei e a Rainha do Rosário têm seus nomes escolhidos por meio de sorteio ou aclamação da comunidade católica e seguem em cortejo, acompanhados por grupos folclóricos que representam as mais variadas manifestações da cultura africana e católica.

Na festa, as guardas estão representadas nos diversos folguedos folclóricos que saem em cortejo pelas ruas da cidade de São Gonçalo do Rio das Pedras, partindo da Vila Nova. O grupo se

⁴² O documento produzido por intermédio do Serviço de Assistência Judiciária da Pontifícia Universidade Católica do Serro (SAJ/PUC MINAS/SERRO) denominado “Ata de reunião convocada para a finalidade específica de deliberação a respeito da autodefinição como remanescente dos quilombos” foi deliberado pelo líder comunitário e por 76 moradores da Rua Vila Nova no dia 27/07/2009. Documento gentilmente concedido pela Prefeitura Municipal do Serro no mês de novembro de 2011.

⁴³ A festa no estado de Minas Gerais é organizada desde o tempo da mineração do ouro quando também se deu o surgimento das Irmandades de N.S. do Rosário dos Negros. Na festa acontece o chamado Reinado, que a cada ano é conduzido por um Rei e uma Rainha dos Rosários (eleitos pela população que frequenta a igreja) e sua corte. Fonte: http://www.unicamp.br/folclore/folc6/festa_rosario.html. Acessado em 14/12/2011.

apresenta distinguindo-se um dos outros pelas indumentárias e pela música, o congado⁴⁴, executada durante a procissão em que ocorre também um espetáculo de fogos, levantamento de mastros com a bandeira de Nossa Senhora, ornamentação, e música e danças em que se pode observar durante o rito na igreja.

Durante o evento ocorrido no mês de outubro de 2011⁴⁵, foi possível observar, como se nota nas Fotos 2 e 3, a manifestação da identidade das origens africanas, sobretudo através do congado que acompanhou todo o cortejo e procissão desde a saída da Vila Nova em direção a casa da “rainha” do Rosário até a igreja matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras. O traje usado representa a corte e a profunda devoção a Nossa Senhora do Rosário, a figura religiosa a qual se atribui a proteção dos negros.



Foto 1 – Guarda do Reinado do Rosário. Festa realizada nos dias 15 e 16 de outubro de 2011.

⁴⁴ O congado é uma das mais fortes e importantes manifestações da cultura afrobrasileira em Minas Gerais. A performance é caracterizada por danças dramáticas ou brincadeiras acompanhadas de expressões musicais ricas em variações sonoras, ritmos e melodias, que apresentam particularidades de acordo com o grupo e a região. O Congado é considerado uma expressão da religiosidade negra que sobreviveu ao processo de imposição cultural no processo escravagista brasileiro. (LIMA, 2010)

⁴⁵ A festa ocorreu durante os dias 14, 15 e 16 de outubro de 2011.



Foto 2 - Cortejo a caminho da casa da Rainha do Rosário.

Segundo o Guia de Políticas Sociais Quilombolas (BRASIL, 2009) é relevante considerar os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que reconhecem os direitos das comunidades quilombolas, no que diz respeito ao resguardo das manifestações culturais das populações afro-brasileiras, bem como a necessidade de proteção de seu patrimônio material e simbólico. Em meio a esta nova realidade jurídica, as terras dos quilombos passam ser consideradas enquanto um Território Cultural Afro-Brasileiro, segundo o art. 6º da Fundação Cultural Palmares, publicado em 1º de março de 2004.

Ao se considerar a questão da identidade étnica, é pertinente ressaltar que consideramos, tal como Lima (2010), o processo de autoidentificação como algo bastante dinâmico, que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. Assim como esse autor creditamos que:

A identidade étnica de um grupo é a base de sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores escolhidos por eles mesmos - desde uma ancestralidade comum ou formas de organização política e social, até elementos linguísticos e religiosos (LIMA, 2010, p. 6)

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações posteriores o território conformado por diversas gerações de seus antepassados.

Não se pode pensar, então, nas identidades como fixas e sim em curso e, sobretudo, ao se pensar na identidade do negro é fundamental pensar que tal questão está calcada nas relações de poder uma vez que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se sempre em posição de carência e subordinação. E, é a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história.

Busquei aqui assinalar alguns aspectos em relação às especificidades dos quilombolas e, para se compreender melhor esses grupos, é fundamental perceber a identidade desses sujeitos considerando as mudanças às quais esses grupos se submeteram, assim como toda a sociedade está submetida. O conceito da identidade quilombola abrange não somente negros que se mantiveram em terras de antigos quilombos, mas a todos aqueles que tenham uma relação indissociável com a ancestralidade africana.

3.2 Comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais e a influência afrodescendente no Alto Jequitinhonha

Silva (2009), ancorada em diferentes estudos históricos, aponta que a descoberta de ouro, e em seguida de diamante, provocou um intenso fluxo migratório para Minas Gerais em fins do século XVII. Deste modo, vislumbrando o enriquecimento rápido, pessoas de vários lugares do Brasil migraram para o estado mineiro e com isso um grande contingente de negros e escravos foi trazido para o estado.

De acordo com Guimarães (1996, *apud* SILVA, 2009), entre 1700 e 1850, época em que a mineração culminou, vieram para Minas Gerais 160 grupos de negros africanos⁴⁶. Desde o século XVIII, a população negra no estado nunca foi inferior a 30% da população total. Conforme os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 45,4% dos mineiros se autodeclararam brancos, enquanto 53,5% se denominaram negros⁴⁷.

Naquela época, a formação de quilombos foi intensa na região. Muitos foram os negros que lutaram contra o cativo. Todavia, os quilombos aqui no estado, ao contrário do que impera o imaginário popular, não se constituíram apenas em lugares desertos, distantes dos centros urbanos. Segundo Ramos (1996), “os quilombos em Minas Gerais não existiam isolados; em geral, os escravos não fugiam para muito longe das comunidades mineradoras urbanizadas” (RAMOS, 1996, p. 165).

Ainda de acordo com Ramos (1996), os quilombolas ou calhambolas, como eram chamados os negros fugitivos em Minas Gerais, eram acolhidos por comerciantes que negociavam com eles. Muitos comerciantes preferiam comprar dos quilombolas, pois o preço era mais baixo. Diversos fazendeiros também solicitavam os serviços desses negros como estratégia para que eles não se rebelassem e atacassem suas propriedades.

Por sua vez, os quilombolas precisavam vender seus produtos (cultivados, extraídos – no caso do minério – ou roubados) para garantir sua sobrevivência. Assim, a proximidade geográfica de pequenos quilombos aos centros urbanos era interessante tanto para quilombolas quanto para muitos setores da sociedade livre.

Os negros fugidos circulavam e mantinham contatos com os residentes. Como a população urbana era em grande escala composta por pessoas afrodescendentes, os negros fugidos

⁴⁶ Pertencentes sobretudo a três regiões: os sudaneses (especialmente do Golfo da Guiné: haussas, minas, iorubas, malês, entre outros), os bantus (angolas, congos, bengueleas) e os moçambiques.

⁴⁷ De acordo com o censo, 9,2% da população é preta e 44,3% parda. Há 10 anos, os brancos eram 53% e os negros 45,4% (37,6% pardos e 7,8% pretos. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

circulavam de forma despercebida pelas autoridades nas cidades. Somado a esse fator, os quilombolas contavam também com o apoio da população escrava e de parcela da população livre. A relação entre quilombolas e moradores em Minas Gerais era fluida e foi um dos fatores que dificultou sobremaneira a repressão contra esses grupos.

Foi contra o cativeiro e pela liberdade que os negros levados para Minas Gerais lutaram. Por meio de diferentes formas de resistência, os negros conquistaram seu espaço em terras mineiras. A fuga, a ocupação de áreas não povoadas após a abolição ou mesmo o recebimento de glebas de terra de seus (antigos) proprietários por doação ou herança foram as formas de conquista e consolidação dos territórios negros em Minas Gerais. Contudo, no Brasil contemporâneo, essas terras, juntamente com sua história, estão ameaçadas.

De acordo com o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2005), existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais distribuídas por mais de 155 municípios. As regiões do estado com maior concentração de comunidades quilombolas são a região norte e a nordeste, com destaque nesta última para o Vale do Jequitinhonha. Conforme indica o órgão, a maior parte das comunidades quilombolas do estado apresenta-se em contexto rural. No entanto, Minas Gerais se destaca pela presença significativa de quilombos em áreas urbanas. Atualmente, no Estado de Minas Gerais, existem aproximadamente 400 comunidades quilombolas, alocadas em mais de 155 municípios⁴⁸.

A fim de garantir seus direitos, diferentes comunidades quilombolas se uniram e criaram no ano de 2001 a N'Golo, Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. De acordo com a Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2012)⁴⁹

Organização dos quilombolas tornou visível a sua história de resistência, trouxe a valorização da auto-estima e ainda resultou na criação de programas governamentais especiais para suas comunidades. Essas são conquistas que os homens e as mulheres quilombolas se orgulham. Como desafio permanecem a luta pelo reconhecimento e a titulação de seus territórios.

⁴⁸ Dados levantados no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES).

⁴⁹ Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_mg.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Segundo a CPISP, atendendo as reivindicações dos quilombolas, a Superintendência do INCRA de Minas Gerais abriu diversos processos para a titulação de terras de quilombo, mas há uma morosidade muito grande em relação à iniciativa do governo em encaminhar a regularização dos territórios⁵⁰. Ainda segundo a Comissão, no estado mineiro, a luta pela terra quilombola apresenta-se imbricada na luta pelo acesso à água, o que não é o caso da Vila Nova, uma vez que a região a qual o grupo está localizado possui abundância hídrica; pela preservação do meio ambiente, o que também não foi observado na comunidade em questão; já em relação à luta pelos direitos, o terceiro aspecto apontado pela CPISP, foi observado na Vila Nova: assim como as demais comunidades é notável a busca por fazer valer o direito à permanência nas terras conquistadas por seus ancestrais.

Muitos dos escravos que fizeram parte da história mineira trabalharam na região de Diamantina e do Serro, região onde a comunidade se localiza. As áreas de mineração se estendiam desde a atual cidade do Serro, passando por Diamantina, englobando grande parte da Alta e Média Bacia do Rio Jequitinhonha. No Alto Jequitinhonha surgiram diversos quilombos e aglomerações negras rurais no período escravagista⁵¹ e pós-abolicionista.

Desse modo, especialmente por todo o Alto Vale⁵² do Jequitinhonha, área a que o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras pertence, encontra-se uma forte influência étnica e cultural negra na cultura e nos costumes da população, em função da influência dos negros trazidos para o estado, principalmente durante a época do auge aurífero. Essa cultura se manifestada por meio dos trabalhos artesanais, da religião, das festas populares e da alimentação.

⁵⁰ Segundo a CPISP, em maio de 2007, estavam em tramitação 67 processos. No entanto, 61 deles apenas haviam recebido um número de protocolo, ou seja, nenhuma medida efetiva havia sido tomada pelo governo no sentido de encaminhar a regularização daqueles territórios. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_mg.html>. Acesso em: 02 out. 2011.

⁵¹ Na pesquisa realizada por Silva (2005) no período de 1710 a 1798, existiram cerca de 120 quilombos em Minas Gerais.

⁵² Segundo a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha (AMAJE), os municípios que compõem essa região são Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Coluna, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serro, Turmalina, Veredinha. Disponível em: <<http://www.amaje.org.br>>. Acesso em: 02 out. 2011.

Vale ressaltar que, embora no tocante ao aspecto geofísico, São Gonçalo do Rio das Pedras pertença à subregião de Diamantina, fazendo parte da Bacia do Alto do rio Jequitinhonha, no tocante às questões políticas e burocráticas atualmente o distrito está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal do Serro, conforme Figura 2:

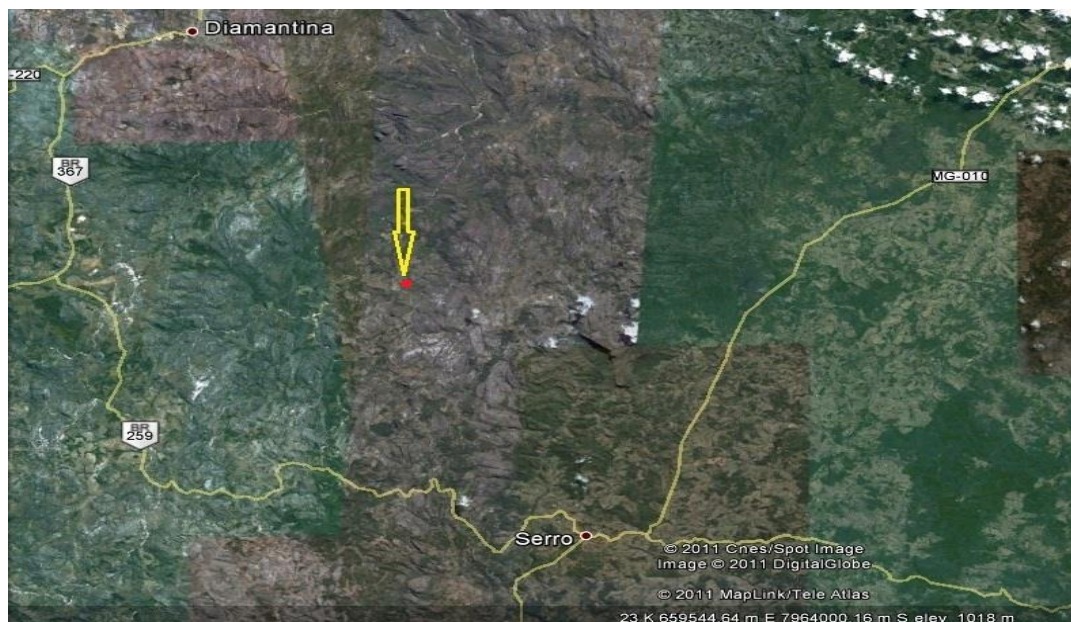


Figura 2 - Localização da comunidade Vila Nova entre os municípios de Diamantina a noroeste (36,7 km de distância) e Serro a sudeste (31,8 km de distância), no estado de Minas Gerais.
Fonte: Google Earth (2011).

As Figuras 3 e 4 mostram a subdivisão da Bacia Hidrográfica do rio Jequitinhonha, que se faz em três grandes regiões, sendo elas Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Cada região possui características sociais, culturais e ambientais bastante peculiares, mas em comum, conforme aponta Lima (2010), está a grande diversidade histórica que se manifesta na arquitetura, no artesanato, na religiosidade, na agricultura, na culinária, nas festas, entre outros.

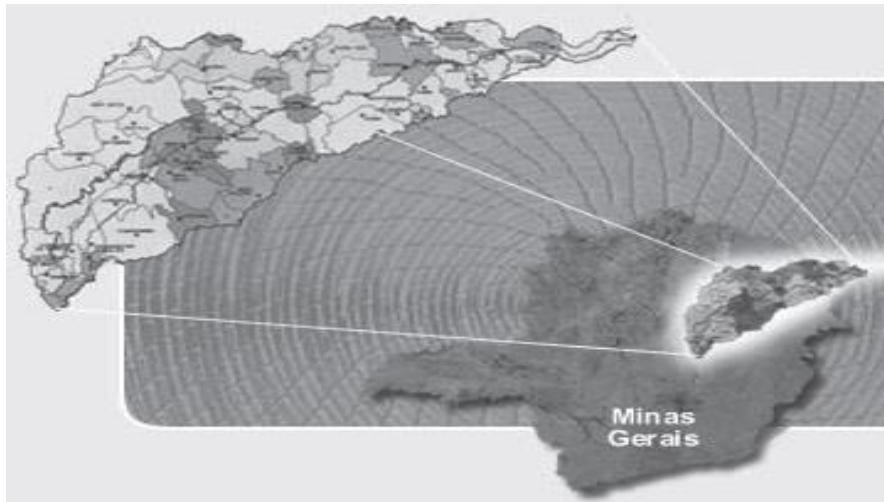


Figura 3- Posição do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais.
Fonte: Fundação Viva o Vale (2011)

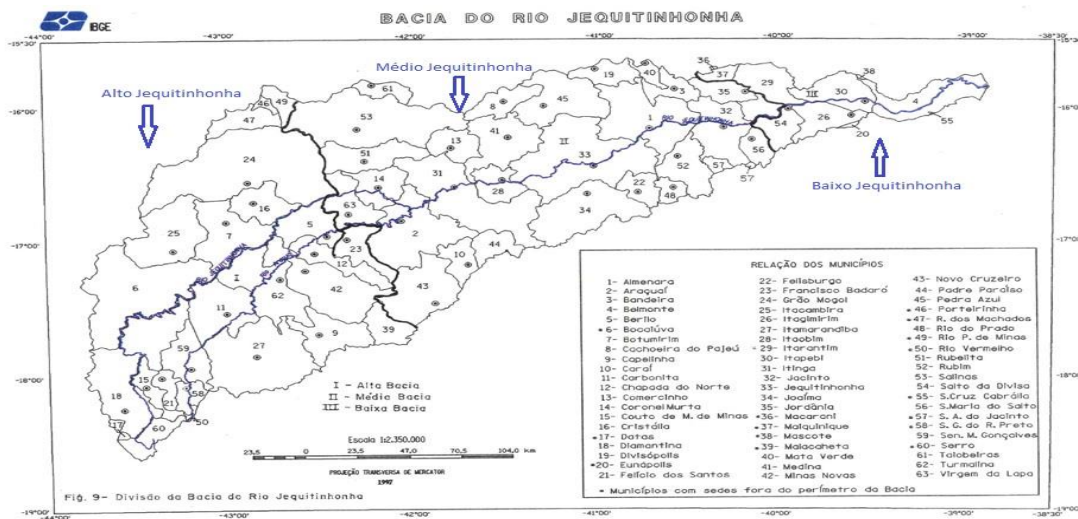


Figura 4 - Mapa das sub-regiões do Vale do Jequitinhonha
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

Na região do Alto Jequitinhonha, o relevo predominante é a chapada entrecortada por depressões profundas nos vales, propiciando grande influência das flores, folhas e frutos nativos de campos rupestres⁵³ nos trabalhos artesanais. No caso do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, esse relevo propicia a realização de práticas agrícolas de pequeno porte, devido à grande disponibilidade de recursos hídricos e à qualidade da terra.

⁵³ Um exemplo da presença dessa flora é a sempre viva e o capim dourado, símbolo da região de São Gonçalo do Rio das Pedras.

De acordo com informações obtidas através da Secretaria de Cultura do Serro, além da Vila Nova, há mais quatro comunidades quilombolas catalogadas no município: Ausente, Baú, Fazenda Santa Cruz e Queimados⁵⁴. Até o ano de 2011, nenhuma comunidade da região do Serro havia sido reconhecida e intitulada pela Fundação Cultural Palmares.

Assim como as demais comunidades quilombolas do país, os grupos mineiros certificados ou não pela Fundação Palmares, buscam se organizar politicamente no intuito de garantir seus direitos e afirmar uma identidade própria. O que reforça a ideia de que, conforme visto anteriormente, os quilombos devem ser tratados como um conceito sociologicamente construído, e não simplesmente como uma definição jurídico-formal cristalizada. Tal como abaliza Lima (2010, p. 100), “trata-se do território construído pelo reconhecimento de uma identidade”. Entendendo que território não é apenas uma unidade geográfica, mas conformado por diferentes aspectos históricos, familiares, culturais que contribuem para a formação e fortalecimento de uma identidade.

3.3 Caracterização do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras e da comunidade participante da pesquisa

O distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras⁵⁵ conta com uma população de aproximadamente 1.500 habitantes⁵⁶, localizado a 236 km de Belo Horizonte, na Estrada Real Serro-Diamantina, nas proximidades do Rio Jequitinhonha. O início do povoado se deu por meio das atividades de exploração de ouro e diamantes. No início do século XX, o povoado se transformou num centro comercial de grande importância para a região, visto que muitas tropas, que transportavam alimentos vindos de Guanhães e do Serro destinados à cidade de Diamantina, tinham que passar por São Gonçalo (Figura 5); esse trânsito foi de extrema importância para o desenvolvimento

⁵⁴ Dados apontados pela prefeitura do município do Serro. Já no site da Comissão Pró-Índio de São Paulo constam as comunidades de Ausente, Baú, Comunidade do Ó, Ribeirão dos Porcos e a Rua Vila Nova. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_mapa_zoom4.html#>. Acesso em: 28 nov. 2011.

⁵⁵ O nome deve-se a lenda de um menino que vivia na vila, não tinha família e que sempre se encontrava próximo a um pé de goiabeira, no alto do morro, brincando. Com o tempo, os moradores descobriram que se tratava de um santo, São Gonçalo. No local da goiabeira foi construído então uma capelinha, onde hoje é a Igreja Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras. Fonte: <http://www.turismosolidario.com.br/interna.php?area=4&municipio=16>. Acesso em: 2 de out. 2011.

⁵⁶ Fonte: Programa Turismo Solidário do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

comercial da vila, passando a ser considerada distrito do município do Serro em fins do século XIX.



Figura 5 - Área do estudo em Minas Gerais tomando como referência a capital Belo Horizonte
Fonte: www.desvendar.com (2011)

Atualmente, para se chegar ao local partindo de Belo Horizonte, é possível optar pela estrada de Serro ou Diamantina. Tal como se observa nas Figuras 6, 7 e 8 as estradas de acesso, assim como todo o distrito não são pavimentados.



Figura 6 - Estrada de acesso a São Gonçalo via Diamantina.



Figura 7 - Estrada de acesso do distrito via Serro/ Milho Verde.



Figura 8 - Entrada de São Gonçalo do Rio das Pedras via Diamantina

A origem do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras está intimamente ligada à exploração do ouro e, já desde o século XIX, se tornara um grande centro comercial, por onde transitavam os garimpeiros e tropeiros que abasteciam a região. Fundado no ano de 1871, o local guarda as características da arquitetura do período colonial, como se pode perceber nas casas às margens do Rio das Pedras, cujas águas compõem a cachoeira do Comércio, situada no centro da localidade. Em muitos trechos é possível encontrar o calçamento original em Pedras da Estrada Real.

Segundo populares, o nome da cidade se deu em função de uma história que se refere a duas crianças brincavam em uma goiabeira onde está, hoje, a Matriz de São Gonçalo do Rio das Pedras (Figura 10). No decorrer da brincadeira, as crianças encontraram uma imagem. Seus pais, ao verem aquela imagem, perceberam que era a de um santo. Como não existia nenhuma igreja no povoado, levaram-na em romaria para outro local mais perto, Milho Verde, onde havia uma capela. Entretanto, o Santo voltou para o mesmo lugar embaixo da goiabeira, percebendo o fato os pais decidiram respeitar a “vontade do santo”, trazendo-o de volta e construindo a igreja Matriz de São Gonçalo no local de sua aparição.



Foto 9 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Figura 10 - Igreja Matriz de São Gonçalo

Apresentando caráter predominantemente rural, São Gonçalo tem como principais atividades econômicas, o turismo e a agricultura familiar. O distrito se destaca pela exuberância da natureza local, sendo circundado por várias cachoeiras e pela Serra do Espinhaço; em decorrência disso algumas das atividades rentáveis estão ligadas à prestação de serviços turísticos como pousadas (no distrito existem cinco), além de casas de moradores que operam no sistema de hospedagem solidária; alimentação e no caso da Vila Nova, a comercialização de doces, através da fábrica artesanal de doces. Em relação à lavoura, as culturas mais presentes na região são o milho, a mandioca, o feijão, a batata, entre outros, além das frutas como a uva, para a produção de vinhos artesanais⁵⁷; a jabuticaba, banana, laranja, etc., para a produção de geleias e compotas.

Em termos infraestruturais, o centro o distrito dispõe de energia elétrica e água tratada de poços artesianos⁵⁸. Apenas uma operadora telefônica atende a região e há também telefonia fixa. Não há hospital, a população conta com um posto de saúde conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS). O comércio na região parece atender às demandas locais: há uma mercearia, um açougue, uma padaria, um bazar, dois restaurantes caseiros, alguns bares, além de duas pousadas.

⁵⁷ Dada a influência da atividade de uma companhia de industrialização de vinho implantada no local na segunda década do século XX. A atividade não vigorou, contudo a produção caseira de vinhos se mantém entre muitos habitantes.

⁵⁸ Segundo os moradores, nos pontos mais distantes da área rural não há energia elétrica.

O distrito utiliza-se bastante do associativismo comunitário para assumir serviços essenciais à população, como a creche, a produção de alimentos, a coleta de lixo e a produção de produtos artesanais, através da Associação Cultural e Comunitária Sempre Viva e a Fundação Universitária do Vale do Jequitinhonha (FUNIVALE).

A Associação Sempre Viva, criada em 1985, liderada por um grupo de mulheres que utilizando recursos naturais do bioma local de maneira sustentável, valorizando conhecimentos tradicionais geram renda e auxiliam no orçamento familiar. Em 2005⁵⁹, através do projeto Mulheres do Cerrado, foi realizado um trabalho de coleta e replantio de plantas medicinais nativas para a fabricação de cosméticos. A renda gerada pela comercialização dos produtos possibilitou o aumento da participação das mulheres na economia doméstica, complementando a renda familiar. Atualmente, a Associação Sempre Viva presta serviços à comunidade, como a produção de artesanatos e a tapeçaria que produz principalmente tapetes de lãs e retalhos, além de cortinas, panos de prato e toalhas. Segundo as mulheres da Vila, em anos anteriores, o grupo participava da Associação, atualmente, apenas as mais novas participam.

A FUNIVALE, sediada no distrito, realiza trabalhos ligados à preservação da cultura e identidade local. Segundo informações disponibilizadas pela Fundação, seu intuito é evitar o êxodo rural e a migração da população do Vale do Jequitinhonha para as grandes cidades. Para tanto, o projeto modelo situado em São Gonçalo do Rio das Pedras, é o centro da FUNIVALE e abrange o projeto agrário Terra Mãe, que estimula práticas orgânicas de plantio; o projeto Sala Verde, que promove a educação ambiental não formal através da formação de agentes ambientais que atuam, além da Creche/Escola de Educação Infantil e Telecentro Comunitário.

⁵⁹ Segundo a *Brazil Foundation* “O apoio financeiro para o projeto Mulheres do Cerrado em 2005, possibilitou a qualificação de 30 mulheres na utilização das plantas para produção de cosméticos. Além da comercialização para geração de renda, os produtos de beleza também são usados pelas próprias mulheres. Embora os produtos estejam sendo comercializados com sucesso, o maior resultado do projeto foi a melhoria das condições de vida e da auto-estima das mulheres, que hoje estão muito mais organizadas para gerar renda e realizar outros projetos de desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <<http://www.brazilfoundation.org/portugues/o-que-fazemos/projetos/cidadania3.php>>. Acesso em: 03 dez. de 2011.

A única biblioteca que São Gonçalo dispõe pertence à escola. Não há livraria, sebo ou banca de jornais e revistas. À exceção de jornais informativos distribuídos gratuitamente pela Prefeitura do Serro⁶⁰ e obras didáticas obtidas na escola, ou os panfletos religiosos distribuídos pela paróquia não foi identificado outro meio de acesso direto a materiais escritos no distrito.

Próximo à área central do distrito, localiza-se a comunidade Vila Nova composta por um núcleo familiar agrupado em casas de uma mesma rua, a Rua Vila Nova (Fotos 3 e 4). Na rua, há 18 casas, todas de alvenaria, uma igreja evangélica, frequentada por alguns poucos moradores da Vila, já que em sua maioria o grupo pratica a religião católica e um bar, cujo dono não é descendente da família, e sim um morador antigo.



Foto 3 - Entrada da Comunidade - Rua Vila Nova.

⁶⁰ Segundo relatos dos moradores o Jornal do Serro, às vezes chega à São Gonçalo do Rio das Pedras.



Foto 4 - Rua Vila Nova

Conforme dito anteriormente, o primeiro contato com a comunidade se deu no mês de outubro de 2010, com o propósito de conhecer o local, no qual alunos de uma turma de alfabetização habitavam. E, mesmo tendo como foco na época, o trabalho docente, já havia em mim grande interesse em me inteirar e conhecer mais aquele grupo: a Vila Nova. Era a primeira vez que conhecia uma comunidade quilombola e a partir daquele momento pude vivenciar muitas experiências que alargaram muitas ideias que tinha (baseada no senso comum) sobre esses grupos étnicos.

A minha entrada na Vila se deu graças à mediação da alfabetizadora Izaura que até então lecionava para alguns moradores da Vila. Ao chegar a uma das casas da Vila Nova, pertencente à matriarca do grupo, o primeiro episódio que presenciei foi a leitura de um Salmo. Na sala da casa uma moça de 15 anos lia em voz alta a Bíblia, próximo a ela escutando atentamente, encontravam-se suas duas avós e seu tio-avô. Os olhares eram atentos e havia muito respeito pelas palavras lidas pela bisneta.

Busquei não interferir naquele momento tão pessoal, mas claro, interfeiri. Não me apresentei inicialmente, apenas disse que poderiam prosseguir. Acompanhei com atenção o ritual. Terminado o momento de oração me apresentei e expliquei meu interesse em conhecê-los melhor, em conhecer a Vila Nova e compreender um pouco da vida deles.

Percebi olhares ressabiados, pouca fala, muita insegurança e desconfiança em relação à minha presença e assim o foi durante as próximas visitas; contudo cada vez mais sentia que ganhava certa confiança dos moradores e, após algumas visitas e muita conversa, percebi que havia conseguido, enfim, um pouco mais de abertura para compreender a rotina daquela comunidade. Entretanto, os moradores são muito reservados e essa abertura foi parcial.

Assim, busquei o tempo todo respeitá-los, pois, mesmo tendo proximidade com um grupo, ainda percebia que alguns tinham comportamento ressabiado diante da minha presença. Não consegui, por exemplo, participar das reuniões bimestrais da Associação onde as decisões sobre as demandas locais eram tomadas. Sempre que perguntava sobre as datas eles afirmavam que não sabiam, que só saberiam “na hora”. Conforme me aproximava dos sujeitos da pesquisa, passava, gradativamente a entender, por meio dos relatos e memórias desses, a história da Vila Nova que será brevemente descrita a seguir.

A Rua Nova, logradouro no qual as famílias se encontram, constituiu-se em meados da década de 1970, por intermédio da irmã do Padre local, que doou materiais para a construção da casa da primeira moradora da Vila, D.Necila. Segundo ela, “a vida no Sapateiro era muito difícil, era tudo muito afastado da cidade. Minha irmã que estava grávida, quando deu a luz passou mal e morreu. Se tivesse perto da cidade às vezes não teria acontecido isso” (D. NECILA, entrevista à pesquisadora, em outubro de 2011).

Ainda segundo a moradora, pouco a pouco, os demais membros do grupo que até então moravam na Mata do Sapateiro (Figuras 18 e 19), área rural São Gonçalo, mudaram-se para a área central de São Gonçalo do Rio das Pedras e lá construíram a Vila. Inicialmente com materiais bastante

rústicos, mas agora, conforme assinala D.Necila, “tá melhor demais”. A maioria das casas é bastante simples, mas todas são de alvenaria, possuem banheiro e acabamento.



Foto 5 - Caminho entre a Mata do Sapateiro e o centro do distrito



Foto 6- Antigo forno de farinha ainda presente na Mata do Sapateiro, hoje inabitada

Ainda em relação à história da Vila, de acordo com relatos a respeito de diversas histórias contadas pelos antepassados dos membros da comunidade sobre a escravidão e as práticas culturais herdadas dos povos africanos, após a decretação jurídica que aboliu a escravidão, os ascendentes da família:

Foram trabalhar nas fazendas existentes no atual município de Santo Antônio do Itambé/MG, trocando o trabalho nas fazendas por comida e hospedagem. Posteriormente, em virtude do impedimento de vivenciarem a autenticidade de suas práticas culturais, os descendentes de escravos decidiram ocupar as terras disponíveis na região de Santo Antônio do Itambé para vivenciarem sua cultura e obter meios para prover a própria subsistência pelo plantio, caça e criação de animais. Contudo, em virtude das características geológicas dos terrenos ocupados, que impediam a sua utilização para o cultivo da terra em razão de seu aspecto arenoso e pedregoso, os descendentes de escravos foram, paulatinamente, ocupando os terrenos do distrito de São Gonçalo e permanecendo nesses terrenos até a presente data. (ATA DA REUNIÃO DA DELIBERAÇÃO A RESPEITO DA AUTODEFINIÇÃO COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO, 2008, p.11)

Atualmente, assim como ocorre com os demais moradores de São Gonçalo do Rio das Pedras, na comunidade predomina a presença de lavradores que praticam uma agricultura policultora de pequeno porte envolvendo principalmente o plantio de milho, mandioca, feijão, batata, arroz, café além das frutas locais como banana, laranja, limão, tangerina, abacate, etc, tendo essa prática um papel importante na organização sociocultural dessas comunidades rurais. É comum na época da colheita a solidariedade entre os moradores.



Foto 7 - Trabalho cotidiano na Vila: carregamento de lenha a ser utilizado nos fogões das casas.

Em diferentes momentos do trabalho de campo deparei-me com o trabalho de grupo na chamada “panha” de café, milho e mandioca. Inclusive tive a oportunidade de auxiliar na colheita dos grãos de café e na produção da farinha de mandioca artesanal (Fotos 8 e 9), prática bastante tradicional que mobiliza os moradores mais velhos.



Figura 8 - Produção artesanal de farinha de mandioca.



Foto 9 - Produção de lenha para o forno de farinha, ao fundo o carrinho com mandioca ralada para ser peneirada.

Os terrenos da comunidade não possuem grande extensão para o plantio, são utilizados como pomares. Para o plantio de grãos e tubérculos é realizado o procedimento chamado de “terça”, uma espécie de aluguel de terras, conforme se pode apreender na explicação da moradora Josefina à pesquisadora no mês de julho de 2011:

Patrícia: Quando vocês plantam, vocês fazem consórcio com os outros? Tipo... o pessoal empresta a terra pra vocês?

Josefina: A terça né. A gente planta e divide a terça.

Patrícia: Como é que é?

Josefina: A gente planta e divide.

Patrícia: Eu sou da cidade gente. Não entendo nada disso.

Josefina: A gente planta né?! Por exemplo, você planta o milho. A roça de milho. Aí você faz quatro ruma de milho, três é sua.

Patrícia: Ah, sim. Entendi. E muita gente aqui trabalha com isso?

Josefina: É porque o pessoal paga o sindicato, e aí tem que mexer com roça. Porque é mesmo pessoal mais pobre, tem que pagar o sindicato, não aguenta pagar o INSS (risos). Então por isso que tem que mexer é com roça.

Patrícia: Aí o sindicato vocês tem que entrar com a papelada igual ao INSS?

Josefina: Tem a mesma coisa.

Patrícia: Só que aí paga menos.

Josefina: É. Sindicato paga menos. INSS é mais caro. Por isso que o povo mexe mais é com roça.

Tal como a grande maioria dos membros de comunidades remanescentes de quilombos do Estado de Minas Gerais, os quilombolas, participantes deste trabalho, também podem ser considerados agricultores familiares com traços culturais de campesinato. Outras atividades que geram renda na comunidade são as funções ligadas à prestação de serviços domésticos como faxineira, lavadeira, passadeira, babá e na construção como auxiliar de pedreiro, pedreiro, carpinteiro.

Os jovens, sobretudo os homens, não habitam a Vila, pois dada a falta de perspectiva de trabalho, migram para Belo Horizonte ou São Paulo em busca de melhores oportunidades de emprego. Assim, a Vila Nova compõe-se majoritariamente de mulheres jovens, adultos e idosos de ambos os sexos. Apesar disso, de acordo com o líder comunitário fazem parte da Associação Quilombola Vila Nova cerca de 147 pessoas, pois parentes que migraram para outras cidades participam e mantêm o vínculo colaborando com a manutenção da Associação, através de pequenas doações em dinheiro, que variam de acordo com as demandas que decorrem da

organização de uma Associação, em que há o envolvimento de alguns processos burocráticos que precisam, então, fazer parte das práticas locais, “entre eles, a elaboração de um estatuto, o reconhecimento junto ao cartório local, o pagamento de impostos, a construção de uma sede, o controle em livro-caixa dos valores que circulam na Associação, a eleição de diretorias, a realização de reuniões e o registro das reuniões em ata” (SITO, 2010, p.57).

Semelhante ao que Sito (2010) apontou, em relação à organização da Associação, pode-se afirmar que a necessidade de se implantar esse sistema está estreitamente ligado ao Artigo 68 da Constituição, regulamentado, em 2003, pelo Decreto 4.887/2003 que indica identificação, reconhecimento, delimitação, marcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, abalizando a necessidade da organização jurídica de representação do grupo para que haja o reconhecimento e recebimento legal do título:

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2o, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas (DECRETO 4.887, 2003).

Na pesquisa de Sito (2010), a autora aponta que:

No decreto, há uma exigência da constituição de uma entidade jurídica que represente os moradores das comunidades para o recebimento do título coletivo⁵³. Por isso, ao iniciar o processo de titulação, é necessário que os moradores constituam uma Associação Comunitária, instituição que exige práticas letradas para sua funcionalidade e funcionamento (SITO, 2010, p. 57).

O título atribuído aos territórios quilombolas fica em nome da Associação Comunitária local, que passa a representar essa coletividade. Esse título coletivo está baseado em uma ideia de que as práticas nos quilombos, como o uso comum da terra e inexistência de divisões territoriais, são práticas coletivas. No Estado de Minas não há uma legislação elaborada especificamente para orientar o processo de certificação das comunidades quilombolas⁶¹. Contudo, o Manual de orientação jurídica para a criação de Associações Quilombolas, elaborado pela Secretaria de

⁶¹ O projeto de lei de Lei nº 1637/2001, proposto pelo deputado Adelmo Carneio Leão que instituiu o Programa de resgate histórico e valorização das comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais, tendo como base o Art. 68 das disposições transitórias da Constituição da República, e dá outras providências- Projeto Quilombos foi rejeitado e arquivado definitivamente em 03.02.2003. Disponível em: <<http://www.mgquilombo.com.br/site/Conteudo/home/tambores-do-quilombo-minas-gerais.html>>. Acesso em 12 set. 2011.

Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), em 2008, esclarece diversos aspectos referentes a procedimentos necessários ao reconhecimento jurídico e titulação das comunidades.

De acordo com representantes da Prefeitura do Serro, para a iniciação do processo de reconhecimento das comunidades, o procedimento seguido é a orientação apontada pela Fundação Cultural de Palmares a qual determina que, para iniciar o processo de reconhecimento, é necessário o envio de uma ata de reunião ou assembleia em que os integrantes aprovam o pedido de reconhecimento como quilombolas e o relato de história da comunidade⁶², posto que, após a certificação da Fundação, a comunidade deve encaminhar o documento para a Superintendência do INCRA, para que o processo de identificação e titulação das terras da comunidade possa ser oficialmente reconhecido.

Até o ano de 2003, a Fundação Cultural Palmares era a única responsável pelo processo de titulação. Entretanto, após o Decreto 4887/2003 houve uma modificação na dinâmica da regularização das terras quilombolas: o INCRA passa a ser responsável por todo o processo de titulação⁶³, ficando à Fundação Cultural Palmares, a concessão da certificação de autorreconhecimento e a entrega de materiais e equipamentos advindos de políticas públicas voltadas para o etnodesenvolvimento como artefatos para artesanato, pesca, produção de farinha, etc (SITO, 2010).

Segundo o INCRA⁶⁴, para dar início ao processo de titulação, em primeiro lugar a comunidade deve declarar o autorreconhecimento, documento obtido através da Fundação Cultural Palmares. O próximo passo é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é resultante de estudos feitos para identificar os habitantes locais e delimitar o território

⁶² Segundo o líder da Associação a documentação exigida pela Fundação Palmares fora encaminhada pela comunidade através do auxílio de advogados do SAJ/PUC no ano de 2008, contudo, ao que parece a documentação foi extraviada, pois até o final de 2011 o grupo não havia recebido nenhuma resposta e após contatos com Brasília obtiveram a informação de que nenhum documento referente à Vila Nova havia sido recebido.

⁶³ Para tanto o INCRA criou a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas superintendências regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas

⁶⁴ O INCRA disponibiliza o Glossário de termos usados na regularização de territórios quilombolas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/glossario.doc>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

quilombola. Esse relatório faz a abordagem de dados cartográficos, fundiários, agrônômicos, ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos e antropológicos, conseguidas em campo e junto a instituições públicas e privadas.

O RTID é composto por um conjunto de peças, isto é, documentos que contribuem para a demarcação das especificidades daquela população, sendo elas: relatório antropológico, laudo utilizado juridicamente no processo de titulação das terras em que aspectos socioantropológicos sobre as comunidades são descritos; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; cadastramento dos demais ocupantes e presumíveis detentores de títulos de domínio incidentes no território pleiteado; levantamento da cadeia dominial completa desses títulos de domínio e outros documentos similares, inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado; e por fim, detalhamento da situação fundiária do território pleiteado; parecer conclusivo da área técnica. Como o processo de reconhecimento da Vila Nova como comunidade quilombola é ainda recente, tendo sido iniciado em 2009, o grupo vivenciará todo esse processo legal apontado acima.

Na pesquisa de Sito (2010) a luta e os confrontos políticos com as lideranças locais tentando o seu reconhecimento foram evidenciados em muitos momentos, sobretudo em função de ter sido uma das primeiras comunidades a ser objeto de políticas específicas para quilombolas no estado do Rio Grande do Sul. Diferentemente do que foi descrito por Sito (2010), que afirma que o confronto e a luta pelo direito à terra é latente entre os moradores da comunidade a qual ela pesquisou, na Vila Nova, isto não foi presenciado, ou percebido nas conversas, mas como esse processo de organização política é ainda incipiente, a questão política está começando a ganhar força agora entre os moradores, que paulatinamente buscam se informar sobre seus direitos, sobre as políticas voltadas para eles, bem como sobre os aspectos que definem a identidade quilombola. Em muitos momentos, ao indagar o que eles sabiam sobre os povos quilombolas, muitos afirmavam “a gente ainda tá buscando entender melhor”.

Reconheço que em grande parte essa resposta talvez fosse em função da minha influência, afinal eles certamente pensaram na minha posição como pesquisadora, e nos possíveis saberes que detinha sobre assunto, ficando inibidos para expressarem o que de fato pensavam sobre o tema. Contudo, em muitos relatos percebi que realmente é uma temática que configura algo novo, até então desconhecido e que passa a ser-lhes revelada recentemente. E que, agora, então, eles estão sistematizando toda a experiência sociocultural que possuem e realmente se autoidentificando com a questão, e passando a ser ver e entender o conceito do que é ser quilombola. Como pode ser observado nos trechos extraídos de atas das reuniões da Associação:

[...] Nos dias 9 e 10 de junho de 2010 o presidente e a vice irão para a capacitação para aprender como repassar as notícias para o grupão. O A. Gomes falou dos direitos que temos e não sabemos, e se não entendemos devemos procurar as pessoas que entendem e perguntar” (ATA DA REUNIÃO FEITA NO DIA 16 DE MAIO DE 2010).

O Bené falou sobre o convite que ele fez aos representantes dos quilombolas do Serro e de cada comunidade que também participa das reuniões em Serro para vir aqui nos visitar e esclarecer para nós o que é realmente ser quilombola (ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2011)

Como o leitor verá no próximo capítulo, além de circular nas casas e na Rua da Vila Nova, frequentei a fábrica de doces como espaço de geração de renda; o local onde as reuniões ocorrem, a princípio improvisado na residência de seu Bené⁶⁵; os pomares onde as frutas utilizadas na fabricação de doces são plantadas; algumas das áreas de lavoura de mandioca e milho; as fábricas caseiras de farinha situadas nos quintais de algumas casas; e a igreja. Pude assim, conhecer e compreender um pouco mais a história de vida de alguns moradores e a contextualização da origem da comunidade que configura um grupo bastante peculiar.

A experiência adquirida durante o processo investigativo em que busquei conhecer o contexto e os sujeitos pertencentes à Vila Nova, sempre atentando o olhar para investigar as práticas sob o mesmo ponto de vista daqueles que lá moravam, contribuiu significativamente para as reflexões que se seguirão no próximo capítulo em que analiso o modo como sujeitos pouco escolarizados lidam com a leitura e a escrita.

⁶⁵ A ideia é futuramente construir um salão em que aspectos cotidianos e políticos sobre as demandas da comunidade serão discutidos, assim como a realização de eventos como festas e encontros familiares.

CAPÍTULO 4 - OS USOS DA LÍNGUA ESCRITA ENTRE SUJEITOS NÃO ALFABETIZADOS DA VILA NOVA

Ali ó fazer a receita dos doces eu faço tudo sozinha, mas se for no lápis eu não faço, mas o quê (...) foi assim que a gente aprendeu né?! (D. NECILA, UMA DAS LÍDERES DA CASA DE DOCES DA VILA NOVA)

Neste capítulo, contextualizamos seis eventos envolvendo o uso da escrita em práticas de letramento locais vivenciadas na Vila Nova, focalizando, especialmente, eventos em que, sobretudo, adultos e idosos pouco escolarizados utilizam a língua escrita nas diferentes atividades sociais em que estão envolvidos. Nas análises, possibilitadas por meio da observação de episódios do cotidiano do grupo, concordamos com a discussão promovida por Kleiman (1995, p. 19) sobre o letramento como sendo “um conjunto de práticas sociais que empregam a escrita, enquanto sistema simbólico, em contextos específicos com finalidades específicas”. Nesse sentido, foi fundamental considerarmos que o modo como a linguagem circula nos diferentes contextos depende da variabilidade e dos significados que surgem, diante da articulação dos usos da leitura e escrita, ligados aos vários sujeitos em interação.

Nas análises que serão feitas nesse capítulo, a partir da observação do cotidiano do grupo quilombola da Vila Nova, duas instâncias de circulação e utilização de textos escritos serão enfocadas - trabalho e lar - revelando aspectos sobre como se dá a utilização da língua escrita e qual papel ela desempenha dentro do grupo. A partir das análises que se seguem, será possível discorrer um pouco mais sobre os modos como sujeitos, que embora não leiam e escrevam, fazem uso de uma maneira ou de outra, da leitura e da escrita em decorrência de sua inserção em uma cultura específica. Pautando o olhar na abordagem etnográfica dos Novos Estudos de Letramento nos foi possível compreender como essas práticas de escrita são constituídas situadamente em instituições e práticas sociais.

4.1 As práticas de letramento presentes no dia a dia da Vila Nova

O trabalho de campo, realizado entre os anos de 2010 e 2011, permitiu a inserção em diferentes espaços cotidianos da comunidade. A participação no dia a dia do grupo possibilitou a observação dos usos de escrita, não só na rua e nos lares, mas também na Casa de Doces. A

compreensão dos usos da escrita em uma variedade de ambientes no local contribuiu para o entendimento dos eventos de letramento em relação aos usos de escrita presentes na Vila Nova.

Dentre as práticas de uso da escrita corriqueiras na Vila, destacamos alguns aspectos apreendidos durante os episódios analisados, que serão expostos ao longo do capítulo, subdividido em dois agrupamentos:

No primeiro agrupamento de eventos analisados, o foco será dado no modo como a escrita é utilizada na esfera do trabalho, particularmente na fábrica de doces liderada pelas mulheres mais velhas da Vila, que têm em comum o fato de não dominarem a leitura e a escrita. Consideramos como representativos dois eventos em que uma das líderes interage, a seu modo, com dois materiais escritos lá presentes: as receitas de doces registradas em apostilas e o uso do caderno de registro das ações da loja.

Já no segundo agrupamento, reunimos quatro eventos que destacam os usos da escrita na esfera doméstica: a utilização de material escrito, como adornos nas casas; o emprego de informações presentes no rótulo de produtos industrializados; a mediação das tarefas escolares dos filhos; e, por fim, a circulação de textos ligados à temática quilombola, bem como a organização da associação comunitária. Através desses eventos, nos foi possível analisar situações e falas de adultos e idosos que sinalizam usos sociais da escrita em práticas constituídas situadamente e o modo como concebem a função da escrita, bem como as estratégias utilizadas quando se deparam diante de situações que exigem a mediação direta com o texto escrito.

Para fins de análise, no que se refere aos materiais escritos envolvidos nos eventos, tomarei como base os diferentes textos circulantes nos ambientes observados, enfatizando especialmente aqueles utilizados com mais recorrência.

4.2 A Casa de Doces da Vila Nova: “o que tá lá escrito, eu tenho de cabeça”

Situada no centro do distrito, ao lado da casa paroquial, a Casa de Doces surgiu em fins da década de 1980. Segundo Margarida Carvalhães Barroso, extensionista de bem-estar social da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável pela capacitação das mulheres da Vila Nova para atuação na produção de doces, desde essa época, a demanda pela criação da cooperativa de mulheres surgiu da necessidade do grupo, que tinha migrado recentemente para o distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, em encontrar alguma atividade que lhes gerasse renda. De acordo com a extensionista, as mulheres tinham experiência na agricultura e a estratégia utilizada pela EMATER foi aliar os conhecimentos que elas já possuíam em relação à lavoura à geração de renda. Por não saberem ler e escrever era essencial promover um curso que trabalhassem com conhecimentos ligados à terra:

Nós pensamos em qual alternativa tínhamos para elas. Como elas vinham da agricultura e tal [...]. Aí seria trabalhar a agricultura associada à agregação de valor ao produto. Porque elas produziam a fruta, mas e daí o que ia fazer?! [...] Como lá entre elas já era tradicional o cultivo de pomares das frutas, então surgiu a oportunidade que podia estar gerando renda pra elas, pensando um pouco nisso surgiu a ideia da indústria de beneficiamento de frutas. (MARGARIDA CARVALHÃES, entrevista à pesquisadora em outubro de 2011 no município do Serro).

O grupo a que, no excerto acima, Margarida refere ter experiência na lavoura, era inicialmente formado por cinco mulheres da Vila Nova e por duas outras mulheres moradoras do distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras. Mas com o passar dos anos, as mulheres que atuavam na fábrica de doces e não pertenciam à Vila, deixaram de participar da cooperativa. Isto porque segundo D. Necila:

Tudo que eles querem (outras pessoas do distrito que não pertencem à comunidade) é entrar e ganhar dinheiro de um dia pro outro. Nós continuamos fazendo porque tem a freguesia que sempre vem, os turistas, mas não pra dizer que dá fortuna, que dá lucro, porque a gente já acostumou, a gente gosta, mas dizer que dá lucro, não. (D.NECILA. Entrevista à pesquisadora em outubro de 2010)

De acordo com a documentação do acervo da EMATER/Serro, as capacitações da Casa de Doces iniciaram-se no ano de 1987. Conforme esclarece Margarida, como na época a grande maioria das mulheres não eram alfabetizadas, as duas líderes (não pertentes à comunidade) que sabiam ler e escrever montaram uma sala de aula dentro da Casa de Doces para ensinar a língua escrita às demais, dada a necessidade da utilização da escrita e da matemática nas atividades da fábrica: leitura das receitas, medida dos ingredientes na balança, cálculos envolvendo dinheiro durante a

venda dos doces, registro da baixa dos produtos no estoque, etc. As aulas não vigoraram por muito tempo, mas segundo D. Necila “alguma coisinha deu para aprender na época”, ao se referir ao reconhecimento de algumas letras e da assinatura do nome, memorizada.

Segundo a extensionista da EMATER, a Casa de Doces, desde sua primeira formação, se caracteriza por ser um grupo formado por mulheres que se mantêm bastante organizadas no que diz respeito a todo o processo de ordenação da casa. Como se pode observar na carta⁶⁶ manuscrita pela líder da Casa no ano de 1994⁶⁷, apresentada na Figura 14. Nota-se, no texto da carta, o conhecimento do grupo sobre o papel da escrita na oficialização da doação do terreno. Mesmo já possuindo certo nível de intimidade por conhecer a funcionária da Emater desde o ano de 1987, como podemos perceber no trecho “Estó ti escrevendo para saber se está tudo bem com você, e faço votos que sim pois você sumio daqui e faz muito tempo que nós não nos encontramos”, ao adentrar no assunto referente ao pedido de formalização da doação do lote pela igreja feito ao bispo, o grupo organiza a escrita de modo a fazer com que o interlocutor perceba que o assunto principal do texto não é simplesmente o recebimento de notícias sobre a extensionista da EMATER “Margarida agora vamos ão assunto”.

Haja vista a importância que o documento tem para o grupo, toda a articulação do texto se propõe a pedir o auxílio da funcionária, pois o recebimento do documento por parte da igreja depende da orientação dela na produção da “entidade”; isto é, uma declaração assinalando a organização das mulheres como sendo uma entidade composta por mulheres que produziam e comercializavam doces para obtenção de renda, tendo como locação uma casa abrigada em um lote doado pela igreja. Essa forma de usar a escrita naquele momento foi fundamental para que elas obtivessem o registro da regulamentação da doação do terreno sob a forma de um documento, que hoje em dia assegura às mulheres da cooperativa o título de proprietárias da casa.

⁶⁶ O documento original foi gentilmente doado à pesquisadora por Margarida Barroso-Emater.

⁶⁷ Objetivando facilitar, para o leitor, a visualização do texto, apresentamos no quadro a página digitalizada e, ao seu lado, uma reprodução transcrita do texto.

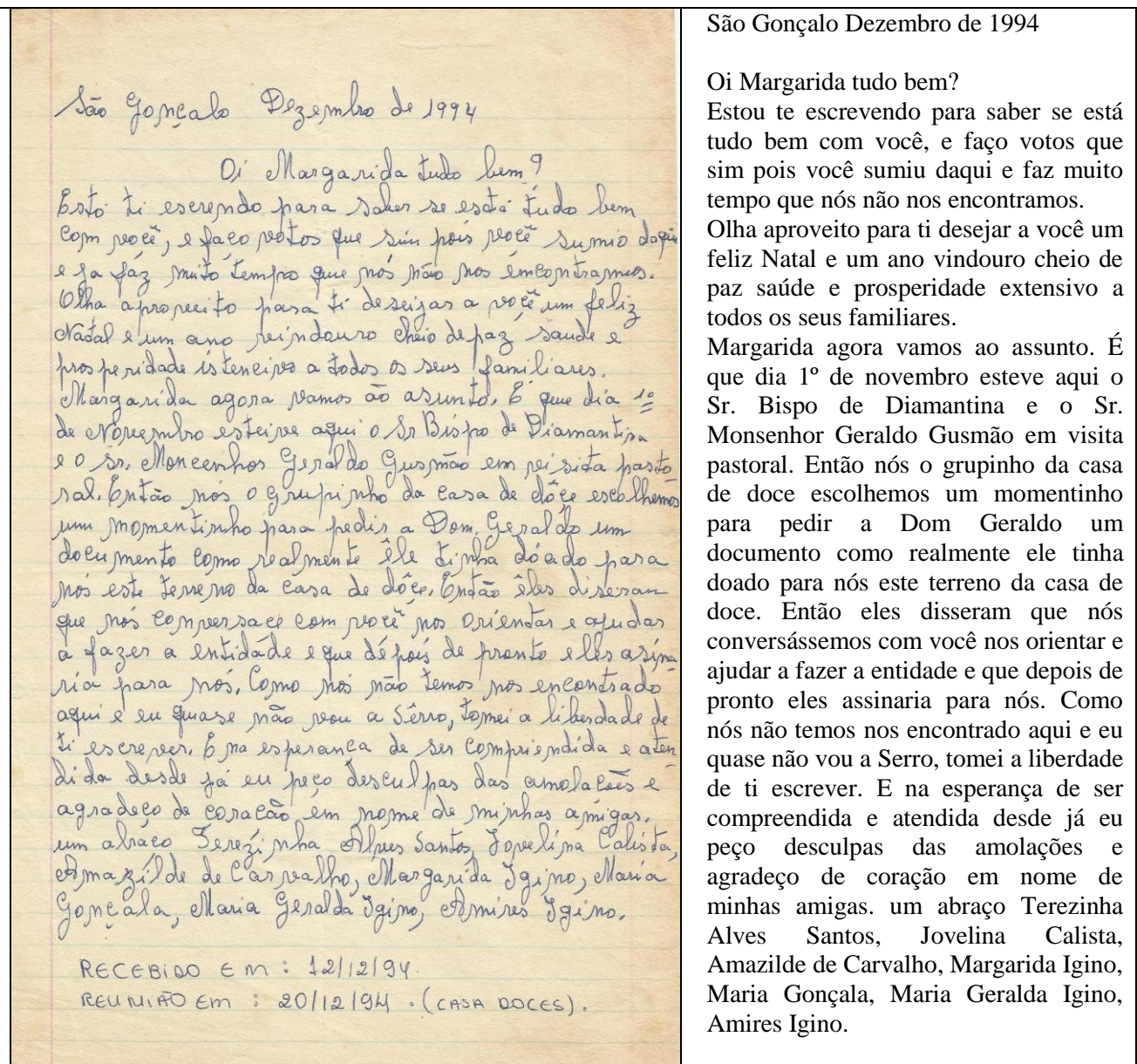


Figura 14 - Carta enviada à extensionista da EMATER no intuito de oficializar a doação do terreno da Casa de Doces e sua transcrição

Atualmente, as mulheres mais velhas são responsáveis pela liderança do grupo que conta com dez mulheres. Conforme se pode observar na Figura 24, o nível hierárquico obedece à experiência de vida dos membros da fábrica:

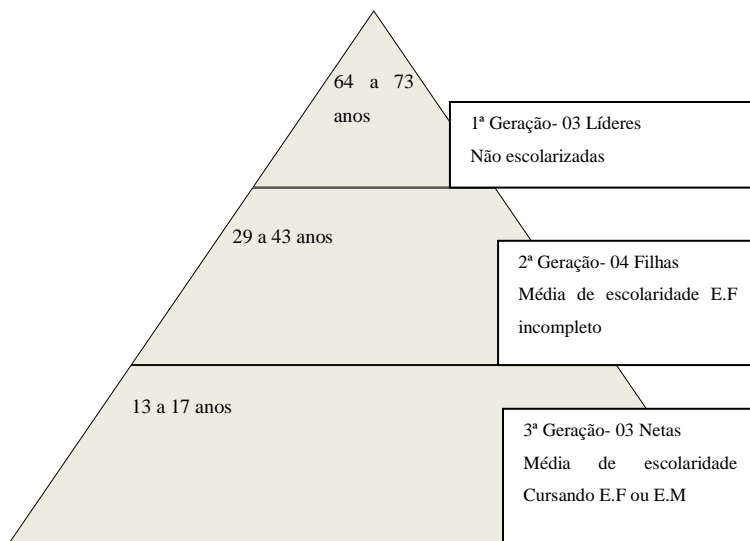


Figura 15 – Organização hierárquica das mulheres na fábrica de doces.

A pirâmide da Figura 15 ilustra a organização da hierarquia exercida na Casa. A cada geração percebe-se o aumento no nível de escolaridade dos membros do grupo. As três mulheres mais idosas, que não frequentaram a escola e não sabem ler e escrever lideram o grupo e como se verá adiante, dominam o “saber fazer”. A 2ª geração atuante compõe-se por quatro mulheres que possuem, em média, da antiga 4ª série à 7ª série completa. Já na 3ª geração, todas estudam, sendo que a mais nova, de treze anos, está no 8º ano do Ensino Fundamental e a mais velha, de dezessete anos, cursa o 2º ano do Ensino Médio. O que nos mostra que houve uma progressiva ampliação da escolarização ao longo das gerações em decorrência da ampliação da oferta e permanência no ensino escolar.

Duas líderes, D.Geralda e D.Necila, participaram dessa pesquisa. Elas reconhecem grande parte das letras do alfabeto e sabem assinar o nome, conforme D. Geralda afirma, nessa entrevista realizada em outubro de 2010:

Patrícia: Quando criança a senhora não pôde ir à escola, mas depois de adulta a senhora frequentou aulas. Então, o que a senhora acha que aprendeu que pode te ajudar na leitura do dia-a-dia?

D.Geralda: Aprendi mais um pouco das letras né?! Das letras. Agora o que é difícil pra mim na minha vida é juntar! Ai juntar as letras eu não consigo! Às vezes eu sei ler, sei o A, B, o U, sei o B, sei, mas pra juntar uma com a outra pra tornar palavra...

Patrícia: É o mais difícil?

D.Geralda: É difícil. Pra falar pra você é difícil.

Patrícia: Aqui por exemplo, nesse tapete a senhora dá conta de ler o que tá escrito ali? (No tapete esta escrito casa)

D.Geralda: Aí eu dou. Aí é mole, não?!(ela lê silabando: c-a: ca; s-a, sa(som de [s]), depois lê a sílaba sa com som [z])

Patrícia: Então a senhora sabe ler alguma coisinha então, uai!

D.Geralda: Quem dera minha filha, quem dera. Meu nome até eu leio, meu nome até eu leio. Só que agora se escrever ele do meu jeito, eu leio. Agora se não, não dá.

Patrícia: Do seu jeito é desse jeito aqui? (Aponto para um texto em letra caixa alta no quadro religioso da parede da sala)

D.Geralda: É. Agora se mudar...

Patrícia: Se fosse com aquela letra que tá ali naquele adesivo da estrelinha (aponto para um adesivo na estante com letra imprensa minúscula), a senhora conseguiria ler?

D.Geralda: Essa daqui?

Patrícia: É.

D.Geralda: Ah, essa aqui! Até que eu leio ela, mas pra juntar eu não junto. Conhecer as letras aqui essa aqui eu conheço.

Patrícia: Qual que é?

D.Geralda: Aqui é L, aqui é E, C, aqui é O, aqui é... M, R, aqui é A, aqui é O, aqui é

(...) R, aqui é (...) B, aqui é O. Mas não sei juntar. Pra contar uma com a outra pra chegar no fim, uma palavra só (bate a mão e faz expressão facial de que é muito difícil). Isso aí é difícil, complica.

Através da fala de D. Geralda e das observações no cotidiano dos sujeitos da pesquisa percebeu-se que mesmo não dominando as habilidades exigidas para a realização da leitura e da escrita com autonomia, por já terem vivenciado algumas experiências fragmentadas em programas de alfabetização para adultos, eles reconhecem algumas letras, conseguem transformá-las em som e decodificar as sílabas em palavras com formação silábica simples, mas no dia a dia sempre afirmam não saberem “nada” sobre leitura e escrita.

No decorrer da pesquisa, o conhecimento que D. Geralda afirmava não ter sobre a leitura e a escrita era contrabalançado por estratégias criadas a partir de um conhecimento bastante específico sobre os usos e funções da escrita durante as atividades desenvolvidas na fábrica de

doces. Assim, dois eventos ocorridos durante as primeiras visitas, observados nessa esfera de trabalho, exemplificam esse apontamento.

O primeiro evento ocorreu na primeira visita que fiz à Casa de Doces. Ao chegar, fui recebida pelas responsáveis pela loja nesse dia: uma senhora, D. Geralda e uma jovem de 13 anos, sua neta. Conversamos um pouco sobre a Casa e durante a conversa busquei conhecer um pouco sobre a história da fábrica artesanal e a rotina das mulheres que lá atuavam. Elas me explicaram que desde a colheita de algumas frutas, a compra dos demais produtos para a fabricação dos doces, até a etiquetagem das embalagens e controle de caixa, tudo é realizado pelas responsáveis pela fábrica, nada sai do controle do grupo.

Os doces lá produzidos - bananada, goiabada, laranjada, doce de hibisco (uma planta medicinal, que possui flor de coloração arroxeada e tem um sabor um pouco ácido), doce de manga e doce de abacate - são vendidos sob a forma de barra ou em compota. Geleias e licores também são comercializados. No período em que fiquei lá, chamou minha atenção a mediação dos textos escritos pela neta. Tudo o que precisava ser anotado ou lido do caderno de registro da Casa era realizado pela neta, sob a orientação verbal da avó, durante o processo de comercialização, como se nota no trecho a seguir:

“corta lá, pesa e põe aí (no caderno de registro) que ela (uma turista que comprava doces de banana e hibisco) tá levando dois pedaços da bananada e um do hibisco”. A neta segue as orientações da avó e após a venda faz o registro conforme sua avó havia lhe orientado”. (Excerto extraído do anotações de campo referentes a um episódio observado pela pesquisadora em outubro de 2010)

Logo na entrada, há uma mesa que serve como balcão de atendimento e algumas prateleiras com doces dispostos em vidros ou em tabletes para serem partidos e comprados, conforme pode ser observado na Foto 10. Aos poucos D. Geralda e a neta me mostram os utensílios e os espaços da casa, constituída de quatro cômodos, todos muito limpos e organizados. Enquanto conhecia os ambientes, notei que entre os materiais escritos presentes na fabriqueta havia o caderno de registro de caixa, uma pasta com papéis e possíveis documentos arquivados, alguns papéis com anotações avulsas, os rótulos em branco para serem afixados nas embalagens dos doces e um pequeno cartaz na parede da sala principal com a frase “A vida é bela”.



Foto 10 - Mesa que serve como balcão no salão de entrada. Sob a mesa o caderno de registros da fábrica.



Foto 11 - Prateleiras com doces em compota na sala de entrada

Nas Fotos 10 e 11, visualizamos a sala principal da Casa que funciona como uma loja. Na Foto 15 nota-se uma mesa grande que funciona como balcão, sob a mesa o caderno de registros da cooperativa, ao fundo há duas prateleiras onde ficam dispostos os materiais para as anotações no

caderno como lápis, caneta e corretivo, bem como materiais utilizados para embalar os doces em barra, como papel filme e tesoura, além da pasta onde ficam arquivados papéis diversos. Ao lado, encontram-se algumas prateleiras com tabuleiros de doces em tablete, que são comercializados por quilo.

Na Foto 11, a neta organiza os doces em compota e geleias distribuídos em prateleiras. A organização dos produtos é feita de acordo com os preços: os licores, também produzidos pelas mulheres da fabriqueta, que se encontram na parte superior são os produtos mais caros, nas prateleiras inferiores encontram-se os doces em compota e geleias, que também são dispostos de acordo com os preços. Para a identificação dos produtos são utilizadas etiquetas, cujos modelos disponibilizados pela EMATER, e atualmente são preenchidos e xerocados para uso na fábrica. Nas etiquetas estão disponibilizadas informações como o nome do produto, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade, peso e preço, além da informação em destaque “sem aditivo químico”. Abaixo, segue o excerto do momento da entrevista realizada em outubro de 2010, em que busco esclarecer junto à D. Geralda tal organização:

Patrícia: Os licores são feitos aqui também?

D.Geralda: É sim. A gente faz eles também.

Patrícia: Interessante. E eles têm a cor bem parecida né? Como a senhora sabe diferenciar o licor de hibisco do de jabuticaba por exemplo?

D.Geralda: Ah! Isso a gente sabe né... A cor é diferente.

Patrícia: E por que cada parte da prateleira tem um produto diferente?

D.Geralda: Pra ficar mais fácil de ver e escolher. Assim... Se chega alguém que quer um doce grande vai lá onde tá os potes grandes, ou se quer um licor vai ali em cima, entendeu?!

Patrícia: Ah, sim! Fica fácil pra escolher o que quer né? E o que está escrito nas embalagens?

D.Geralda: Ah, tem o doce que é, quando a gente fez, até quando pode comer, o preço. Tem essas coisas assim. É ela (se refere à neta que a acompanha) que olha mais isso na hora de vender, pra não confundir quem compra (...)

Patrícia: E aqui acontece de perder produto por que passou da data?

D.Geralda: Até que não.

Patrícia: E como a senhora sabe que o produto já está fora do tempo de uso?

D.Geralda: Quem sabe disso é ela (apontando a cabeça em direção à neta que assiste à nossa conversa).

Patrícia: A senhora lembra de olhar isso?

D.Geralda: Difícil... Mas quando é um doce que eu lembro de ter feito há muito tempo até que às vezes eu lembro. Com os doces de tabuleiro (em barra) é mais fácil né?! Porque eles a gente vê toda hora e só de bater o olho sabe quando está envelhecendo, aí na hora de cortar já dá pra saber.

Patrícia: E qual dura mais, o doce de cortar ou de pote?

D.Geralda: Ah, o de pote é claro! O de cortar tá aqui aberto, a gente mexe sempre e ele também sai mais rápido não fica muito tempo parado não. (referindo-se à venda)

Patrícia: Ah é?! E qual sai mais?

D.Geralda: Ô! A bananada sai muito.

Patrícia: Hum deve ser bom, depois vou levar um pedaço pra provar(...). E o controle da data então é feito quando alguém lembra?

D.Geralda: A minha filha (responsável pela conferência do caderno de registros da casa) sabe porque ela anota essas coisas, aí dá pra ela saber melhor.

Patrícia: E foi sua filha que fez as etiquetas?

D.Geralda: Não foi a emater que deu o modelo pra gente, já faz tempos.

Patrícia: Foi no curso de capacitação?

D.Geralda: Foi mesmo.

Patrícia: E eles só deram sem explicar nada?

D.Geralda: Não. Aí explicaram pra nós que tinha que por pra gente e pros outros saberem dessas coisas dos doces né?!

Patrícia: E se não por essas etiquetas, o que acontece?

D.Geralda: Aí fica difícil pra vender e pra gente saber das coisas tudo.

Ao indagar o porquê daquela disposição dos produtos na prateleira D. Geralda denota compreender a função das etiquetas ao apontar que nelas constam informações sobre o tipo de doce, quando foi feito, quando vencerá, preço, referindo que na etiqueta “tem essas coisas assim”. Ela também demonstra saber a função da escrita, para o controle do vencimento dos produtos em compota, que se encontra em número muito maior do que os doces de barra dispostos em tabuleiros e por isso a filha tem essas informações anotadas. É mais fácil para a filha ter esse controle do que para ela.

A fala de D. Geralda aponta que ela também compreende a importância da etiqueta na hora da venda, possivelmente em função do registro dos produtos e seus respectivos valores que precisam ser anotados no caderno de registros da Casa de Doces: “É ela (se refere à neta que a acompanha) que olha mais isso na hora de vender, pra não confundir quem compra”. Nesse momento inicial da pesquisa, já pude observar conhecimentos que D. Geralda possui sobre a escrita

demonstrando, conhecer a função e a importância desta no tocante à organização das informações sobre os produtos confeccionados artesanalmente na fabriqueta de doces, sintetizando esse conhecimento com a afirmação de que, no processo de comercialização da fabriqueta, sem as etiquetas “fica difícil pra vender e pra gente saber das coisas tudo.”

Tais conhecimentos certamente se deram devido à participação de D. Geralda em atividades sociais envolvendo o comércio, além de sua participação no curso de capacitação para o processamento de doces de frutas oferecidos pela EMATER durante o processo inicial da Casa de Doces. Evidenciando, assim, que é no contexto de interação que se dá o acesso à escrita e se faz possível a apropriação de conhecimentos específicos dessa linguagem, tal como abaliza Kalman (2003), ao afirmar que “através da interação com outros, o aprendiz se inteira sobre as práticas sociais e internaliza os processos sociais externos como uma parte orgânica da prática” (KALMAN, 2003, p.44).



Foto 12 - Cozinha da Casa de Doces: local onde os doces são produzidos e embalados.

A Foto 12 mostra a cozinha composta de um fogão à lenha e os tachos de cobre onde os doces são preparados. No cômodo, há ainda um balcão onde os doces esfriam e são embalados. Ao fundo, um dos dois cômodos que servem como despensa para acondicionar matérias primas para a fabricação de doces, além de embalagens vazias (garrafas e potes de vidro) que são usadas para

acondicionar os doces. Na cozinha, a autoridade na realização das atividades é fundamentalmente das mulheres mais velhas que dominam os saberes sobre as várias receitas de doces.

Enquanto conhecia a cozinha pergunto à neta se ela sabia fazer doces. Ela afirma que sim, sabia e que todas lá sabiam também, mas que sua avó fazia bem melhor. Naquele momento a jovem expressa profundo respeito ao apontar que “não fazia tão bem quanto à avó”, isso por que não tem a sua experiência. Indago a D. Geralda onde ela aprendeu a fazer doces e se ela faz uso da balança digital presente na loja.



Foto 13 - D.Geralda ao lado da balança digital e do caldeirão que condiciona alguns utensílios utilizados na produção dos doces.

Patrícia: Com quem vocês aprenderam a fazer esses doces?

Geralda: Nós?! Nós fizemos curso.

Patrícia: É mesmo?! E aí as receitas vocês aprenderam como? Alguém anotou? Vocês guardavam?

Geralda: Não. Eles faziam com nós e nós aprendeu, e eles também deram as receitas pra nós e a gente foi aprendendo. O que tá ali escrito eu tenho aqui de cabeça.

Patrícia: E como vocês calculam os ingredientes para fazer o doce?

Geralda: Não (...) assim (...) pesa né?!

Patrícia: E essa balança D. Geralda ela nova?

Geralda: É.

Patrícia: Antigamente vocês usavam aquela vermelha?(aponto para uma balança analógica antiga, que está no canto da loja)

Geralda: Antigamente nós tínhamos aquela pequena né?! (refere-se à uma balança de precisão). Naquela pequeninha a gente sabia, nessa aí eu não sei.

Patrícia: E por que é que mudou?

Geralda: É porque em chegar à cozinha (mobiliário e utensílios novos) veio ela entendeu?

Patrícia: Ah, tá.

Através da fala de D. Geralda pode-se presumir que certamente depois que a balança digital chegou à fábrica não houve uma orientação sobre seu uso, decorrendo, assim, o desuso do equipamento por falta de conhecimento sobre seu funcionamento. Além disso, observamos neste evento dois aspectos relevantes em relação ao modo como D. Geralda utiliza conhecimentos relacionados à língua escrita. Primeiro, ela utiliza como estratégia para a reprodução das receitas aprendidas no curso a memorização, conforme denota com a frase “*O que tá ali escrito eu tenho aqui de cabeça*”. Este aspecto foi apontado por Margarida, responsável pelo curso, ao enfatizar que um dos pontos que auxiliaram as mulheres não alfabetizadas a aprenderem as receitas trabalhadas nos cursos era o fato de elas conseguirem se recordar da receita, após serem orientadas oralmente sobre os procedimentos a serem cumpridos em cada doce. Segundo a extensionista da EMATER:

Era tudo na memória, o curso, as receitas. Às vezes punha uma coisa que se trabalhava no curso, através da apostila, mas pela boa capacidade de memorização o trabalho sempre baseava nos números, já conhecidos por elas, que eram dispostas no quadro verde. Por exemplo, se punha 1quilo⁶⁸ de açúcar, a quantidade de frutas, através das quantidades elas sabiam pela ordem de qual ingrediente se tratava. Ou então por medidas de bacia, pois quando começou não tinha balança como hoje em dia depois que a casa foi reformada.” Entrevista à pesquisadora em outubro de 2011 (MARGARIDA).

⁶⁸ No texto não são utilizadas a unidade de medida Kg e sim a palavra quilograma. Tal aspecto nos chamou a atenção, pois o texto fora feito na intenção de simplificar a leitura e compreensão pelas mulheres que não dominavam a leitura e a escrita, e, no entanto a palavra quilo pode configurar um elemento mais complexo para a leitura do que a unidade Kg.

O excerto acima mostra outra estratégia adotada pelas mulheres não alfabetizadas, como é o caso de D. Geralda: por já conhecerem os números, elas conseguiam associar a quantidade ao respectivo ingrediente. Na Figura 16 é possível visualizar uma “tática” que, segundo Margarida, era utilizada para facilitar a interação entre as cursistas e o texto: a linguagem bastante objetiva e adequada à realidade dos leitores tal como se nota, por exemplo, nos excertos: “escolher goiabas maduras e sãs”, “retirar do fogo, quando o doce estiver no ‘ponto’”, “ao ser mexido, o doce soltará completamente dos lados do tacho e aparecerá o fundo do mesmo”. Outro elemento que facilitava o manuseio da receita se deve ao fato de que tal como se observam na receita de goiabada, os ingredientes são bastante simples e não há uma variedade muito grande o que contribui também para a economia da receita e, conseqüentemente, gerando mais lucros com a venda.

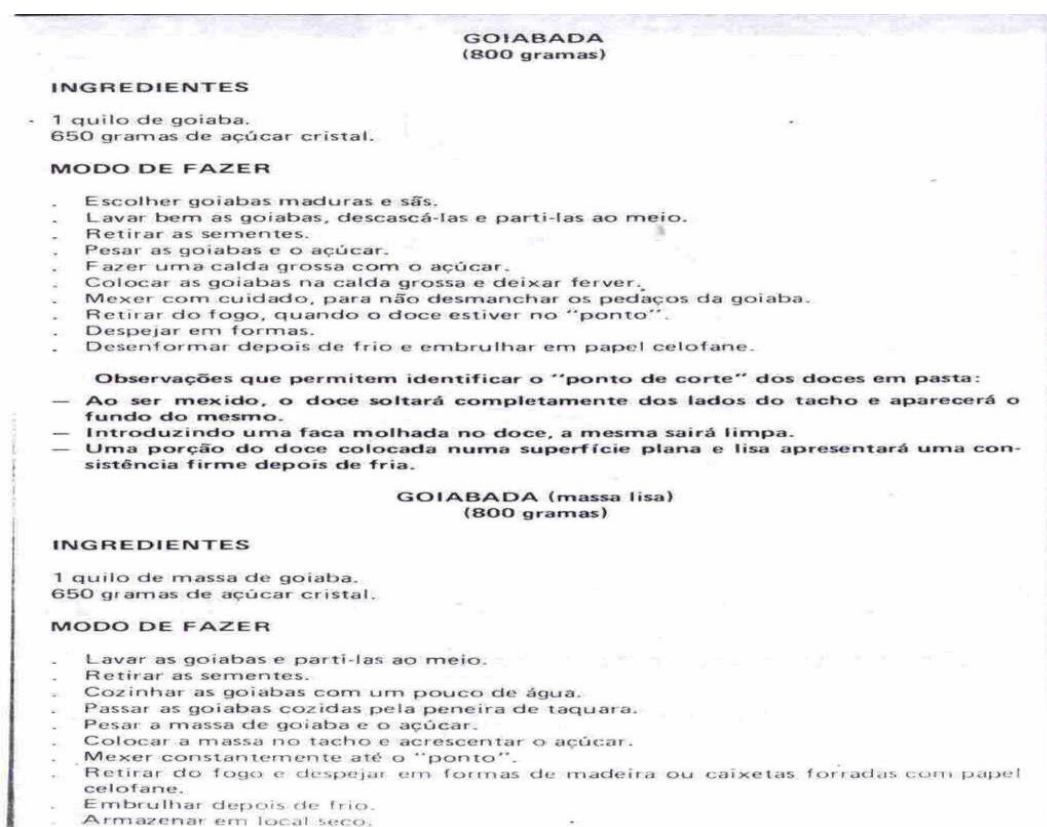


Figura 16 - Receita de doces em tablete

Essas estratégias denotam que D. Geralda possui conhecimentos e saberes sobre a escrita e, tal como aponta Kalman (2003), ela utiliza ferramentas culturais, materiais e mentais e colaboram de

uma maneira ou de outra, para lograr um fim comunicativo onde a língua escrita tem um papel central. Pode-se afirmar que tal como se observou no modo como D. Geralda se referia às etiquetas, ela possui um conhecimento sobre o funcionamento de uma receita culinária: sabe que se trata de um texto que instrui a realização de algum prato, no caso o doce e sabe que é necessário cumprir todos os procedimentos nele contidos para que não haja erros.

Entretanto, por não dominar a escrita, sabe que é necessário cumprir outra forma de proceder no passo a passo da confecção dos doces com o auxílio da memória e os conhecimentos prévios adquiridos através de sua experiência de vida, já que, segundo ela, antes do curso já sabia fazer alguns doces que foram aprendidos com sua mãe, o que facilitou um pouco mais a compreensão e realização das receitas. No curso, pôde aprender mais aspectos sobre como fazer em uma quantidade maior e a maneira de conservá-los “mais limpos”, ao referir-se a algumas normas de higiene ensinadas no pela condutora do curso e assinaladas na apostila.

Partilhamos das ideias de Kalman (2003), e também acreditamos que é fundamental reconhecer que diferentes grupos sociais têm diferentes possibilidades de acesso, interesses, expectativas, necessidades que incidem em modos específicos de engajamento com a linguagem escrita. D. Geralda, por exemplo, muito provavelmente não tinha tido acesso a uma receita impressa anteriormente, afirmação que realizamos com base em seus relatos, não foi observada a presença desse texto em sua casa, nem na casa das demais moradoras da Vila, apenas na fábrica, dada a disponibilização do material durante o curso promovido pela EMATER.

A Figura 17 apresenta a capa do material com as receitas referentes ao último curso de processamento caseiro de frutas ao qual o grupo teve acesso no ano de 1999. As apostilas dos cursos ficam arquivadas em uma das pastas do local, não sendo utilizadas para consultas durante a produção de doces. A necessidade de uso desse tipo de texto foi substituída por outra estratégia, posto que através das instruções orais recebidas durante os cursos de capacitação, instruções estas baseadas em tudo o que estava registrado nas apostilas, D. Geralda, conseguiu assimilar as informações que eram importantes na aprendizagem do modo como manusear e preparar os alimentos, através das explicações orais. Tal estratégia nos revela assim que “o conhecimento e

uso das práticas de escrita se constroem mediante a interação com outros leitores e escritores onde a língua oral é chave para se lograr propósitos comunicativos” (KALMAN, 2003, p.46)

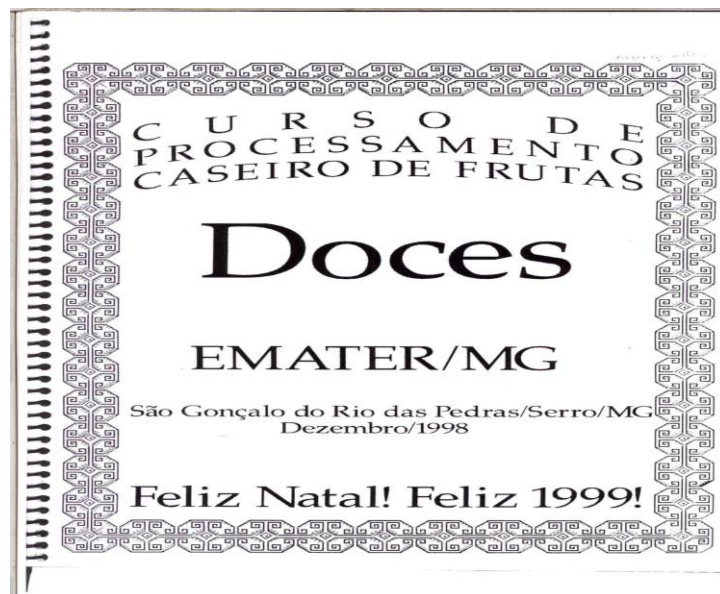


Figura 17 - Apostila do último curso de aperfeiçoamento realizado com o grupo da Casa de Doce

Conforme dito anteriormente, um dos aspectos mais interessantes na organização da fabriqueta é que nas atividades de atendimento ao público, as mais velhas sempre estão acompanhadas pelas netas que dominam o código escrito e fazem as anotações necessárias no caderno de registros de caixa da casa de doce. O uso do caderno foi o segundo episódio das análises referentes aos eventos da fábrica. A análise revelou que o caderno da Casa se configura como um artefato de valor simbólico, pois havia sempre muito cuidado na anotação dos dados que nele eram registrados. Como se nota na fala de D. Geralda ao orientar a neta que prestasse “atenção pra não errar aí”.

O caderno serve para registrar informações referentes à rotina de comercialização dos doces. A análise desse material pode ajudar a entender o quanto a prática desses registros na fábrica mostra-se uma prática de letramento “criada” em contraposição à uma prática de letramento imposta, ou dominante (KLEIMAN, 1995; BARTON; HAMILTON, 1998; STREET, 2006). Visto que o grupo possui uma necessidade de organização da escrita de acordo com um gênero

usual no comércio: o balancete, mas que em função da necessidade de organização e controle próprios ao grupo, algumas informações não convencionais são agregadas ao texto, caracterizando-o de forma peculiar.

Reproduzo, na Figura 18, uma página digitalizada do caderno da Casa de Doces que ilustra a forma de organização da cooperativa, bastante orientada para registros de movimentação financeira e divisão dos serviços. Tecemos algumas ponderações que julgamos pertinentes sobre o material observado.

Casa de Doces

Dados Pessoais

Nome/Name/Nombre: Casa de Doces

Endereço/Address/Dirección: Rua Yamantena

Fone/Phone/Teléfono: _____ Cidade/City/Ciudad: São Gonçalo, R. das Pedras

E-mail: _____ Escola/School/Escuela: _____

1º Semestre

Hora Time Hora	Segunda Monday Lunes	Terça Tuesday Martes	Quarta Wednesday Miércoles	Quinta Thursday Jueves	Sexta Friday Viernes	Sábado Saturday Sábado	Domingo Sunday Domingo
	14:00	14:00	14:00	14:00	14:00	14:00	14:00
	as	as	as	as	as	as	as
	15:00	15:00	15:00	15:00	15:00	15:00	15:00
	as	as	as	as	as	as	as
	16:00	16:00	16:00	16:00	16:00	16:00	16:00
	as	as	as	as	as	as	as
	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00
	as	as	as	as	as	as	as

2º Semestre

Hora Time Hora	Segunda Monday Lunes	Terça Tuesday Martes	Quarta Wednesday Miércoles	Quinta Thursday Jueves	Sexta Friday Viernes	Sábado Saturday Sábado	Domingo Sunday Domingo
	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00	17:00
	as	as	as	as	as	as	as
	18:00	18:00	18:00	18:00	18:00	18:00	18:00
	as	as	as	as	as	as	as
	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00	19:00
	as	as	as	as	as	as	as
	20:00	20:00	20:00	20:00	20:00	20:00	20:00
	as	as	as	as	as	as	as
	21:00	21:00	21:00	21:00	21:00	21:00	21:00
	as	as	as	as	as	as	as

Figura 18- Caderno de Registro da Casa de Doces

O primeiro aspecto que nos chama a atenção no caderno é o uso da parte interna da capa com a função do gênero agenda, onde constam o endereço da Casa de Doces e os horários da escala de trabalho das mulheres da fábrica de doces e são assinalados no quadro com os dias da semana, que por sua vez são grafados em três idiomas diferentes. O caderno segundo D. Geralda foi preenchido por sua neta e, mesmo sendo a agenda um texto pouco usual em um pequeno distrito do interior como é o caso de São Gonçalo do Rio das Pedras, o modo como a jovem preencheu o quadro de horários da escala denota alguns conhecimentos sobre o modo como utilizar uma

agenda: em eventuais situações, como férias e feriados prolongados, a fábrica abre durante a semana, os horários foram preenchidos no quadro de todos os dias da semana - de segunda à sexta, no primeiro e no segundo semestres constam as informações 14:00 às 18:00 e em seguida 09:00 às 17:00, já no sábado e domingo os horários registrados são os de 08:00 às 17:00 e 14:00 às 18:00. Percebe-se também o uso do horário convencional como 14:00 ao invés de 2h, como se fala comumente no interior. A consulta da escala de horários que é consultada, no entanto, é apresentada ao leitor a seguir.

Lista de Plantão Outubro e Novembro					
		Data	Nomes		
				16/10/11	Edilaine
				16/10/11	Jovelina
				22/10	Luíza
				22/10	Amazildes(NA)* e Vanessa
				23/10	Margarida e Vilma
				23/10	Amires
				29/10	Geralda(NA) e Kenya
				29/10	Edilaine
				30/10	Jovelina
				30/10	Luíza
				05/11	Amazildes (NA) e Vanessa
				05/11	Margarida(NA) e Vilma
				06/11	Amires
				06/11	Geralda(NA) e Kenya
				12/11	Edilaine
				12/11	Jovelina
				12/11	Edilaine
				12/11	Jovelina
				13/11	Luíza
				13/11	Amazildes(NA) e Vanessa
				19/11	Margarida e Vilma
				19/11	Amires
				20/11	Geralda(NA) e Kenya
				20/11	Edilaine
				26/11	Jovelina
				26/11	Luíza
				27/11	Amazildes(NA) e Vanessa
				27/11	Margarida e Vilma

Figura 19 - Registro da escala de plantão de atendimento ao público na Casa de Doces.

A Figura 19 demonstra que, por se tratar de espécie de cooperativa, a cada fim de semana há um rodízio na escala de trabalho das mulheres. Percebe-se que na escala de trabalho há duas pessoas somente quando há alguma participante que não lê e escreve, nesse caso as líderes. Assim as netas sempre acompanham as avós no atendimento ao público e mediam as atividades que demandam o uso direto da escrita, como é o caso do registro e controle do fluxo de caixa, conforme Entrevista à pesquisadora em novembro de 2010:

Patrícia: Como é o funcionamento da fábrica para a venda dos doces, vocês abrem todo dia?

D.Geralda: Todo dia não. É só fim de semana que abre.

Patrícia: É por que o movimento aumenta no sábado e no domingo/

D.Geralda: É. As pessoas de fora (turistas) vêm passear mais aqui nesses dias.

Patrícia: E nas férias e feriados a casa funciona do mesmo jeito?

D.Geralda: Aí muda né?! Quando é assim abre.

Patrícia: A senhora vem pra fábrica sozinha sozinha?

D.Geralda: Não, a Kênia (sua neta de 15 anos) sempre vai comigo.

Patrícia: Ah, entendi. E ela acompanha mais alguém?

D.Geralda: Não ela sempre vai comigo. A Necila vai com a Vanessa (outra neta que possui 17 anos).

Patrícia: Mas são três mulheres mais velhas que trabalham aqui certo? E a outra vai com quem?

D.Geralda: A Margarida vai com a Vilma.

Patrícia: Ah, então as mais velhas que sempre vem trabalhar aqui são a senhora e a D.Necila?

D.Geralda: Isso.

Patrícia: E as outras mais novas também vêm trabalhar com alguém?

D.Geralda: Não, elas ficam sozinhas mesmo.

Patrícia: E as netas acompanham a senhora e a D.Necila pra ajudar ou pra aprender?

D.Geralda: Elas vem pra ajudar e pra aprender também. Mais é pra ajudar quando precisa assim ...de escrever né? Fazer as contas do que vendeu. Essas coisas assim.

Patrícia: Aí então a senhora atende e ela te ajuda quando alguém compra alguma coisa é isso?

D.Geralda: É.

Patrícia: E elas estudam?

D.Geralda: Estudam. Agora é muito mais fácil do que na minha época né?! Se não estuda hoje, os pais vão preso também. Então agora não tem nem como não ir pra escola, não saber a leitura.

Patrícia: A senhora corta os doces e pesa também?

D.Geralda: Cortar até que eu corto, agora pesar com essa balança nova (aponta para a balança digital) eu não sei pesar não, aí ela faz isso.

Patrícia: Mas antes era com outra balança né? Naquela ali da cozinha (aponto para a balança analógica que está num canto da cozinha) a senhora pesava os doces?

D.Geralda: Aquela era mais fácil de ver, eu sabia. Agora nessa eu não sei não.

Patrícia: Aí então as meninas fazem isso?

D.Geralda: É.

Patrícia: E no que mais elas ajudam?

D.Geralda: Põe as vendas no caderno, recebem o dinheiro, pesa o doce, lê alguma coisinha que precisa pra nós. É isso aí.

Patrícia: Mas eu vi que a senhora sempre observa tudo não é mesmo?

D.Geralda: (risos) é, tem que olhar.

data	quantidade	produto	valor	nome
	1	doce de banana	1,00	
	2	doce de abacaxi	2,00	
09/01/11	-	fechei o caixa com	63,15	Amires (obsc) Luiza
10/01/11	-	Abri o caixa com	63,25	Eliane
10/01/11	-	fechei o caixa com	63,15	Eliane
12/01/11	-	Abri o caixa com	63,15	Margarida
	1	Geleia de Jabuticaba	7,00	
	1	bananada	3,40	
	2	doce de leite	2,00	
	1	doce de Hírido	0,50	
	1	laranja	24,00	
	3	doce de leite	1,50	
	1	laranja	5,00	
12/01/11	-	fechei o caixa com	107,95	Margarida
	-	Abri para casa	60,00	Margarida
13/01/11	-	Abri o caixa com	47,95	Amires
	1	bananada	10,00	
	1	laranja	13,00	
	3	doce de leite	3,00	
	1	" " abacaxi	7,00	
	1	" " banana	7,00	
	1	" " laranja	7,00	
	1	" " manga	7,00	
13/01/11	-	fechei o caixa com	118,00	Amires
	-	Abri para Luiza	40,00	Amires
15/03/11	-	ficou no caixa	38,00	Amires
15/03/11	-	Abri o caixa com	33,00	Jovelina
15/03/11	-	fechei o caixa com	38,00	Jovelina
15/01/2011	-	Abri o caixa com	38,00	Luiza
	1	laranja	3,40	

Página do caderno de registro de caixa da Casa de Doces

Data	Quantia	Produto	Valor	Nomes
	1	doce de banana	1,00	
	2	doce de hibisco	2,00	
09/01/2011	-	fechei o caixa com	63,15	Amires
10/01/2011	-	abri o caixa com	63,15	Eliane
10/01/2011	-	fechei o caixa com	63,15	Eliane
12/01/2011	-	abri o caixa com	63,15	Margarida
	1	geleia de jabuticaba	7,0	
	1	bananada	3,4	
	2	doce de leite	2,0	
	1	doce de hibisco	0,50	
	1	laranjada	24,0	
	3	doce de leite	1,5	
	1	laranja	5,0	
12/01/2011		fechei o caixa c	107,95	Margarida
	-	levei para casa	60,0	Margarida
13/01/2011	-	abri o caixa com	47,95	Amires
	1	bananada	10,0	
	1	laranjada	13,0	
	3	doce de leite	3,0	
	1	doce de ibisco	7,0	
	1	doce de banana	1,0	
	1	doce de laranja	1,0	
	1	doce de manga	1,0	
13/01/2011	-	fechei o caixa com	18,0	
	-	levei para casa	40,0	Amires
15/01/2011	-	ficou no caixa	38,0	Amires
15/01/2011	-	abri o caixa com	38,0	Jovelina
15/01/2011	-	fechei o caixa com	38,0	Jovelina
15/01/2011	-	abri o caixa com	38,0	Luíza
	1	laranjada	3,4	

Figura 20- Controle de vendas- registros realizados por diferentes pessoas, em dias alternados.

Na Figura 20 ressaltamos a forma como as informações são registradas no caderno, sob a forma de balancete, um gênero utilizado para a verificação de movimentos financeiros da Casa dando especial atenção às informações sobre data da movimentação, entrada e saída de saldo, descrição do produto e nome da(s) pessoa(s) a quem competiu a responsabilidade do caixa, assim ao longo do caderno tem-se letras diferentes em função das pessoas responsáveis pelas vendas.

Na coluna destinada aos “produtos” há também informações sobre a abertura e fechamento de caixa que são apontadas na coluna “valor”. É interessante observar também o fato de que, como as líderes da Casa de Doces não são alfabetizadas, a conferência das anotações do caderno bem como os valores arrecadados em caixa ficam sob a responsabilidade de uma das filhas de D. Geralda, como nos revela a informação “levei para casa” presente na 3ª coluna, na qual a escritora objetiva informar às demais colegas quando a conferência do caderno foi realizada. Essa forma de usar a escrita se mostra relevante para caracterizar o controle das informações e papel da administração local, uma vez que ao conferir o caderno a filha de D. Geralda a informa se está tudo correto. A nomeação das ações registradas demonstra também uma forma de marcar a responsabilidade de cada membro da Casa sobre suas ações.

É notável que a dificuldade de quem não domina a leitura e a escrita centra justamente nas atividades realizadas no espaço que funciona como loja da Casa, pois é nele que estão presentes os materiais para registro das vendas e a balança digital que é usada para pesar os tabletes de doces a serem vendidos. Daí, a necessidade de mediação das netas em atividades que envolvem a escrita tal como na prestação de contas a ser feita no caderno, conforme mostra a Foto 14, na qual a neta registra por escrito informações referentes à venda de doces.



Foto 14 - Registro realizado pela neta de D.Geralda durante um dia de vendas na Casa

No que diz respeito às vendas, o problema não é tanto em calcular a soma dos produtos, pois no primeiro dia em que visitei a Casa de Doces percebi que D. Geralda possivelmente conseguia somar valores sem números decimais “de cabeça”. Tal conclusão foi obtida através de um evento vivenciado durante a venda de três tabletes de doce. D. Geralda conversava com uma turista, enquanto sua neta (Kennya, de 13 anos) realizava a soma na calculadora os produtos comprados por outra visitante, conforme episódio presenciado em outubro de 2010:

Cliente: Me vê dois pedaços pequenos de doce de banana e um do de hibisco. (a jovem corta os doces enquanto a avó conversa com uma outra turista)

Kennya: Desse tamanho tá bom? (mostra um pedaço com aproximadamente 300 gramas)

Cliente: Assim. Pode ser assim (...). Quanto ficou?

Kennya: (faz a conta em uma calculadora de mão falando em voz alta os valores) É... R\$2,60 mais R\$2,40 com R\$3,30 é... R\$8,05. Não... (refaz a conta na calculadora) Dá R\$7,30.

Cliente: Não a conta tá errada. Confere aí (elas refazem juntas a conta e a turista mostra o resultado correto). Tá vendo dá R\$8,30!

D.Geralda: (desde o momento em que a neta principiou a realização da soma dos produtos a avó, mesmo continuando a conversar com a turista que lhe fazia várias perguntas sobre a fábrica e a cidade, prestava bastante atenção em todo o processo, até que quando percebe o “erro” da neta apontado pela cliente faz uma intervenção) Uai Kennya! Você tá errando na conta, você não sabe fazer a conta de cabeça pra conferir não?! É pegar e por tudo junto pra ver quanto que deu, tem que por tudo certinho aí. (referindo-se ao caderno de registros)

Kennya: Não vó é porque eu bati o número errado, dá três em vez de seis. (a avó faz expressão mais séria e olha firme pra neta, em seguida prossegue o assunto que estava tendo com a turista).

A realização da venda mobilizou a avó para auxiliar a neta no cálculo mental. Nesse momento, D. Geralda demonstrou possuir conhecimentos ligados à operação com números e aborda a questão do saber “de cabeça” com certa naturalidade, muito provavelmente em função de suas experiências em atividades que envolvem dinheiro. E, mesmo não dominando o uso da calculadora, D. Geralda denota compreender a importância da soma correta dos produtos, por realizar esse tipo de operação em contas cotidianas, pois esta será registrada no caderno e conferida posteriormente. Ao apontar a necessidade de se registrar “tudo certinho” no caderno, a avó demonstra conhecer a função do registro: todas as baixas dos doces e licores precisam estar

corretas para que não haja o comprometimento da veracidade das informações a serem registradas no caderno.

Com base nas observações e análises dos eventos e das falas acima mencionadas, no âmbito da Casa de Doces, local de trabalho de algumas mulheres não alfabetizadas da Vila, como é o caso de D. Geralda, é possível concluir que, tal como assinala Heath (1982 a) a escrita nesses eventos se configurou como um complemento das interações entre as mulheres do grupo, nesse caso a “interação face a face” no caso do uso da receita, a interação se deu através da oralidade mediada pela leitura durante o curso da EMATER, e através das ações de registro de informações das vendas no caderno, mediadas pelas netas alfabetizadas. Ambos os textos estão incorporados dentro das práticas de letramento de D. Geralda sem ela saber ler e escrever.

4.3 O uso da escrita nos espaços domésticos da Vila Nova

Outro modo de uso da escrita entre adultos pouco escolarizados estava presente na circulação de materiais escritos nos espaços domésticos como contas de luz e telefone, Bíblia, livros didáticos, listas telefônicas, boleto de pagamento do dízimo da igreja, panfletos e santinhos religiosos, orações, folhas de calendários, cartazes, muitos desses materiais escritos afixados nas paredes das casas. Através do detalhamento de três episódios em que adultos e idosos pouco escolarizados interagem com textos escritos, analisaremos a utilização da língua escrita na esfera doméstica. A utilização desses textos evidenciou a utilização da escrita para ações como lembrete de pagamento, busca por informações, divulgação e também como decoração.

Entre os usos com fins de divulgação na rua da comunidade, durante os dias em que estive na Vila, constatei apenas a existência de um único texto com função informativa em um disco de vinil que serve como placa do único bar que há na rua “Bar da Villa”, registrado na Foto 15, um local frequentado, sobretudo por alguns homens da Vila. Apesar de estar localizado na Vila Nova, o dono não pertence à comunidade e pelas observações o local não se configura como um ponto de socialização significativo para os moradores.



Foto 15 - Bar da Vila

4.3.1 A escrita com função não usual

Tal como Sito (2010) constatou em sua investigação, também percebi que materiais informativos como panfletos e calendários frequentemente exercem mais do que o papel de divulgação, mas uma função estética, decorativa nos lares de muitos moradores, sobretudo, os mais velhos. Durante as visitas que fiz às casas da Vila, em especial na casa de D. Geralda e Sr. Jésus, foi notável a presença de materiais escritos utilizados como adorno de paredes e estantes, como mostra um fragmento extraído do meu diário de campo:

Nas duas casas que conheci essa tarde me chamou atenção a forma como diferentes textos estão dispostos no interior desses lares. Os domicílios em sua extrema simplicidade comportam nas paredes dos diferentes cômodos, sobretudo na sala, talvez por ser o local de maior circulação da casa, diferentes textos como calendários, santinhos, panfletos da igreja local, fotos e até um livreto de literatura, utilizados como adornos. O cunho religioso é bastante notável, mas talvez não fosse também uma espécie de enaltecimento do valor da escrita? (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2011).

Nesse primeiro episódio, o material se destacava nos espaços e ao perguntar aos moradores o porquê da disposição daqueles textos nas paredes, ambos afirmaram que eles gostavam de vê-los em destaque no interior da casa. Na casa de D. Geralda, tal como se pode observar na Figura 36, muitos materiais presentes na casa apresentam discursos religiosos como se pode observar no

calendário com santinho do depósito “Decisão”, nos santinhos com orações dispostos próximos às imagens, um panfleto da igreja e uma conta luz do mês corrente demonstrando o uso funcional do gênero, que estava em um local bastante visível. Além disso, na cozinha, o calendário do ano corrente estava afixado na parede próxima a pia, demarcando a diferença entre o uso funcional com viés religioso e o uso decorativo desse gênero disposto no espaço de socialização da casa, onde os encontros e trocas entre familiares e demais conhecidos ocorrem, já que indagada sobre o porquê daqueles materiais dispostos na parede da sala D. Geralda afirmou que “eles são coloridos, bonitos e deixam a sala muito mais alegre”(excerto extraído da entrevista realizada em fevereiro de 2011).

Marinho (1991) assinala o uso do material escrito religioso, apesar de outras utilizações, como uma prática ritualística, como se houvesse um acordo tácito no sentido de que é preciso possuir o texto, mas não obrigatoriamente lê-lo. Diferentemente do aspecto apontado por Marinho (1991) para textos religiosos, nesse caso de D. Geralda, mais do que a função usual da escrita, o modo como o material escrito fora disposto na sala da casa, destacava-se naquele espaço, tanto por sua quantidade quanto por seu modo de organização, evidenciando que ali naquele espaço a escrita era utilizada também como um elemento estético que contribuía para a ornamentação do ambiente, cumprindo a função de oratório, conforme pode ser visto na Foto 16:



Foto 16 - Escritos religiosos dispostos em uma das casas da comunidade: santinhos com orações, calendários com imagens de santos, bíblia, livreto sobre a Virgem Maria junto à quadros com diferentes imagens de santos.

Além da notável influência religiosa, a disposição de materiais escritos observada nas casas de alguns moradores foi analisada também no tocante à valorização da escrita como um bem de valor simbólico. Tal como assinala Kleiman (1995):

A escrita ambiental e rotineira, representa, entretanto, apenas uma das funções da escritas, mais básicas. O domínio de outros usos e funções da escrita significa, efetivamente, o acesso a outros mundos, públicos e institucionais, como o da mídia, da burocracia, da tecnologia, e através deles, a possibilidade de acesso ao poder (KLEIMAN, 1995, p. 07-08).

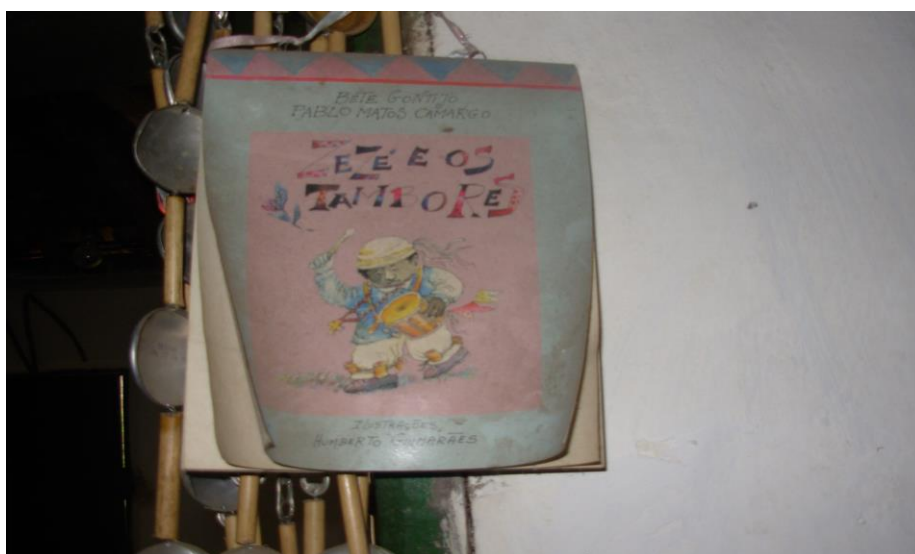


Foto 17 - Livro utilizado como adorno da parede junto à cortina da porta da sala em uma das casas da comunidade: “Zezé e os tambores” de autoria de Bete Gontijo e Paulo Matos Camargo e ilustrações de Humberto Guimarães.

Diferentemente da Foto 16, a Foto 17, ambientada na casa do Sr. Jéssus, revela o uso de um suporte textual de um modo totalmente diferente do que é usual: o livro está amarrado e pendurado na cortina ao lado da porta da sala e, como nenhum dos dois moradores da casa sabem ler, sua utilização se dá exclusivamente como enfeite. Segundo o morador, Sr. Jéssus, o livro foi ganho em uma das aulas que frequentou há anos atrás e, por achar a capa da obra bonita, ele e a esposa o penduraram lá:

Patrícia: E esse livro aqui Sr.Jéssus é do senhor?

Sr. Jéssus: É. É meu sim.

Patrícia: E foi o senhor que comprou?

Jésus: Não, eu nem lembro mais quem deu ... Deixa eu lembrar aqui... Acho que foi uma professora que nós tivemos que deu esse livro.

Patrícia: E faz tempo?

Sr. Jésus: Eu acho que faz viu... Mas eu não me lembro direito não. (o livro foi publicado no ano de 2009)

Patrícia: E o senhor conhece a história do livro?Ele se passa em uma comunidade quilombola sabia?

Sr. Jésus: Não. Eu não sei ler né?!

Patrícia: Mas a professora não leu pra vocês durante a aula não?

Sr.Jésus: Ah, que eu me lembre, a gente só ganhou mesmo.

Patrícia: E quem pôs ele aqui?

Sr.Jésus: Ah ela (referindo-se à sua esposa) pendurou aqui assim e ficou bonito né?!

Patrícia: É ficou sim. Combinou com a cortina... O senhor tem outros livros aqui na casa?

Sr. Jésus: Assim igual a esse (possivelmente referindo-se ao viés literário da publicação) não tem não.

Patrícia: E outros livros diferente tem?

Sr.Jésus: Tem a bíblia né?! E tinha os livros dos meninos na época da escola. Mas agora é só a bíblia mesmo.

O livro utilizado por Sr. Jésus e sua família é uma obra paradidática resultado de uma pesquisa realizada pelo CEDEFES⁶⁹ que aborda as tradições africanas através da história do personagem Zezé e traz ao leitor muitos elementos ligados às tradições africanas. A obra paradidática é notadamente voltada para o público como se pode observar através do projeto gráfico, da linguagem e até mesmo pelo próprio título. Entretanto, mesmo não havendo nenhuma criança na casa o livro fica exposto ornando o ambiente. Mesmo que o livro focalize uma temática que vem sendo discutida pelo grupo durante as reuniões da Associação, o morador não demonstrou conhecer esse viés, ao ressaltar a questão meramente estética da utilização do material.

A utilização dos materiais escritos de forma diferente da usual, como é o caso do livro exposto na cortina da casa do Sr. Jésus, pode ser entendida como um indicativo de valorização da obra como sendo um ícone representativo da cultura escrita. O uso do livro como elemento decorativo

⁶⁹ A pesquisa contou com o apoio do com apoio do Governo Federal, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da ONG *Misereop IHR Hilfswerk*.

ocorre nos mais variados meios sociais, sendo o livro tomado como objeto com valor artístico e cultural, legitimado pelo poder atribuído à língua escrita.

Em relação à declaração de desconhecimento de Sr. Jesús sobre a temática do livro, inferimos duas possíveis explicações para tal postura diante dessa questão: a primeira é de que ele realmente não tenha tomado conhecimento da narrativa e dos elementos culturais relacionados à África presentes na história, que suscitam a questão da ancestralidade, ponto muito pertinente nas discussões sobre as especificidades das comunidades quilombolas. O que certamente decorreu da falta da mediação de outro leitor experiente e crítico, ciente da importância da apreensão de tais aspectos. A segunda explicação é a de que provavelmente para não ser questionado sobre o assunto, ele assinalou não conhecer o livro que, e assim, não precisou aprofundar o discurso sobre o tema, e assim não sendo questionado sobre o assunto haja vista a expectativa das pessoas de fora da comunidade, assim como eu, esperam um discurso bastante centrado na temática quilombola.

Dadas as características do grupo que em muitos momentos revelou-se muito fechado em relação ao tema quilombola, sobretudo, nos meses iniciais da pesquisa, o fato de o Sr. Jesús negar conhecer a história do livro, foi analisado também como um silenciamento que demarcou o campo até onde o outro “de fora” no caso a pesquisadora, poderia adentrar. O fato da publicação do material ser recente, 2009, pode corroborar com essa hipótese, além disso, a ilustração da capa já traz consigo muitos elementos que caracterizam a cultura africana que influenciam os povos quilombolas como o congado, que fora percebido durante a festa do Rosário descrito no Capítulo 3.

No contexto dos dois lares apresentados, a diversidade de materiais escritos dispostos nas paredes exerceu uma função estética, decorativa entre os moradores.

4.3.2 A escrita com função usual

Ainda no que diz respeito à esfera doméstica, ao chegar à casa de D. Necila, outra líder da Casa de Doces, tive a oportunidade de presenciar uma cena que evidenciou outro evento relacionado ao uso da escrita, conforme entrevista à pesquisadora em outubro de 2010:

Patrícia: As compras de casa a senhora faz sozinha?

Necila: Com Deus né?!

Patrícia: E como a senhora faz pra poder escolher as coisas?

Necila: Chego lá (...) Compra né?! Minha filha porque não sabe ler! Né?! A gente escolhe lá. Eu fui lá hoje. Comprei.

Patrícia: A senhora sempre compra as mesmas coisas, o mesmo sabão, o mesmo biscoito, a senhora sempre compra igual, da mesma marca?

Necila: Os mesmos né, não tem jeito. Eu sempre levo meu neto comigo.

Patrícia: Ele tem quantos anos?

Necila: Quantos anos tem?12.

Necila: Esse aí é da minha filha caçula. (um neto adentra na casa enquanto conversávamos)

Patrícia: A que estava com 01 ano quando a senhora veio morar aqui na Vila?

Necila: Isso.

Patrícia: Aí é ele que sempre vai com a senhora escolher as coisas?

Necila: Não é só ele não. Ele vai, mas só que hoje ele foi pro Serro aí eu fui lá comprei pro (inaudível)

Patrícia: E o dinheiro pra senhora pagar, o troco lá... A senhora sabe mexer com o dinheiro?

Necila: Dinheiro eu sei, só não sei se tem validade, se passou da validade, isso aí eu não sei não.

Patrícia: Aí quando o seu neto vai a senhora pede pra ele olhar?

Necila: Não, aí eles olham pra mim, sabe?! "Não compra não esse aqui passou da validade", o outro fala "esse passou da validade". E eu digo "Ô menino olha pra mim se tem alguma coisa que passou da validade na compra aí".

A fala de D. Necila mostra que, mesmo não sabendo ler e escrever, ela atribui ao rótulo o seu real sentido, sabe que compete a esse texto informar sobre o prazo de validade dos produtos industrializados. Esse saber nos remete a consideração de Street (2010) sobre a importância de se pensar na ideia da atribuição de significado ao uso da língua escrita, ao invés de se adotar o princípio que subjuga os sujeitos como letrados ou iletrados. Uma vez que conforme salienta

Barton e Hamilton (1998), as práticas de escrita são intercedidas por práticas orais, pelo diálogo, o que nos leva a compreender o quão imprevisíveis são as probabilidades de uso leitura e da escrita assim como são ilimitados também os significados constituídos baseado nesse uso.

Ainda durante nossa conversa, presenciei a entrega das compras do mês realizadas por ela na mercearia local naquele mesmo dia, pela manhã. Estávamos na sala e ela orientou os entregadores que deixassem as caixas no quarto e então continuamos a conversa. Assim que as compras foram deixadas no quarto, ela pede ao neto que faça a conferência dos produtos que haviam sido entregues.

Observo tudo e percebo que o neto analisa a data de validade no rótulo de todos os produtos perecíveis que haviam sido comprados: leite, iogurte, manteiga, e em seguida confere os demais produtos enlatados, assim como o feijão e arroz. Após a conferência dos rótulos e embalagens informa à avó que está tudo certo.

Indaguei o motivo de o garoto estar fazendo aquilo e D. Necila explicou que como ninguém a acompanhou no mercado, ela não sabia se tinha comprado algum produto vencido, por isso, quando ocorria dela fazer as compras sozinhas, logo que os produtos chegavam algum neto lhe fazia o favor de conferir a validade, pois se o produto estivesse com prazo ultrapassado ou perto de vencer eles o separavam e depois ela voltava na mercearia para trocar por uma mercadoria com prazo mais longo.

Essa estratégia utilizada por D. Necila denota que tal como aponta Soares (1998) o letramento se configura “como um fenômeno *cultural*, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita” (SOARES, 1998, p. 66-70, grifos da autora). Ainda que não alfabetizada, essa senhora aporta conhecimentos e saberes sobre a escrita apresentando um “grau” de letramento, uma vez que inserida em um ambiente que mesmo apresentando características bastante peculiares, isto é, uma comunidade quilombola situada em área rural, onde a circulação da escrita se dá de modo bastante restrito, em muitos momentos os sujeitos desse grupo, como se pode constatar através desse episódio, vivenciam situações onde há

uma integração com uma tradição da escrita. Deste modo, esses sujeitos acabam por envolverem-se em práticas diárias onde o ler e o escrever estão presentes utilizando-se a seu modo, da leitura e da escrita.

Nesse sentido, as reflexões de Kalman (2010) foram fundamentais para compreendermos o modo como assim como D. Necila e outras pessoas não alfabetizadas lidam com a escrita, uma vez que partilhamos da ideia da autora de que a escrita é muito mais do que letra, haja vista que no letramento a ênfase não se centra no texto, mas nas práticas. Tal conceito nos auxiliou compreender os usos da língua escrita como fenômeno diverso em que cada sujeito da Vila a partir de sua vivência sócio-cultural ressignifica as práticas de letramento.

No passado, tal como D. Necila, Sr. Jesús, D. Geralda, assim como outros habitantes da Vila afirmam que a maioria dos alimentos era cultivado por eles, a “compra de fora” era mínima e assim não havia a necessidade da incorporação da prática de verificação da durabilidade dos produtos, pois como a maioria dos perecíveis eram produzidos por eles próprio, o período de validade era conhecido por todos através da experiência adquirida na vida.

Todavia, como o passar do tempo, mudaram-se as práticas e a compra de mercadorias industrializadas passou a ser frequente. O que por sua vez, exigiu certo conhecimento sobre o funcionamento da escrita nesse contexto, tal como o evento vivenciado por D. Necila nos aponta: ela sabe que é preciso conhecer a validade do produto, pois senão ele poderá causar danos à saúde, nos mostrando, assim, que o uso e compreensão das informações contidas nos textos dos rótulos é muito mais ampla do que simplesmente o texto, codificado nas embalagens.

Isso porque o letramento é o processo social de produzir significado com um texto, e esse episódio evidenciou o modo como D. Necila significa a escrita. Já que as práticas de letramento são constituídas no enfrentamento de diferentes situações na vida dos sujeitos que demandam a mobilização de diferentes estratégias, e, conforme assinala Street (2003 a) é através das práticas sociais e concepções de leitura e escrita que os participantes inserem-se nos eventos e os significam.

4.3.3 A valorização da escrita ligada ao conhecimento escolar

O terceiro evento no qual o uso da escrita foi observado durante a pesquisa na Vila, no ambiente doméstico, diz respeito à atitude da mãe diante da realização de tarefas escolares dos filhos. O episódio foi vivenciado na casa de Margarida. Durante uma visita no mês de novembro de 2010, conversávamos sobre seu interesse de aprendizagem na escola, pois até então ela participava das aulas do Programa Brasil Alfabetizado na comunidade, e ela discorria sobre a vontade de aprender a ler e escrever para conseguir um emprego melhor (segundo ela gostaria de trabalhar como secretária). Enquanto continuávamos a conversa, no quarto, seu filho maior (de 08 anos) realizava a leitura de um livro de literatura que fora emprestado pela escola, e a cada trecho lido percebia que o tom de sua voz ficava cada vez mais alto, compreendo que ele gostaria de ler para mim. Assim o convidei a ir para a cozinha e ler para nós duas, tal como se pode observar na Foto 18.



Foto 18- O filho mais velho de Margarida realiza a leitura em voz alta do livro “O leão e o ratinho” para mãe, o irmão e a pesquisadora.

Margarida também aponta que gostaria de aprender para ajudar mais os filhos com os deveres de casa, conforme entrevista à pesquisadora em novembro de 2010:

Patrícia: Então Margarida, quando você era criança você estudou?

Margarida: Não. Estudei nada não.

Patrícia: Começou estudar agora aqui na Vila?

Margarida: Foi.

Patrícia: A primeira vez foi com a Izaura?

Margarida: Foi.

Patrícia: É mesmo?! E o que você está achando?

Margarida: Nós começamos com uma outra aí, mas foi pouco né?!

Patrícia: E foi aqui mesmo na vila?

Margarida: Foi aqui mesmo, só que daí veio a Izaura e eu estava ficando muito boa.

Patrícia: E o que é que você mais gosta?

Margarida: Como assim?

Patrícia: O que você mais gosta de aprender na aula dela. O que você acha mais interessante pra você?

Margarida: Mais interessante ah, é meu nome!

Patrícia: Seu nome, por quê?

Margarida: Porque é o mais que serve pra gente...

Patrícia: É o que mais precisa?

Margarida: É o que mais precisa. Eu tenho vontade de aprender tudo né. Eu tenho vontade, mas a gente assim né... mais é o nome é alguma coisinha, que é bom. A gente mexe com alguma coisa, pede muito né pra gente assinar alguma coisa e a gente não sabe então a gente aprender é bom. E ensinar o para casa da escola pros meninos direitinho né?!

Patrícia: E quando você começou foi esse ano ou ano passado?

Margarida: Foi esse ano.

Patrícia: E quando você entrou você sabia assinar seu nome ou ainda não?

Margarida: Não. Eu não sabia não.

Patrícia: Nem desenhar?

Margarida: Nem desenhar eu não sabia.

Patrícia: E agora?

Margarida: Agora o primeiro nome eu já faço.

Patrícia: É mesmo?! Sozinha?

Margarida: É. Sozinha. Sem olhar ele eu já faço.

Patrícia: E os meninos tem para casa todo dia?

Margarida: Tem. Todo dia tem dever.

Patrícia: E eles conseguem fazer sozinhos?

Margarida: Até que sim. Mas eu fico de olho na hora que eles tem que fazer. E agora eu ajudo com alguma coisinha assim né... Porque eu estou aprendendo alguma coisinha das letras e já da pra ajudar quando eles tem recortar qualquer coisa que começa com as letras aí eu vejo a letra que é no caderno e ajudo a procurar.

Patrícia: Sei. Pode ficar a vontade e falar no que mais você ajudar.

Margarida: Às vezes quando ele tem que recortar alguma coisinha, e se eu sei a letra e consigo achar uma letra que eu sei aí eu mostro pra ele continuar a ler e ver se aquela palavra ali serve. Tem que fazer tudo né?! Por que sem estudar eles vão ficar assim só com serviço de enxada mesmo. Tem que ir na escola direitinho, aprender a leitura lá. Isso é importante demais na vida!

Patrícia: E os meninos também ajudam em alguma coisa da escola?

Margarida: Eles me ajudam a assinar o nome. Lê pra mim ver também.

Patrícia: É! E o que mais?

Margarida: Eles ajudam muito. Alguma coisa que eu não sei e eles falam pra mim assim. (Filho ao fundo diz: escrever também).

Margarida: É. Escrever, ele até já respondeu lá! Ajuda muito. Porque eles têm que ir ensinando também senão a gente não aprende. Eu tento ajudar porque é muito importante aprender alguma coisa na escola, e eles me ajudam também.

Patrícia: E os meninos, costumam ler o quê?

Margarida: Ah, eles lê é livro.

Patrícia: Tem algum livro aí? E o livro deles a senhora tenta pegar e dá uma olhadinha, tentar ler alguma coisa?

Margarida: Até que eu olho, mas eu não conheço assim todas as coisas ainda não (se refere às letras). Se for, por exemplo, a primeira letra do meu nome eu já conheço, mas pra mim escrever ou lê ainda não. Que nós lê pouco né?! Entanto que ela dava aula (a professora do Programa na época) muito naquele tempo, mas nós "colhia" pouco. Porque tem hora que a gente chegava cinco horas do serviço, aí não dava pra nós ir. Mas quando eu aprender os meninos vão trazer um (livro) da escola pra mim.

Nesta entrevista, a postura de Margarida evidencia uma valorização das práticas de letramento escolares, pois mesmo tendo um conhecimento sobre escrita menor que o filho, tenta auxiliá-lo na medida do possível em suas tarefas, sempre enfatizando a importância da escola e que aprender a ler e escrever é importante para se saber “alguma coisinha”. Baseando-nos nas observações e relatos, é possível assinalar que os eventos de solução de atividade escolar quanto a presença de livros didáticos e literário disponibilizados pela escola na casa demonstram uma circulação entre textos e práticas da esfera escolar na esfera cotidiana da comunidade presentes nas interações entre mãe e filhos. Assim, mesmo não dominando a linguagem escrita, esses sujeitos sabem que ela representa de certo modo “poder”, que as práticas que envolvem a escrita envolvem a escrita têm implicações nas relações de identidade e poder como aponta Kleiman (1995).

4.3.4 A escrita ligada à temática quilombola

Um quarto evento sobre uso da escrita observado nos lares, estava presente na circulação de materiais escritos vinculados à temática quilombola. Um livro disponibilizado pelo governo com orientações sobre os direitos quilombolas, segundo relatos orais, circulava entre os moradores membros da Associação Vila Nova, no entanto, não consegui acessá-lo. Apesar de a Vila estar passando por um processo de autorreconhecimento como sendo uma comunidade quilombola, somente na casa do líder Benedito, foi possível observar a presença de materiais com esse foco.

Uma das hipóteses que poderiam explicar tal fato é que todas as orientações e informações a que o grupo tem acesso são repassadas pelo líder comunitário que participa do Conselho Municipal de Movimento das Comunidades Quilombolas do Serro, que ocorrem bimestralmente. A partir das discussões e informes repassados nas reuniões do Conselho, é que Bené repassa ao grupo, através de explicação verbal e de empréstimo dos materiais adquiridos nas reuniões, informações e materiais sobre o tema quilombola.

Essas orientações são repassadas aos membros da Associação nas reuniões, que por sua vez também se configuram como eventos de letramento que geram atas redigidas pela vice-líder da Associação, à partir do texto esboçado em tópicos pelo tesoureiro. As atas, conforme se pode observar na Figura 21, são registradas no Livro de Atas da Associação Quilombola Vila Nova.

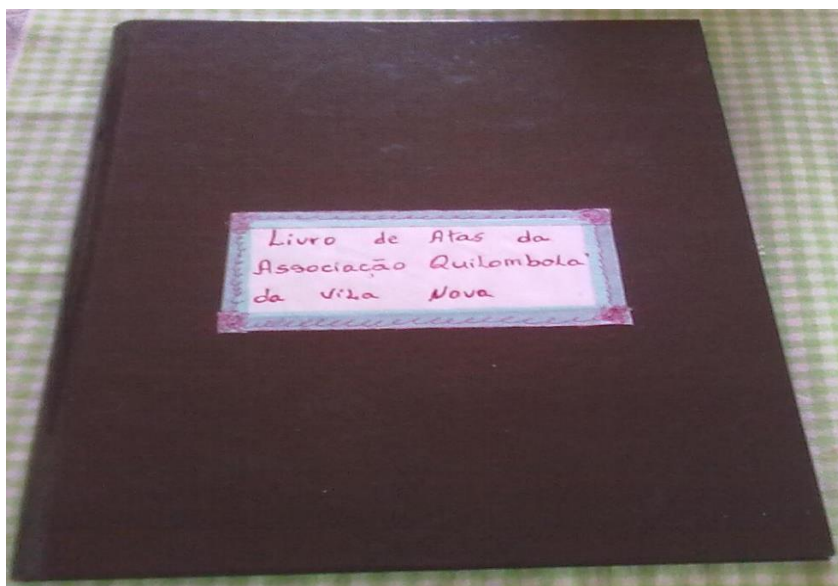


Figura 21 – Livro de Atas da Associação Quilombola da Vila Nova.

Conforme explicitado no capítulo anterior, não foi possível participar das reuniões da Associação, no entanto, vale ressaltar aqui um aspecto bastante interessante sobre a organização hierárquica dessa agregação, conforme Figura 22:

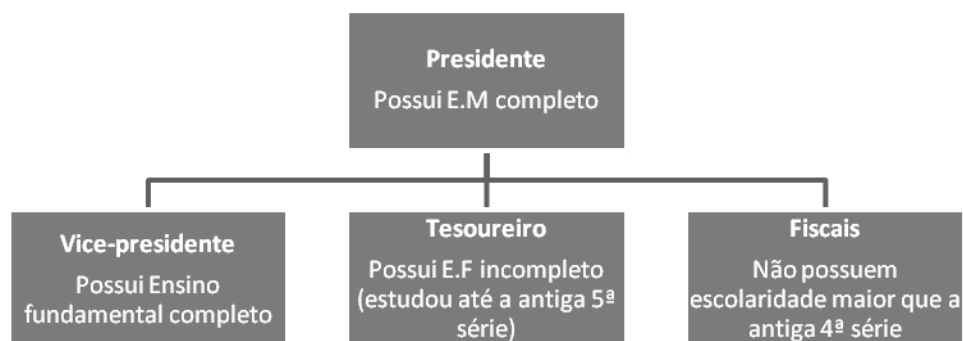


Figura 22 – Organização Hierárquica da Associação Comunitária Vila Nova.

Diferentemente da organização hierárquica da Casa de Doces, conforme se pode notar através do esquema acima, as funções de maior responsabilidade - presidência, vice-presidência e tesouraria - são exercidas por pessoas que possuem mais escolaridade, ou seja, aqueles que leem e escrevem; já a função de fiscalização, em que as pessoas são responsáveis por avisar oralmente os moradores as datas das reuniões e notificar verbalmente aqueles que faltarem a mais de uma

reunião consecutivamente, não possuem escolaridade, ou o nível de escolaridade não ultrapassa a antiga 4ª série. Por não ter sido possível investigar e conhecer a Associação com maior propriedade tecemos uma breve consideração sobre esse aspecto atrelados às observações apreendidas no dia a dia da Vila durante o percurso da investigação.

É possível afirmar que o modo como a Associação foi organizada reflete a maneira como o grupo significa o uso da escrita: ela é importante, sobretudo perante as instituições de poder valorizam o domínio da escrita. A reivindicação do grupo pelo seu reconhecimento como quilombolas, a fim de garantir seus direitos, ocasionou a criação da Associação gerando nesse ambiente uma intensificação dos usos locais de escrita, provocando a emergência de diferentes eventos de letramento através das reuniões da que precisam ser formalizados a partir do registro escrito com a ata, passando a escrita a ter então um valor jurídico.

Isso porque, conforme assinalado no terceiro capítulo, para que a comunidade possa participar do processo de titulação e ter acesso às políticas públicas específicas para comunidades quilombolas é necessária a constituição jurídica da Associação Comunitária, o que passou a exigir, novas práticas letradas ao grupo como o registro por escrito das reuniões. Essa mesma atribuição de importância à escrita, perante instituições sociais de poder público, pôde ser observada também nas falas dos moradores ao assinalarem que sempre que precisavam ir ao Serro, resolver alguma coisa de sua aposentadoria, levavam um filho para este resolver toda a documentação com os órgãos responsáveis.

Deste modo, a organização da Associação (composto basicamente por homens na liderança) difere totalmente da organização do grupo da fábrica de doces em que temos toda cadeia hierárquica composta por mulheres. A liderança e o poder das decisões dos mais velhos são notáveis entre os moradores da Vila. A experiência e o conhecimento adquiridos com a longa vivência, independentemente da escolaridade, são sempre respeitados pelos mais jovens, agora, os “administradores” mais idosos da comunidade e em função da exigência do uso da escrita na Associação passam a “dividir” a administração local com outros membros, mais jovens. A constituição da Associação Comunitária revelou-se então um marco para mudanças na

organização do grupo em relação aos usos da escrita, que passa a exercer papel fundamental na constituição da identidade quilombola do grupo diante do poder público.

Em relação aos materiais escritos presentes na casa de Bené, diferentemente da maneira como adultos pouco escolarizados utilizam alguns textos escritos, com função decorativa, todos os materiais escritos presentes são utilizados para fins específicos: há uma pasta onde ele guarda diversos materiais adquiridos nos cursos e reuniões de que ele participa. No quarto, há alguns livros religiosos e de literatura também, conforme entrevista à pesquisadora em outubro de 2011:

Patrícia: Aqueles livros ali (aponto para os livros que se encontram num canto do quarto do líder da Associação) são do senhor?

Bené: São. Todos meus. Eu gosto muito de ler sabe?! A leitura é muito importante, a gente não pode ficar assim parado que nem os outros. É sempre procurar conhecer as outras coisas, saber das coisas. Desde novo eu sempre fui assim... Sempre gostei de estudar. E também desde quando eu era do movimento (segundo Bené ele atuou no movimento negro quando morava em São Paulo) eu procurava me informar... Isso é muito importante.

Patrícia: E o que o senhor costuma ler?

Bené: Ah, mais é a bíblia. Eu leio muito a bíblia. Tem um livro que eu também gosto muito. Deixa ver se eu me lembro... ele diz que a gente não pode desistir diante das dificuldades, mas eu não me lembro do nome deixa eu ver se eu acho ele ali pra te mostrar... (conversávamos na cozinha, ele vai ao quarto procurar o livro, mas não o encontra e também não se lembra do título) Bom eu não encontrei não, mas é isso. E sobre os quilombolas eu busco saber mais né?! É preciso entender.

Patrícia: É. O que o senhor lê sobre os quilombolas?

Bené: Tem que ler a lei pra gente saber dos direitos. Tem muita coisa que é nova a gente não sabe, então tem ir saber. Então tem que procurar saber pra gente e pra explicar pros outros também (referindo-se aos demais sujeitos da comunidade). Nessa pasta aqui eu guardo os papéis das reuniões lá com o Neilor (funcionário da prefeitura do Serro que organiza os papéis referentes aos trâmites para o reconhecimento legal das comunidades da região), e tem também outros papéis e esse caderno aqui com os contatos do Serro, da Puc, da prefeitura...

Patrícia: E o senhor usa esse caderno pra mais alguma coisa?

Bené: É mais pra anotar esses telefones mesmo. Ah aqui (folheia o caderno e me mostra) tem também alguma coisa que eu anoto nos encontros das comunidades. Sábado mesmo vai ter um em Diamantina, é esse aqui ó (ele mostra o cartaz do I Encontro de cultura das comunidades afrodescendentes de Diamantina). Você vai?

Patrícia: Não, infelizmente não poderei voltar aqui na semana que vem, mas parece que vai ser muito interessante... Na próxima vez que eu voltar o senhor me conta como foi.

Bené: Pode deixar!

Patrícia: E o senhor guarda contas na pasta também?

Bené: Não essa tá aí, mas eu guardo as contas em outro lugar. Aqui é só essas coisas mesmo que você tá vendo aí.

Patrícia: E jornal o senhor costuma ler?

Bené: Aqui não tem jornal não. Mas quando eu vou ao Serro às vezes eu leio aquele jornalzinho da prefeitura. Do outro (jornal) de vez quando eu leio também, mais assim as notícias né?! Mas é mais difícil de conseguir, mas se eu vejo até que eu leio.

O discurso de Benedito aponta-nos uma preocupação em reforçar para a pesquisadora o quanto é importante ler para ampliar os conhecimentos, nas palavras de Bené “para conhecer as coisas”. Através da fala do líder da comunidade, pode-se perceber, tal como aponta Bakhtin (2009), o quanto sua fala está vinculada às condições de comunicação naquele contexto, uma vez que Bené assumiu no discurso uma intencionalidade claramente demarcada sobre a posição que exerce na Vila Nova, como se percebe, por exemplo, na afirmação “Então tem que procurar saber pra gente e pra explicar pros outros também”. Um aspecto pertinente a ser ressaltado é o fato de se conscientizar de que certas respostas dadas à pesquisadora, mais do que significar as ideias reais dos sujeitos, podem se configurar como a resposta preferida, ou a resposta “mais correta” a ser dada, em função do que acreditam que o pesquisador gostaria ou esperaria ouvir.

Dentre os materiais escritos, através das observações, pude perceber a presença de livretos informativos sobre comunidades quilombolas, questões étnico-raciais, uma espécie de cartilha sobre comunidades quilombolas que, de acordo com ele, foi obtida através da prefeitura do Serro, alguns livros de autoajuda, Bíblia, livretos com salmos, um calendário do ano vigente pendurado na parede da cozinha, além do caderno de anotações citado por ele na entrevista.

Por ser o presidente da Associação, Bené afirma buscar se inteirar sobre assuntos relacionados aos quilombolas; por isso segundo ele, sempre lê alguma coisa sobre o tema e utiliza um caderno para anotar telefones e referências de pessoas ligadas à prefeitura do Serro que atuem nas políticas quilombolas, conforme mostra a Foto 19, na qual o líder procura o contato de um professor da PUC que foi o responsável pelo processo jurídico da iniciação do processo de reconhecimento da Vila Nova como comunidade quilombola junto ao Estado. No caderno multifuncional também estão contidas anotações que ele faz durante os eventos e reuniões sobre comunidades quilombolas dos quais participa.



Foto 19 - Bené consultando o caderno de informações sobre comunidades quilombolas

O fato de Benedito possuir um nível mais elevado de escolaridade e ser o líder comunitário da Associação, certamente influencia a quantidade e o modo como os materiais escritos são utilizados por ele em sua casa. Os textos que ele utiliza exercem a função usual, não são mediados, mas um aspecto ligado ao uso da escrita é comum aos demais moradores não alfabetizados da Vila: a constituição dos sentidos e das funções dos textos escritos está diretamente relacionada ao contexto social de uso. Por isso, a leitura e a escrita assumem diversos papéis nas atividades interacionais. Pois tal como nos aponta Barton e Hamilton (1998), as ações de leitura e escrita não são os únicos modos nos quais os textos são significados:

Os textos podem ter múltiplos papéis em uma atividade e podem atuar de diferentes formas para os diferentes participantes em um evento de letramento. As pessoas podem ser incorporadas dentro das práticas de letramento dos outros sem ler ou escrever uma única palavra. Os atos de ler e escrever não são as únicas formas por meio das quais os textos adquirem significado (BARTON; HAMILTON, 1998, p.11)

Desse modo, sendo as práticas e os eventos construídos culturalmente, devemos entender o letramento para além das ações individuais, deslocando-o para o âmbito das relações sociais, ou seja, os modos como a comunidade utiliza a leitura e a escrita, considerando que para cada grupo de indivíduos, há estruturas que regulam a produção e a utilização dos textos.

Ao buscarmos apreender o uso da linguagem, levando em consideração as relações sociais e o contexto a que os sujeitos fazem parte, nos foi possível perceber que a partir do momento em que

esses se percebem inseridos em certa situação, as significações, influenciadas pelas diferentes vivências são construídas, passando então a ter sentido. Assim, a análise dos usos dos materiais escritos circulantes entre os sujeitos não alfabetizados da Vila Nova, apresentados nesse capítulo, mostra que os usos de escrita local mesclam gêneros de diferentes esferas, principalmente, laboral e cotidiana. As práticas de letramento realizadas por essas pessoas revelam a construção de sentido sobre o escrito, sobretudo após a mudança da família para o distrito, como aponta a fala de D. Necila em excerto da entrevista à pesquisadora em março de 2011:

Antes lá (na mata onde a comunidade morava, referida por eles como “roça”) não tinha essas coisas todas de agora (referindo-se as atividades que envolvem escrita). O meu nome mesmo eu pensava que era um, só depois que meu marido morreu e meus filhos foram dar entrada nos papéis para eu receber a pensão é que eu descobri que meu nome era outro. Eu antes nunca tinha precisado pegar minha certidão pra nada então eu nem sabia (EXCERTO DA ENTREVISTA REALIZADA EM MARÇO DE 2011).

Os novos projetos que passaram a fazer parte das práticas da comunidade geraram usos de escrita: a organização da cooperativa para a fabricação e comercialização de doces; a realização de compras no supermercado; o pagamento de contas; a orientação das datas do ano, entre outros. Ao participarem de atividades que envolvem a escrita essas pessoas revelam diferentes graus de familiaridade com os materiais que em algumas situações.

Conforme Barton e Hamilton (1998) ponderam, um dos aspectos da natureza da leitura e da escrita identificados dentro dos eventos de letramento se refere à presença da oralidade e outras formas de linguagem nas interações que envolvem o uso da palavra escrita. Tornando-se a leitura e a escrita mais um dos diferentes recursos possíveis de comunicação da comunidade. Por isso, buscamos orientar a investigação de modo a situar a leitura e a escrita nos diferentes contextos em que são utilizadas.

A partir da descrição de alguns eventos onde ocorrem usos típicos da escrita nos lares da comunidade Vila Nova, busquei apresentar aspectos das práticas de letramento locais. Tais eventos possibilitaram apreensão de que, embora não saibam ler e escrever, os sujeitos da pesquisa reconhecem os usos e funções da escrita. Sabem que em determinadas situações é essencial dominar a língua escrita, em outras é possível criar estratégias em que o contato direto com os textos não é exigida. Os usos da escrita nesses eventos mostram como essas diferentes

práticas estão associadas a diferentes campos da vida e vão sendo incorporadas no dia a dia, em diálogo com atividades da esfera habitual dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, aqui proposto, teve como objetivo principal investigar os usos sociais da leitura e da escrita entre pessoas adultas e idosas não alfabetizadas, a partir da análise de algumas práticas de letramento vivenciadas por cinco moradores da comunidade Vila Nova e das significações atribuídas por eles às práticas vinculadas à linguagem escrita. Tendo em vista o contexto sociocultural no qual esses sujeitos estão inseridos, uma comunidade quilombola no Alto Jequitinhonha, buscamos compreender, através do desenvolvimento de uma estudo de natureza qualitativa, os diferentes modos pelos quais essas pessoas se relacionam com a escrita, no intuito de promover discussões que nos levem a conhecer melhor o letramento em contextos específicos nos quais o acesso e disponibilidade de materiais escritos é bastante restrita.

Para tanto, contextualizei a questão quilombola no que tange aspectos referentes, sobretudo ao aspecto político, visto que a comunidade Vila Nova vivencia atualmente o processo de busca pelo seu reconhecimento como comunidade quilombola, e discuti as perspectivas que subsidiam este trabalho – a abordagem discursiva e a perspectiva etnográfica dos usos da leitura e da escrita sob a ótica dos Novos Estudos sobre o Letramento, com especial atenção nos conceitos de eventos e práticas de letramentos.

A condução da investigação se deu por uma abordagem qualitativa do tipo etnográfico que visou uma maior aproximação junto aos participantes da pesquisa, na qual busquei me aproximar dos significados atribuídos pelos sujeitos aos usos da leitura e da escrita. A partir das questões que orientaram a pesquisa, analisei dados originados pelas observações participantes, entrevistas e textos produzidos na comunidade. Em relação aos escritos encontrados na esfera do trabalho e dos lares, o foco na análise nos usos dos textos intentou mostrar como os sujeitos respondiam às diferentes demandas pela utilização da escrita em suas atividades cotidianas.

No que tange o campo do trabalho, aqui representado pelas atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres na Casa de Doces, através do exame do modo como as receitas foram incorporadas por D. Geralda, foi possível perceber, como estratégia, o uso de recursos mnemônicos perante

atividades que demandam a interação direta com o texto - como foi o caso da memorização da receita. A mediação dos textos pela neta alfabetizada e a conferência do caderno de registros da Casa de Doces pela filha, também configurou estratégias adotadas diante da demanda do uso da língua escrita. Através da organização hierárquica da fabriqueta, percebemos que a lógica que rege o arranjo hierárquico do grupo não corresponde ao domínio de saberes ligados à língua escrita e sim à experiência, aos conhecimentos adquiridos pelos mais velhos ao longo da vida.

Na análise sobre os materiais de escrita na esfera doméstica, foi possível perceber que a relação com a linguagem escrita é sempre mediada através de uma ação de compartilhamento das práticas de leitura e escrita entre familiares, geralmente os mais novos, com um grau de escolarização superior. O uso de textos como adornos nas paredes, por exemplo, denotam que os moradores não os viam em sua funcionalidade, mas sim como um suporte que agregava beleza aos espaços. Ou na mediação dos textos escritos por outros sujeitos que dominam a leitura e a escrita, estratégia recorrente entre muitas pessoas não alfabetizadas como se notou na prática de D. Necila ao solicitar ao neto que verificasse a validade dos produtos para ela.

As observações das atividades realizadas no dia a dia da comunidade assinalaram que o fenômeno do letramento “extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições no mundo da escrita.” (KLEIMAN, 1995, p. 20). Os sujeitos da pesquisa mostraram o quanto a escrita assume significados plurais para eles, dependendo do contexto e das instituições os quais ela está inserida, ora exercendo a função usual, ora exercendo uma função completamente diferente do que é esperado como no caso da decoração em algumas casas. O que reforçou a ideia de que são múltiplas as facetas dos usos da escrita, havendo diferentes formas de participar de eventos em que demanda seu uso direto ou indireto.

Os relatos revelaram que os aprendizados sobre as escritas ocorreram majoritariamente em instâncias informais, através da experiência de vida, visto que nenhum dos participantes frequentou a escola formal quando criança, apenas algumas aulas oferecidas por programas de alfabetização, sem uma sistematização. Nos episódios observados, o oral e o escrito mostraram-se imbricados intrinsecamente devido ao modo como os sujeitos não alfabetizados integram a

escrita no seu cotidiano. Pois, tal como abaliza Heath (1982 b) nem todos os grupos letrados verbalmente se apoiam na escrita para analisar a sequência de passos envolvidos na realização de uma tarefa, apoiando-se, então, em outras estratégias.

Percebemos, assim, que as práticas de letramento são determinadas pelo contexto social, isso porque o “letramento é um processo dinâmico em que o significado de ação letrada é continuamente (re)construído, localmente, por participantes de diferentes grupos sociais” (CASTANHEIRA; GREEN; DIXON, 2007, p.7). Deste modo, o significado das ações letradas observadas na Vila Nova é constituído de acordo com os grupos sociais em que eles participam - família, cooperativa, associação comunitária, etc. Há assim uma variedade de demandas na participação nos processos ligados ao uso da língua escrita que são reconstruídas na vida cotidiana dependendo das interações estabelecidas: com maior ou menor necessidade de mediação direta dos textos.

Assim, os usos da escrita se dão de modo mediado. As atividades que envolvem textos escritos são mediadas, sobretudo pelas pessoas que lhes são mais próximas e possuem mais escolaridade como os netos os e filhas. Esse aspecto suscita a reflexão sobre a importância de pesquisas que enfoquem, numa visão ampla e consistente, um recorte sobre a questão ligada à ampliação do acesso à escola pelas gerações mais novas, processo que possibilitou um aumento significativo da escolarização entre as gerações mais novas, já que as avós possuem menos de um ano de escolaridade, as filhas possuem em média quatro anos e as três netas que atuam na fábrica junto com as avós e ainda frequentam a escola possuem no mínimo sete anos de escolaridade. Processo, este, reconhecido pelos mais velhos que, assim como D. Geralda, assinalam “que hoje em dia é muito mais fácil do que antigamente”

Os eventos de letramento puderam ser identificados juntamente com os textos da vida cotidiana nas relações estabelecidas entre os sujeitos da Vila Nova e as práticas puderam ser apreendidas a partir da descrição dos significados atribuídos à leitura e escrita nessas relações. Nesse sentido, os significados atribuídos ao ler e escrever pelos sujeitos pouco escolarizados foram percebidos nos

momentos em que sujeitos mencionavam o quanto era importante dominar a escrita para terem uma maior autonomia na leitura e na escrita dos textos.

Sabendo que “uma pesquisa não deve conformar-se em medir e descrever; sempre tem a ambição de compreender os fenômenos estudados” (DONNAT, 2004, p. 60), nas análises a que nos propusemos tentamos compreender as práticas de letramento realizadas por sujeitos não alfabetizados pertencente a uma cultura específica e os sentidos que esses atribuem à escrita. No conjunto das análises, os dados se coadunam para mostrar como diferentes valores se relacionam com os valores atribuídos à escrita como, por exemplo, a organização das lideranças na Casa de Doces, onde a experiência é o aspecto mais relevante e a organização da Associação, que conta com os saberes legitimados sobre a escrita, em função da relação com o poder público. Ou o uso de um livro de literatura como objeto decorativo.

Sabendo que o olhar do pesquisador que observa as situações “de fora” estabelece filtros implícitos, por meio dos quais os dados são selecionados, tabulados e analisados, reiteramos que os dados aqui expostos foram destacados e considerados por nós como os mais relevantes no sentido de proporcionar significativas contribuições para o campo de pesquisa no qual o estudo insere-se. Portanto, temos clareza de que embora tenhamos nos esforçado no exercício de tentar relativizar as questões reveladas pela pesquisa, a leitura que fizemos dos dados não é imparcial. Desse modo, as análises e considerações aqui apresentadas trazem apenas um dos possíveis recortes do contexto mais amplo no qual se insere nosso estudo, que buscou dar visibilidade a algumas práticas inseridas no interior da comunidade quilombola Vila Nova.

Kleiman (1995) aponta que as investigações sobre o campo do Letramento configuram uma das vertentes de pesquisa que melhor concretiza a união de interesse teórico, a busca de descrições e explicações sobre um fenômeno, com o interesse social, ou aplicado, a formulação de perguntas cuja resposta possa vir a promover uma transformação de uma realidade tão preocupante como o é a crescente marginalização de grupos sociais que não conhecem a escrita. Em consonância com essa vertente, essa dissertação visou enfatizar o caráter social do letramento enfocando as práticas sociais e culturais da linguagem o caráter múltiplo de tais práticas entre membros da comunidade quilombola, sobretudo entre aqueles que possuísem pouca escolaridade. Guardadas as diferenças

da produção discursiva dos sujeitos da pesquisa foi possível perceber o modo como eles utilizam a escrita, que tem uma circulação bastante específica na Vila dada as características rurais do distrito o qual pertence, revelando o quanto as relações que envolvem a escrita são múltiplas, perfazendo um campo sobre o qual se pode e deve-se haver mais investimento para que possamos compreender melhor as relações envolvendo sujeitos pouco escolarizados com essa linguagem.

Os dados deste trabalho sugerem que os sujeitos pertencentes a comunidades quilombolas trazem consigo uma experiência e uma prática de relação com a escrita construída no seu ambiente cultural, que por diversas razões são desconsideradas pela escola, muitos afirmam “não sabem nada” sobre leitura e escrita, haja vista que as concepções sobre ler e escrever advém dessa instituição, contribuindo para uma produção ideológica ampla e influente. Os silenciamentos sobre a temática quilombola também se configuraram em alguns momentos como certo receio de assumir o pertencimento a um grupo minoritário, que vem historicamente sofrendo exclusões sociais. O que indica o quão é necessário o fortalecimento e disseminação do debate em torno de políticas afirmativas voltadas para o reconhecimento e respeito a esses sujeitos.

Outro aspecto de fundamental importância é a compreensão das especificidades dos grupos quilombolas considerando que esses grupos possuem articulações políticas e econômicas próprias que são indissociáveis do processo de integração social desses sujeitos que preservam um legado cultural deixado por seus ancestrais.

Mesmo sabendo que um texto nunca está terminado, é necessário pôr um ponto final no trabalho. Esperamos que as reflexões aqui trazidas possam contribuir para a ampliação das possibilidades investigativas em torno da perspectiva etnográfica do letramento e das discussões sobre as comunidades quilombolas. Desejamos que através deste trabalho outros estudos de cunho etnográfico sobre realidades de populações minoritárias possam ser discutidos em outros ambientes, incidindo, sobretudo, no discurso e nas práticas escolares, pois ao reconhecer as práticas de letramento locais, poderíamos ter melhores respostas às necessidades e às preocupações de uma determinada comunidade e, assim, garantir que as práticas culturais desses sujeitos sejam respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: *Quilombos-Identidade étnica e territorialidade*. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JEQUITINHONHA. Disponível em: <www.amaje.org.br>. Acesso em: 19 de outubro de 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1989.

BAKHTIN, Mikhail, O enunciado, unidade de comunicação verbal. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Maritns Fontes, 2005.

BAKHTIN, Mikhail *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 2009.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. *Local Literacies: Reading and writing in one community*. London/New York: Routledge, 1998.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Letramentos escolares, letramentos no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 31, p.171-190, jun. 2000.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; RIBEIRO, Vera Masagão. Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 89-124, jul./dez. 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (org.). *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-732.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: *Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo: Ática, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura - Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <www.palmares.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília, 2005.

BRASIL. *Constituição Federal*. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de políticas sociais quilombolas: serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília, 2009.

CASTANHEIRA, Maria Lucia; GREEN, Judith; DIKSON, Carol. Práticas de letramento em sala de aula: uma análise de ações letradas como construção social. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, v. 20, n. 2, p.7-38, 2007.

CEDEFES. Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005. In: *Observatório Quilombola*, nov./dez., 2005. Koinonia. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/oq/uploads/conjunturas/Conjunt1.pdf>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2012.

CHAGAS, Miriam de Fátima. *A Política do Reconhecimento das Comunidades de Quilombos*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 15, p. 209-235, 2001.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

CPISP - COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.cpispp.org.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S (orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DONNAT, Olivier. Encuestas sobre los comportamientos de lectura. Questões de método. In: LAHIRE, Bernard. Del consumo cultural a las formas de la experiência literária. In: *Sociología de la lectura – del consumo cultural a las formas de La experiencia literaria*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

FIABANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: editora Expressão popular, 2005.

FLICK, Uwe. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 43-75.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n.10, jan/fev/mar/abr.1999, p.58-78.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. *Matemática, cultura escolar e numeramento*. II Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura Escrita. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: Eliana Borges Correia de Albuquerque e Telma Ferraz Leal (org.) *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Leitura: algo que se transmite as futuras gerações? In: Vera Masagão RIBEIRO (Org.). *Letramento no Brasil: Reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativas: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In: MELO, Juliana Ferreira de; SOUZA, Maria José Francisco de; RESENDE, Patrícia Cappuccio de; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (org.) *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.). *Identities: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, p. 83-95.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GREEN, Judith; DIXON, Carol; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. *Educação e Revista*, Belo Horizonte: n. 42, p. 13-72, 2005.

HEATH, Shirley Brice. Protean shapes in literacy events: ever-shifting oral and literate traditions. In: TANNEN, D. (edl.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood, N. J. : Ablex, 1982a, p. 91-117.

HEATH, Shirley Brice. Ethnography in Education: defining the essentials. In: Perry Gilmore and A. Glatthorn, *Children in and out of school*. Pennsylvania: The Center for Applied Linguistic, 1982b, p. 33-55.

HEATH, Shirley Brice. Ways with words: language, life and work in communities and classrooms. Cambridge University Press, 1983 *apud* SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). *Letramento no Brasil: reflexões sobre o INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003, p. 89-113.

HORTA, Carlos Roberto (org.). *Relatório Final Projeto Quilombolas de Minas Gerais 2008*. NESTH/UFGM. Belo Horizonte, 2008.

KALMAN, Judith. El acceso a la cultura: la participación social e la apropiación de conocimientos en eventos de lectura e escritura. In: *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, enero-abril, v. VIII, n. 17. Consejo Mexicano de Investigación Educativa. Mexico, 2003, p.37-66.

KALMAN, Judith. Querido Santo Antônio: Escrita vernácula e instabilidade social. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2010.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. p. 07-61.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

LEITE, Ilka. Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. In: *Etnografia*. v. 12, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Gerson Diniz; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha - Minas Novas/MG. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MARINHO, Marildes. *Os usos sociais da escrita no cotidiano de camadas populares*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 1991.

MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MENDES, Jackeline. R. *Ler, escrever e contar: práticas de numeramento-letramento dos kaiabi no contexto de formação de professores índios no Parque Indígena do Xingu*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MINAS GERAIS. Manual de Orientação Jurídica para a criação de Associações Quilombolas. Belo Horizonte, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombo: vida, problemas e aspiração*. São Paulo: editora 34, 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos – Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2005. p. 31-57.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes*. Campinas: Papirus. Ação Educativa, 1999.

ROGERS, Alan; STREET, Brian. An ethnographic approach to literacy and numeracy in Pakistan. In: *Hidden Literacies: ethnographic studies of literacy and numeracy practices*. Uppingham Press. 2009.

ROCKWELL, Elsie. Culturas orais ou múltiplos letramentos? A escrita em contextos de bilinguismo. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Alexsandra. *Entre a colher e a enxada: interfaces entre a alimentação e a cultura dos quilombolas de Piranga/MG*. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza. Santo. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHMITT, Alessandra.; TURATTI, Maria Cecília Manzoli.; CARVALHO, Maria Celina Pereira. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília, Governo Federal, 2005.

SILVA, Djalma Antônio da. *O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano*. 2005. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

SILVA, Isis. *Entre sonhos e lutas: as vivências quilombolas em Barro Preto*. 2009. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

SITO, Luanda. *Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul*. 2010. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas: 2010.

SPRADLEY, James. *The ethnographic interview*. Holt Rinchat and Winston, Inc. Florida: 1979.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). *Letramento no Brasil: reflexões sobre o INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003, p. 89-113.

SOARES, Magda. Alfabetização e cidadania. In: SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004a.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. In: SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004b.

SOARES, Magda. Em busca da qualidade em alfabetização: em busca... de quê? In: SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004c, 2.ed.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./fev./mar./abr., 2004d, p. 5-17.

SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. In: SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004e.

SOARES, Magda. Letramento: a criação de um neologismo e a construção de um conceito. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STREET, Brian. *Literacy in theory and practiced*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, Brian. Introduction the new literacy studies in Street, B. (ed.). *Crosscultural approaches to literacy*. Cambridge University Press, 1993, p. 1-21.

STREET, Brian. *Social Literacies: Critical Approaches to Literacy in evelopment, Ethnography and Education*. Longman Group Limited, 1995.

STREET, Brian. Introduction. In: STREET, Brian V. (ed.) *Literacy and development: ethnographic perspectives*. London: Routledge, 2001, p. 1-17, *apud* SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003a, p. 89-113.

STREET, Brian. *What's "new" in the literacy studies?* Critical approaches to literacy in theory and practice. Kings College: London, 2003b.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre letramento. *Filologia lingüística portuguesa*, n. 8, p. 465-488, 2006.

STREET, Brian et al. *Crucial concepts in Ethnography, Literacy and Numeracy*. Nirantar: 2007.

STREET, Brian. Os Novos Estudos sobre o Letramento: Histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petropolis: Vozes, 1998.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. A observação do cotidiano escolar. In. ZAGRO, Nadir, CARVALHO, Marília Lia Pinto de, VALÉRIA, Rita Amélia Teixeira. (org.) *Itinerários da pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 183-206.

TURISMO SOLIDÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA: Disponível em: <<http://www.turismosolidario.com.br>>. Acesso em: XXXXXXXX

VIANNA, Heraldo. *Pesquisa em educação – a observação*. Brasília: Editora Plano, 2003.

VÓVIO, Claudia Lemos. *Textos narrativos orais e escritos produzidos por jovens e adultos em processo de escolarização*. 1999. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1999.

VÓVIO, Claudia Lemos; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Desafios metodológicos em pesquisas sobre letramento. In: KLEIMAN, Angela B.; MATENCIO, Maria de Lourdes M. *Letramento e formação do professor. Práticas discursivas, representações e construção do saber*. São Paulo: Mercado de Letras, 2005, p. 41-64.

ANEXOS

ANEXO 1: Decreto federal referente à regularização fundiária

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

- I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;
- II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;
- III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas;
- IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9º Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

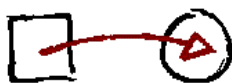
Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

- a) da Justiça;
- b) da Educação;
- c) do Trabalho e Emprego;
- d) da Saúde;
- e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- f) das Comunicações;
- g) da Defesa;
- h) da Integração Nacional;
- i) da Cultura;
- j) do Meio Ambiente;
- k) do Desenvolvimento Agrário;
- l) da Assistência Social;
- m) do Esporte;
- n) da Previdência Social;
- o) do Turismo;
- p) das Cidades;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2011.

AUTORIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA

Ao responsável pelo trabalho da Secretaria de Turismo do município de Serro junto à Comunidade Vila Nova (a)

Prezado Senhor (a),

Participo do Programa de Pós-Graduação em Educação “Conhecimento e Inclusão Social” da FaE/ UFMG, na linha de pesquisa “Educação e Linguagem”, na condição de aluna do Mestrado.

A pesquisa que pretendo desenvolver tem como interesse analisar os usos da escrita entre adultos e idosos da Comunidade Quilombola Vila Nova, localizada no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras- Alto Jequitinhonha/MG. As análises visarão compreender como se dão os usos sociais da leitura e da escrita entre pessoas não alfabetizadas e as significações atribuídas por elas às práticas vinculadas à linguagem escrita.

Será adotada uma abordagem metodológica prioritariamente qualitativa, dado o objeto de estudo. Para a coleta de dados, os instrumentos adotados são: observação, entrevistas individuais semi-estruturadas com os moradores da Vila Nova, procurando compreender quais são as práticas relacionadas à língua escrita que eles realizam no seu cotidiano. As entrevistas serão realizadas com o auxílio de um roteiro, que servirá como um guia. Serão utilizados também um gravador de áudio, máquina fotográfica e um caderno de anotações. Os encontros serão agendados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Antes da entrevista, serão fornecidos a todos os participantes o *termo de consentimento livre e esclarecido* e, logo após o encontro, uma cópia da

entrevista transcrita para que possam revê-la e autorizar (ou não) o uso dos depoimentos na pesquisa.

Os possíveis entrevistados são moradores da Vila Nova, sobretudo, aqueles que possuem pouca ou nenhuma escolaridade.

Esclareço que todo material coletado será utilizado única e exclusivamente para fins dessa pesquisa. As identidades pessoais dos (as) entrevistados (as) serão mantidas em sigilo, não sendo reveladas em momento algum, inclusive, nos documentos de divulgação dos resultados da pesquisa.

Em função dos cuidados que serão tomados no desenvolvimento dessa investigação, ela não oferece qualquer tipo de risco para aqueles (as) que dela participam. Ainda assim, caso seja de interesse de algum participante, ele(a) poderá desistir da participação nesta pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum ou penalidade.

Esclareço ainda que meu projeto encontra-se devidamente aprovado pelo Colegiado de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino ao qual pertence minha orientadora, Prof. Dr. Francisca Izabel Pereira Maciel.

Na expectativa de contar com sua autorização para realização da pesquisa na instituição, bem como no curso, agradeço antecipadamente.

Patrícia Barros Soares
Mestranda em Educação
tel: 31 9197-2175
e-mail:
patriciab.ufmg@gmail.com

Professor Doutor Francisca Izabel Pereira Maciel
– Orientadora
tel:31 3226 9496
e-mail: franciscamaciel@terra.com.br

DE ACORDO: _____

DATA: ____/_____/2011.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação “Conhecimento e Inclusão Social”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa “Educação e Linguagem” e venho por meio deste lhe convidar para participar de minha pesquisa.

A pesquisa que pretendo desenvolver tem como objetivo analisar os usos sociais da escrita entre adultos e idosos da Comunidade Quilombola Vila Nova, localizada no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras- Alto Jequitinhonha/MG. Nesse estudo a abordagem metodológica adotada é a Observação, e utilizará como instrumentos entrevistas gravadas e coleta de dados documentais. Os espaços da Comunidade serão utilizados para a realização das entrevistas e você será acompanhado por uma das responsáveis da pesquisa. Por meio deste documento peço sua autorização para observar suas atividades do dia-a-dia e gravar as entrevistas em áudio. É oportuno ressaltar que a pesquisa não trará nenhum risco a você.

No que tange ao desconforto, o mesmo pode ocorrer dada a presença da pesquisadora nos espaços da Vila Nova, a de um gravador nas entrevistas e uma máquina fotográfica, portanto os possíveis participantes podem se recusar a participar da investigação.

Ressaltamos que essa pesquisa trará benefícios para a educação, que serão obtidos através da metodologia etnográfica que permite que o investigador tenha uma visão contextualizada da natureza da interação que os participantes de uma comunidade quilombola estabelecem entre si e com determinados conhecimentos. Nesse sentido, os procedimentos de coleta e análise dos dados trarão benefícios para o entendimento das práticas de leitura e escrita entre adultos e idosos não escolarizados inerentes aos diferentes eventos produzidos pelo grupo e, conseqüentemente, para a reflexão dessas práticas em outros contextos educacionais.

Todo o material coletado – fitas de áudio, artefatos produzidos pela pesquisa - será arquivado no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE/FAE/UFMG, pelo tempo necessário para análise dos dados e, também, após a análise dos dados e defesa da dissertação,

sendo a identidade dos participantes, mantida em sigilo, de modo a garantir o anonimato dos mesmos e somente os pesquisadores envolvidos terão acesso a essas informações.

Em respeito ao que determina o item IV da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas envolvendo seres humanos, estou apresentando o presente Termo de Livre Consentimento e informo que o (a) senhor (a) tem pleno direito de recusar a assinar o presente termo, sobretudo, se recusar a autorizar que suas práticas cotidianas sejam gravadas em áudio e documentadas.

Na expectativa de contar com sua participação, agradeço antecipadamente.

Patrícia Barros Soares
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação
Sublinha Educação e Linguagem

Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel
Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Sublinha Educação e Linguagem

Declaro que tenho conhecimento do inteiro teor do termo acima e estou de acordo com todos os itens que o compõe.

São Gonçalo do Rio das Pedras, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Sujeito Participante da Pesquisa

ENDEREÇOS PARA CONTATOS:

Profa. Dra. Francisca Izabel Pereira Maciel – emaildafrancisca@gmail.com
Fone: (31) 3226-9496 e (31) 88479495

Mestranda Patrícia Barros Soares – patriciab.ufmg@gmail.com.br
Fone: (31) 3567-1253 e (31) 9197-2175

Faculdade de Educação – FAE/UFMG
Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - CEALE
Avenida Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP: 31270-901
(31) 3409-6211

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFMG

Avenida Antônio Carlos, 6.627
Unidade Administrativa II – 2º andar
Campus Pampulha
Belo Horizonte, M.G– Brasil
CEP: 31270-901
Fone: (31)3409-4592
Email: coep@prpq.ufmg.br